

**LUIZ GILMAR DA SILVA**

**A CRISE DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRO E AS ATUAIS  
PROPOSTAS DE REFORMA**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Estratégia de Doutorado em Segurança Pública.

Orientador: Tenente Coronel PM Renato Ribeiro Peres.

Orientadora Pedagógica: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Helena de Fátima Nunes Silva.

**CURITIBA**

**2008**

**“ Na verdade, nos debates atuais a respeito de segurança pública e do papel das polícias, sabe-se mais sobre o que não funciona do que sobre o que pode funcionar” (MARCOS ROLIM)**

## **RESUMO**

Discorre sobre a crise no sistema de segurança, analisando as possíveis propostas de reforma é o principal objetivo desta monografia que no seu decorrer analisa o sistema brasileiro de segurança pública, tentando identificar as causas na deficiência da atual política de segurança pública e ao final apresenta algumas propostas atuais de reforma. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica qualitativa que teve como principal fonte de consultas artigos científicos e livros de autores renomados. Conclui-se que a reorganização das polícias é de vital importância para o enfrentamento da violência e da insegurança pública. Seja qual for a alternativa a ser adotada pelo governo federal, a reforma gerencial dos métodos de atuação e de organização das polícias é o obstáculo maior a ser enfrentado. Para tanto, não pode-se prescindir da pesquisa científica, como fonte privilegiada de preparação de diagnósticos, para a elaboração de políticas públicas, notadamente na área de segurança pública. Sem isso, qualquer esforço de mudança não passará de um gesto de boa vontade marcado pelo empirismo e pela falta de eficácia.

**Palavras chave:** Crise. Sistema de Segurança Pública. Conflitos. Mudanças.

## **ABSTRACT**

To discourse about the crisis in the security system, analyzing the possible proposals of reform is the main objective of this monograph that in its to elapse analyzes the Brazilian public security system, trying to identify the causes in the deficiency of the current politics of public security and to the end it presents some current proposals of reform. It was used qualitative research that had as main source of consultations scientific articles and books of famous authors. One concludes that the reorganization of the policies is of vital importance for the confrontation of the violence and the public unreliability. Whichever the alternative to be adopted by the federal government, the managerial reform of the methods of performance and organization of the policies is the biggest obstacle to be faced. For in such a way, we can't abstract to scientific research, as privileged source of diagnosis elaboration, for the elaboration of public politics, especially in the area of public security. Without this, any effort of change will not pass of a gesture of good will marked for the empirism and the lack of effective ness.

**Key Words:** Crisis. System of Public Security. Conflicts. Changes

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	7
2 LITERATURA PERTINENTE .....	12
2.1 A CRISE DA SEGURANÇA PÚBLICA .....	12
2.2 SISTEMA BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA .....	14
2.3 POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA .....	17
2.4 OS CONFLITOS INSTITUCIONAIS .....	22
2.4.1 Polícia Civil e Polícia Militar .....	24
2.5 O EXÉRCITO E A VIOLÊNCIA POLICIAL .....	29
2.5.1 Polícia Civil e Ministério Público .....	32
2.5.2 Controle Externo .....	39
3 PROPOSTAS ATUAIS DE REFORMA .....	41
3.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS .....	41
3.2 PROPOSTA DE UNIFICAÇÃO DAS POLÍCIAS .....	42
3.3 POLÍCIAS DE CICLO COMPLETO .....	51
3.4 PODER DE POLÍCIA ÀS GUARDAS MUNICIPAIS .....	54
3.5 LEI GERAL DA POLÍCIA CIVIL .....	57
3.6 AUTONOMIA DA POLÍCIA CIVIL .....	58
4 METODOLOGIA .....	62
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA .....	62
4.2 COLETA DE DADOS .....	63
4.3 SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS .....	64
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	71
REFERÊNCIAS .....	75
ANEXOS .....	77

# 1 INTRODUÇÃO

Cada vez mais se intensificam os debates em torno da questão da segurança pública brasileira. Nas várias pesquisas de opinião, assim como o desemprego, a saúde e a educação, o tema da segurança tem ocupado os primeiros lugares na preocupação dos brasileiros. Diante desses fatos, este trabalho tem como um dos pontos de abordagem a Crise do Sistema de Segurança Pública Brasileiro.

Os debates giram em torno do aumento da desigualdade social, do necessário agravamento das sanções penais e da falta de investimentos nos órgãos policiais.

Segundo reportagem de Salla (2006), o ano de 2006 vai ficar gravado na História do Brasil como o ano que apresentou a maior crise no sistema de segurança pública, que atingiu em especial o Estado de São Paulo, o mais importante do país. O sistema penitenciário foi abalado por rebeliões, mas foram as ações fora do sistema que mais impressionaram: policiais e agentes penitenciários foram mortos, prédios públicos, como por exemplo bases de policiamento comunitário, delegacias, fóruns e também instituições privadas, como agências bancárias, supermercados, casas comerciais, foram alvos de bombas, granadas, coquetéis incendiários e tiros. Mais de duas centenas. Uma equipe de reportagem da principal rede de TV do país foi seqüestrada.

A questão da segurança é parte não apenas das preocupações estaduais, mas também dos municípios e governo federal, tornando-se uma das principais problemáticas nacionais, seja nas eleições, seja para além delas.

Um dos efeitos mais danosos da crise na área da segurança pública é ter aumentado a sensação de insegurança na população brasileira.

Também uma pesquisa produzida pelo jornal *O Estado de S. Paulo* e pelo IBOPE (divulgada em 29/08/2006) mostrou que 26% da população de São Paulo alteraram sua rotina de vida em função dos ataques do PCC. Mas, o mais curioso é que em todas as regiões do Brasil essas porcentagens (que variavam de 19 a 28%) praticamente se repetiram, ainda que os ataques tenham ocorrido quase que exclusivamente no Estado de São Paulo. Ou seja, o medo se alastrou por diversos Estados brasileiros, talvez como efeito muito mais da divulgação dos

acontecimentos pela mídia do que em função das reais condições de insegurança urbana nas cidades (SALLA, 2006).

Ao contrário dos outros ramos do conhecimento, não conseguimos encontrar na área da segurança pública, com clareza as funções e responsabilidade dos policiais. A questão se agrava mais e mais quando nos deparamos com o sistema brasileiro não só em razão da legislação vigente, mas principalmente em razão dos papéis realizados no dia a dia diante do quadro caótico da criminalidade.

Genericamente quando se fala em polícia, independente da forma de estado, sistema de governo ou mais especificamente da estrutura adotada e do número de policiais existentes, vem a tona a idéia de uma estrutura pública, hierárquica, disciplinada, criada para manutenção da ordem e da segurança pública.

Contudo, ontem e hoje as idéias de manutenção da ordem e de garantia da segurança pública representam uma noção vaga, genérica e extremamente simplista do que é segurança pública.

Da mesma forma não é possível avaliar o problema da criminalidade e violência sem o concurso dos demais ramos do conhecimento, da co-responsabilidade de outras agências do executivo, os demais poderes e demais políticas tais como educação, saúde, geração de emprego e renda.

As polícias ora atuam preventivamente, mediante a presença ostensiva; ora para realizarem a prisão dos infratores, operando como agente da justiça criminal.

Claro que ao aprofundarmos a observação vamos observar as polícias lidando com situações e problemas não relacionado diretamente a criminalidade.

Portanto, a atividade policial é complexa e suas tarefas não podem ser elencadas facilmente. O trabalho fica dificultoso quando nos deparamos com mais de uma instituição atuando na mesma base territorial com funções supostamente fixadas. Este é o principal drama do sistema brasileiro.

Para começar a enfrentar o problema é preciso examinar a questão a partir do texto constitucional. Que no artigo 144 o constituinte de 1988 pela primeira vez na história das constituições estabeleceu expressamente as regras e princípios com relação a segurança pública fixando no mesmo artigo os órgãos e a atribuição de cada uma das instituições. O interessante e o que mais inquieta é que a constituinte foi formada basicamente por integrantes que foram perseguidos, exilados, cassados pelo regime autoritário de mais de vinte anos. E este mesmo regime arbitral denominado de ditadura militar ou “anos de chumbo” se sustentou através da

contribuição não só das forças militares, mas, também, pelas instituições policiais: polícia federal, polícia civil e polícia militar. Mas o mesmo constituinte no texto constitucional referendou as mesmas instituições para servirem como sustentação de um Estado democrático e de direito. Assim, o artigo não diferenciando em nada do que já estava estabelecido por se tratar de uma república federativa, estabeleceu a nível federal: a polícia federal, polícia rodoviária federal e a polícia ferroviária federal, nos estados-membros: polícia civil e polícia militar e aos entes municipais a possibilidade de criação das guardas.

A polícia federal deu-se a incumbência de polícia judiciária, ou seja, responsável pela investigação dos crimes afetos à sua competência, acumulando as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteira. À polícia rodoviária federal atribuição específica do patrulhamento ostensivo ds rodovias federais. Quanto às polícias rodoviárias federais em razão do próprio abandono do sistema ferroviário até hoje não foram implementadas. Às polícias civis dos Estados, com exceção dos crimes militares atribuiu-se a função de polícia judiciária e a competência para apuração das infrações penais através do mesmo instrumento adotado pelo Código de Processo Penal de 1941, que é o Inquérito Policial. Sem qualquer outra modificação deu-se às polícias militares o policiamento ostensivo e preventivo mantendo-as como forças auxiliares e reserva do exército. Quanto às guardas municipais atribuiu-se apenas a competência de proteção dos bens, serviços e instalações municipais.

Este estudo se depara na possibilidade de que a estrutura do sistema de segurança pública seja parte do problema da atual crise neste sistema. Também, será abordado que entre as causas da deficiência na política de segurança que estão o aumento do crime, do sentimento de insegurança, do sentimento de impunidade e o reconhecimento de que o Estado apesar de estar obrigado constitucionalmente a oferecer um serviço de segurança básico, não atende sequer, às mínimas necessidades específicas de segurança que formam a demanda exigida.

Partindo-se do pressuposto de que as polícias são parte do problema: elas têm sido, em geral, ineficientes, unilateralmente reativas, corruptas e violentas, sobretudo porque suas estruturas organizacionais são inadequadas ao cumprimento de suas obrigações constitucionais. Por outro lado, as políticas preventivas ainda são tópicas e fragmentadas. É preciso haver uma reforma institucional e legal, e se



não forem atacadas as causas imediatas da violência, poderá haver um crescimento maior da criminalidade.

Diante disso, depara-se com os seguintes questionamentos: Quais as principais informações existentes sobre a estrutura do sistema de segurança pública? Quais as políticas de segurança pública adotadas pelo governo brasileiro? Quais são os fatores que contribuem para a crise na segurança pública?

Estes questionamentos se transformam na seguinte indagação:

Quais as principais propostas de reformas do sistema de segurança pública?

A motivação para a realização desta presente pesquisa se dá principalmente pela necessidade de uma reforma na segurança pública, devido as altas taxas de aumento de criminalidade; o descrédito da população em relação às polícias, os conflitos institucionais entre polícia civil; polícia militar; polícia civil x ministério público, e polícia militar e guardas municipais. Sem ignorar ainda outras teses que fluem quando a crise se agrava como por exemplo: o juizado de instrução, agravamento das penas e menoridade penal.

No Brasil, a criminalidade violenta tornou-se um problema nacional e passou a ocupar o centro do debate no campo da segurança pública. Quando se trata da temática da violência, destacam-se entre outros crimes violentos as altíssimas taxas de homicídios que o país vem apresentando desde os anos 1980 até 2000.

Pessoalmente, a escolha do tema fundou-se pelo convívio cotidiano com o aumento da criminalidade. As polícias não estão conseguindo frear o processo da violência. Também pela correria das entidades de classe através de incansáveis *lobs* e a insistência dos profissionais em não aceitar qualquer forma de mudança.

Lembrando que a mudança faz parte do cotidiano; é da natureza do ser humano a adoção de processos de mudança; sem esquecer que “a mudança é essencialmente paradoxal” (BELLIARD, 1997, p. 11). A mudança é necessária, em qualquer atividade, em qualquer setor, por mais simples e inexpressivo que possa representar.

As resistências dentro das polícias são inevitáveis na hora de uma reestruturação. É normal que as pessoas se sintam inseguras ou ameaçadas, mesmo que sejam para melhorar.

Às vezes, também é necessário mudar para permanecer. Por mais que haja resistência, nada é definitivo. De forma imperceptível as mudanças vão ocorrendo e inconscientemente vai-se adotando o modelo novo. A mudança pode ser imaginada,

antecipada ou constatada. Para aqueles que não desejam, a mudança pode ser temida, rejeitada ou resistida. Quando desejada e/ou inevitável talvez o melhor seja integrar o processo de mudança.

Não é prudente “mudar por mudar” e nem “mudança drástica”.

Ressalta-se que um dos principais resultados deste trabalho está na possibilidade de se identificar as possíveis causas da crise no sistema de segurança pública, como também algumas possíveis propostas de reforma.

Portanto, o objetivo geral deste estudo é discorrer sobre a crise no sistema de segurança, analisando as atuais propostas de reforma.

Os objetivos específicos foram: a) discorrer sobre a crise no sistema de segurança pública; b) identificar as políticas de segurança pública; c) analisar atuais propostas de reforma.

## 2 LITERATURA PERTINENTE

Neste item é apresentado o referencial teórico que embasou a pesquisa.

### 2.1 A CRISE DA SEGURANÇA PÚBLICA

A crise no sistema de segurança pública existe e isso não se pode negar. Diante do caos, as acusações mútuas, a polícia acusa a justiça, o Ministério Público acusa a polícia. A justiça se defende. Os advogados acusam a polícia. A polícia acusa todo o sistema. Diante do caos, as reuniões, os mutirões contra a violência, os estudos, os relatórios, as comissões, os conselhos. A constatação do imenso atraso e da extrema dificuldade de toda ordem para equacionar e enfrentar o problema seriamente.

Os problemas relacionados com a segurança pública vêm ocupando espaço importante no debate público, na última década. Em parte disso decorre do crescimento do chamado crime violento e da crise do sistema de justiça criminal. E isso é agravado com a coincidência preocupante do aumento da criminalidade com o processo de redemocratização do Brasil.

Leva-se em consideração que, a partir da mudança constitucional de 1988, o município passa a assumir maiores encargos com relação a áreas básicas como saúde, educação, assistência e desenvolvimento social. A área da segurança pública é a única na qual o município não possui atribuições diretas, dado que as organizações policiais e o sistema prisional são de responsabilidade do executivo estadual e federal. No entanto, os governos locais, principalmente os das grandes cidades, são os maiores afetados pelo aumento da criminalidade o que, por sua vez, acende o desenvolvimento de políticas municipais que permitam a contenção e enfrentamento da violência. A proliferação das guardas municipais e a tentativa de ampliar seu escopo de atuação revelam esta preocupação.

Quanto ao Sistema Único de Segurança Pública centra-se nas polícias estaduais, que vão estabelecer interface com a polícia federal e com as guardas municipais. A integração progressiva constitui uma modalidade de reestruturação gradualista das organizações policiais, que viabiliza a mudança institucional reduzindo traumas e evitando interromper a continuidade operacional, que seria

muito grave na área da segurança pública. Parte-se da integração entre ambas as polícias, de suas estruturas, rotinas e procedimentos para, de uma forma paulatina e em médio prazo, criar-se uma ou mais instituições de ciclo completo.

No caso das políticas públicas no campo da segurança, alguns traços peculiares tornam-se importantes, conforme o entendimento de Alvarez, Sala e Souza (2004, p.9),

em primeiro lugar, é uma esfera na qual atuam, de modo marcante, instituições pertencentes ao poderes da República; há necessidade de estreitas articulações horizontais entre os poderes executivo e judiciário (e em menor escala o legislativo) na própria viabilização das políticas públicas concebidas para o setor. No entanto, cada um desses poderes e seus respectivos órgãos são presididos por diferentes valores, interesses, orientações políticas e procedimentos administrativos que nem sempre operam na mesma direção das políticas desejadas.

Em relação a outras esferas, pode-se indicar como um traço distintivo importante das políticas públicas na área de segurança, sobretudo as mais recentes, o fato de elas serem no Brasil mais autoritárias, mais revestidas pela direção *top-down* na sua concepção, decisão e implementação. Ao mesmo tempo, é mais acentuada a ausência de processos de avaliação de resultados dessas políticas.

Nos últimos dez anos, intensificou-se o debate em torno da questão da segurança pública no Brasil. Nas pesquisas de opinião, ela tem ocupado o segundo lugar nas preocupações dos brasileiros, perdendo apenas para o desemprego, no rastro do aumento dramático das taxas de criminalidade, sobretudo nos grandes centros urbanos. O debate tem girado em torno do acirramento da legislação penal, de um lado, e do aumento dos efetivos da polícia e de gastos com segurança, de outro. Uns poucos críticos, provenientes das academias e anteriormente engajados na luta pela redemocratização do País, assinalam a necessidade de reformas institucionais mais profundas e de *accountability* das instituições criminais. Para esses últimos, evidentemente, nova legislação e investimentos poderiam contribuir para uma diminuição das taxas de crimes e das violações dos direitos humanos. Mas os investimentos deveriam ocorrer paralelamente à implementação de uma nova concepção de polícia, de uma nova organização policial e de uma nova forma de atuação do Poder Judiciário, valorizando os controles democráticos, a legalidade e a transparência. (SOUZA, 2004, p.254).

As propostas de mudanças e reformas e a persistência das dificuldades que vão desde a baixa qualificação profissional das polícias até as resistências dos policiais às modificações propostas.

Conforme Rolim (2006) ressalta que “resistências dentro da própria polícia serão inevitáveis no momento em que a reestruturação ocorrer. Durante o

desenvolvimento de qualquer mudança, é comum que muitos policiais se sintam inseguros ou ameaçados e lutem contra o projeto”.

## 2.2 SISTEMA BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

O processo de redemocratização vivido pelo Brasil, a partir do início dos anos 80, desencadeou, entre muitas outras coisas, uma reviravolta nos estudos até então realizados sobre as políticas públicas. Segundo Melo (1999), de uma preocupação mais geral com o Estado e posteriormente com as políticas sociais, a partir dos anos 80 entram em cena diversos estudos sobre políticas setoriais que jamais haviam tido projeção no debate sobre as políticas públicas. Esse redirecionamento nas preocupações de estudiosos e especialistas é provocado, segundo o autor, por três fenômenos: em primeiro lugar, ocorre uma mudança na agenda pública. Durante os anos 70, tiveram relevância as questões relativas ao modelo de desenvolvimento econômico, ao impacto redistributivo das ações governamentais, ao processo de modernização conservadora empreendida pelo regime autoritário. A redemocratização provoca a mudança na percepção “maximalista” do Estado em favor de uma pesquisa mais sistemática e afinada com a agenda de reforma da Nova República. Assim, passa a interessar o próprio *modus operandi* do Estado e abre-se o debate em torno da questão da descentralização, da participação, da transparência, da relação público-privado. Além disso, a partir dos anos 1980 consolida-se a idéia de que a democracia, além de um fim em si mesma, é igualmente condição essencial para a eficácia da ação do Estado.

A ampliação dos estudos de políticas públicas tem relação com o quadro internacional no qual emerge a idéia de que é necessária a reforma do Estado. Tal preocupação ocupa a agenda pública dos anos 80 e 90 e ganham relevância, então, as questões relativas ao desenho institucional. Assim, os estudos se voltaram para a verificação da qualidade da intervenção pública, por meio do acompanhamento dos níveis de eficiência de políticas e programas. Como desdobramento dessas questões, coloca-se o desafio da análise das relações entre a cultura política e o desenho institucional e, mais especificamente, do peso da cultura política nos níveis de efetividade e eficácia. Questões que ampliaram o debate sobre a participação da

sociedade civil, sua capacidade de organização e participação política. “Pode-se observar que, em um certo sentido, se antes o objeto do “encantamento” da imaginação social brasileira era a ação estatal, nos anos 90, esse objeto passa a ser representado, de forma paulatina e ainda embrionária, pela sociedade civil” (MELO, 1999, p.82)

A criminalidade violenta no Brasil tornou-se um problema nacional, passando a ocupar o centro do debate no campo da segurança pública. Tem como destaque o crescimento dos crimes violentos e as altas taxas de homicídios desde os anos de 1980 até 2000. Conforme ressaltam Lima, Misse e Miranda (2000, *apud* NEME, 2005, p.129):

os homicídios constituem a única base nacional de dados sobre violência que possibilita comparações fidedignas entre diferentes regiões do país, sinalizam a gravidade da violência no país e parecem representar o ápice de uma variedade de violências que afetam toda a sociedade brasileira, ainda que de maneira desigual.

A violência e a criminalidade nas cidades têm sido apontadas como um dos principais problemas existentes no país. De maneira progressiva, a população como um todo, mas em especial as residentes em áreas periféricas, tem tido restrições para exercer o seu direito de ir e vir.

Diante disso, é que surgiu a necessidade de se realizar um estudo sobre o sistema brasileiro de segurança, analisando o Sistema Federal, Estadual e Municipal.

Segundo consta no Projeto de Segurança Pública para o Brasil, um dos maiores problemas estruturais das polícias estaduais é a dificuldade de trabalharem integralmente. A dualidade histórica do setor de segurança pública criou um distanciamento entre a polícia militar e a polícia civil. Conflitos de competência e duplicidade de gerenciamento, de equipamentos e de ações de policiamento fazem parte do cotidiano das polícias nos estados.

O Sistema Único de Segurança Pública centra-se nas polícias estaduais, que vão estabelecer interface com a Polícia Federal e com as guardas municipais. A integração progressiva constitui uma modalidade de reestruturação gradualista das organizações policiais, que viabiliza a mudança institucional reduzindo traumas e evitando interromper a continuidade operacional, que seria muito grave na área da segurança pública. Parte-se da integração entre ambas as polícias, de suas

estruturas, rotinas e procedimentos para, de uma forma paulatina e em médio prazo, criar-se uma ou mais instituições de ciclo completo (BISCAIA, 2001).

A segurança pública garante a proteção dos direitos individuais e assegura o pleno exercício da cidadania. Neste sentido, a segurança não se contrapõe à liberdade e é condição para o seu exercício, fazendo parte de uma das inúmeras e complexas vias por onde trafega a qualidade de vida dos cidadãos.

A segurança pública enquanto atividade desenvolvida pelo Estado é responsável por empreender ações de repressão e oferecer estímulos ativos para que os cidadãos possam conviver, trabalhar, produzir e se divertir, protegendo-os dos riscos a que estão expostos.

No caso das políticas públicas no campo da segurança, alguns traços peculiares tornam-se importantes, conforme o entendimento de Alvarez, Salla, Souza (2004, p.9), em primeiro lugar, é uma esfera na qual atuam, de modo marcante, instituições pertencentes ao poderes da República; há necessidade de estreitas articulações horizontais entre os poderes executivo e judiciário (e em menor escala o legislativo) na própria viabilização das políticas públicas concebidas para o setor. No entanto, cada um desses poderes e seus respectivos órgãos são presididos por diferentes valores, interesses, orientações políticas e procedimentos administrativos que nem sempre operam na mesma direção das políticas desejadas. Em relação a outras esferas, pode-se indicar como um traço distintivo importante das políticas públicas na área de segurança, sobretudo as mais recentes, o fato de elas serem no Brasil mais autoritárias, mais revestidas pela direção *top-down* na sua concepção, decisão e implementação. Ao mesmo tempo, é mais acentuada a ausência de processos de avaliação de resultados dessas políticas.

No que se refere a nível estadual segundo consta no Projeto de Segurança Pública para o Brasil, um dos maiores problemas estruturais das polícias estaduais é a dificuldade de trabalharem integralmente. A dualidade histórica do setor de segurança pública criou um distanciamento entre a Polícia Militar e a Polícia Civil. Conflitos de competência e duplicidade de gerenciamento, de equipamentos e de ações de policiamento fazem parte do cotidiano das polícias nos estados.

A nível Federal a polícia tem como responsabilidade o combate ao crime organizado, sobretudo aqueles ligados às fronteiras nacionais: tráfico de drogas, contrabando de armas e mercadorias, tráfico de seres humanos, exploração sexual de crianças e trabalho escravo, bem como crimes políticos e eleitorais. Tem

presença em todo território nacional, principalmente em portos, aeroportos e áreas alfandegárias.

De acordo com Salla (2003, p.358) é muito pouco o que o Governo Federal tem feito para enfrentar esses novos desafios que apresentam o mundo das prisões brasileiras. Um diagnóstico detalhado da violência nas prisões brasileiras ainda está por ser feito. Não se dispõe no momento de uma avaliação das causas e das características das rebeliões; não se conhece a fundo como se formam e atuam as facções criminosas, qual o papel nessa atuação de agentes do Estado, quais são as relações existentes entre os grupos criminosos e personagens do poder judiciário.

## 2.3 POLITICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Conforme o entendimento de Bucci (2002, p.241) políticas públicas são "programas de ação governamental visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados".

Assim, para este autor as políticas públicas podem ser entendidas como o conjunto de planos e programas de ação governamental voltados à intervenção no domínio social, por meio dos quais são traçadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, sobretudo na implementação dos objetivos e direitos fundamentais dispostos na Constituição.

Já para Mesquita Neto (2006, p.8),

políticas são diferentes de programas, ainda que possam ser planejadas em programas de governo. Políticas implicam diretamente autoridades públicas, que assumem responsabilidade pelo seu desenvolvimento. Programas, ainda que desenvolvidos sob responsabilidade de autoridades públicas, podem ser executados por agentes públicos, privados ou comunitários, e por diversas combinações de agentes.

Desta forma, políticas são formadas por conjuntos de programas, que, por sua vez, são desenvolvidas através de uma série de ações. Em síntese, políticas públicas são as leis, regulamentos, diretrizes, planos, orçamento e outras decisões do poder público.

A análise das políticas públicas tem como objeto o Estado em ação, os "programas governamentais, particularmente suas condições de emergências, seus



mecanismos de operação e seus prováveis impactos sobre a ordem social e econômica”. Conforme ressalta Alvarez, Salla, Souza (2004, p. 8), “uma das principais vertentes teóricas no campo das políticas públicas é a chamada *policy analysis*. Ela utiliza alguns conceitos que são de fundamental importância para a compreensão das políticas públicas e mesmo para a observação mais cuidadosa de determinados casos dentro dessas políticas”. Como sistematiza Frey (2000, p.216), *polity* refere-se à dimensão institucional, ou seja, à “ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo”. Já o conceito de *politics* envolve uma dimensão processual, ou seja, o processo político, em geral conflituoso, quanto à imposição de objetivos, conteúdos e decisões. Já o conceito de *policy* refere-se à dimensão material, ou seja, aos conteúdos concretos, à “configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas”.

Tomando de empréstimo esses conceitos para a análise do campo específico da segurança pública, pode-se verificar que a dimensão do sistema jurídico-institucional mais amplo (*polity*) é responsável apenas em escala restrita pelos contornos dos processos e das ações governamentais propriamente voltadas para essa área. Surpreende que, sob os diversos sistemas jurídico-políticos presentes nos contextos que aqui servem de apoio, os processos e as ações tenham se revestido de formas senão avessas ao menos incompatíveis com aquele quadro. De um lado, essa contradição remete à questão do papel dos atores que definem a agenda das escolhas e decisões nessa área, onde talvez muito mais que em qualquer outra estejam presentes, direta ou indiretamente, os interesses das elites e também dos membros que integram as agências que implementam as políticas.

Parte da reflexão aqui apresentada procura levar em consideração diferentes arranjos institucionais e processos políticos ao longo da história do Brasil e do contexto mais específico de São Paulo. Em boa medida, a tentativa de pensar as políticas públicas nesse setor parte do resultado de uma pesquisa, de caráter preliminar, sobre o período da passagem do Império para a República, sobre o mergulho do país no Estado Novo e sua posterior democratização e bem como a situação que antecede o golpe de 64 e os primeiros tempos da ditadura militar até 74.

Quanto ao regime autoritário a Polícia Militar, é uma instituição organizada com bases na hierarquia e disciplina. Possui como missão constitucional à polícia

ostensiva e preservação da ordem pública, sendo considerada, para fins de mobilização e defesa nacional, força auxiliar do Exército Brasileiro.

Os militares governaram o Brasil por duas décadas, desde os primeiros dias de abril de 1964 até 1985, começando com Castelo Branco em 1964 e tendo seu fim com João Figueiredo no ano de 1985.

Os governos militares resumiram seus grandes objetivos em duas palavras: segurança e desenvolvimento. Tais métodos foram contestados, pois o desenvolvimento beneficiou a poucos e promoveu a segurança para o Estado, a custa da insegurança da população.

Segundo Rolim (2006), no período mais recente, duas décadas de ditadura militar e de comprometimento das estruturas policiais com a repressão ilegal e clandestina contribuíram muito para marcar as polícias brasileiras com exemplos de crueldade e covardia. No respectivo período de ditadura, onde os que iam contra o regime eram perseguidos.

Durante a transição do último regime autoritário (1964-1985) para a democracia atual (cujo marco é a Constituição democrática de 1988), o debate em torno da segurança pública ganhou nova ênfase – seja porque a questão da segurança passou a integrar a temática da democratização das instituições após 20 anos de autoritarismo, seja porque o período da transição coincidiu com o acentuado crescimento da criminalidade violenta e do sentimento de insegurança. (NEME, 2005, p.130).

O processo de redemocratização vivido pelo Brasil, a partir do início dos anos 1980, desencadeou, segundo Alvarez, Salla e Souza (2004, p.5),

uma reviravolta nos estudos até então realizados sobre as políticas públicas. Para Mello (1999), de uma preocupação mais geral com o Estado e posteriormente com as políticas sociais, a partir dos anos 1980 entram em cena diversos estudos sobre políticas setoriais que jamais haviam tido projeção no debate sobre as políticas públicas. Este redirecionamento nas preocupações é provocado, por três fenômenos: em primeiro lugar, ocorre uma mudança na agenda pública. Durante os anos 70, teve relevância as questões relativas ao modelo de desenvolvimento econômico, ao impacto redistributivo das ações governamentais, ao processo de modernização conservadora empreendida pelo regime autoritário. A partir dos anos 1980 consolida-se a idéia de que a democracia é igualmente condição essencial para a eficácia da ação do Estado.

Em segundo lugar, ampliou-se a análise de políticas públicas. E por fim, a ampliação dos estudos de políticas públicas tem relação com o quadro

internacional no qual emerge a idéia de que é necessária a reforma do Estado. Tal preocupação ocupa a agenda pública dos anos 1980 e 1990 e ganham relevância, as questões relativas ao desenho institucional. Desta forma, os estudos se voltaram para a verificação da qualidade da intervenção pública, por meio do acompanhamento dos níveis de eficiência de políticas e programas.

No mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso não houve mudanças no plano traçado durante a campanha presidencial, em 1994. Plano esse que segundo Adorno (2003, p. 103) foram ancoradas em um modelo envelhecido de segurança pública, fundado em legislação penal e processual ultrapassadas, as agências federais que compõem o sistema de justiça criminal nacional se revelavam incapazes de fazer face ao rápido crescimento dos crimes, em especial dos crimes violentos conectados às modalidades de criminalidade organizada.

Em vista disso, para Adorno (2004, p.104) o governo FHC estava convencido de que, no domínio da segurança pública – como praticamente em todos os domínios de intervenção governamental, as mudanças seriam lentas e seus resultados colhidos em largo espaço de tempo, certamente não antes do término do segundo mandato.

Os crimes e a violência continuaram em níveis elevados. Não havia até fins da década de 1990, estatísticas oficiais de criminalidade para o país em seu conjunto. Os dados disponíveis, para os anos de 1999 a 2001, divulgados pela Senasp, revelam que, relativamente ao país como um todo, as taxas de crimes violentos por cem mil habitantes, homicídio, roubo, roubo seguido de morte, extorsão mediante sequestro, tráfico de droga, estupro, são grosso modo superiores a de outros países com características de organização social comparáveis às do Brasil. (ADORNO, 2004, p.106).

O crime cresceu e mudou de qualidade; porém, o sistema de justiça permaneceu operando como o fazia há três ou quatro décadas.

Logo no início do segundo mandato, o presidente anunciou uma reforma ministerial com o propósito de contemplar demandas por cargos, nascidas dos acordos e das alianças que sustentaram as mudanças constitucionais que asseguraram a reeleição. Escapa aos propósitos deste ensaio examinar as negociações de que foi objeto o Ministério da Justiça.

Assim, no segundo mandato, o governo FHC continuou na mesma linha de orientação adotada no mandato anterior. Prosseguiu suas tarefas no sentido de implementar os acordos e as convenções internacionais, como as promulgações:

Decreto 3.331/99, do Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais, denominado “Protocolo de São Salvador”, concluído em novembro de 1988; pelos Decretos 3.413/00 e 3.951/01, da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças; entre outros.

Assim, verifica-se que o governo federal buscou tanto ratificar convenções firmadas há, pelo menos duas décadas que permaneciam pendente. Ao mesmo tempo, buscou ratificar, de imediato, convenções recém-firmadas, com o nítido propósito de evitar obstáculos que pudessem postergar sua implementação em território nacional (ADORNO, 2004, p. 115).

Já o governo de Luiz Inácio Lula da Silva oscila entre o apoio aberto às ações brutais que justamente precederam os Jogos Pan-Americanos nas favelas, principalmente no Complexo do Alemão, e o reconhecimento para lá de tímido, ao admitir que ainda se observam, no Brasil, denúncias freqüentes de abuso de poder, da prática de tortura e do uso excessivo da força, cometidas principalmente por agentes policiais e penitenciários. Em junho de 2007, por exemplo, operação de combate ao tráfico de drogas, no complexo de favelas do Alemão, no Rio de Janeiro, deixou 19 mortos, entre os quais existiam vítimas de execuções extrajudiciais, segundo organizações da sociedade civil.

A “política de confronto”, na ocasião saudada pelo Ministro da Justiça e pelo Presidente, transforma-se, na prestação de contas do Estado brasileiro diante do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em “uso excessivo de força”. Aliás, em todo o relatório, é a única menção velada às execuções sumárias. Os brasileiros pobres têm muito a temer em relação aos preparativos para o Campeonato Mundial de Futebol a ser realizado no Brasil, se pararmos para pensar mais profundamente no que está acontecendo no Rio de Janeiro (OBSERVATÓRIO, 2008).

O jornal O Globo, tomando o período de janeiro a setembro de 2007 e comparando os números de mortos em confronto com policiais militares no Estado de São Paulo (291) e no Estado do Rio (1.245), concluiu que “a Polícia Militar do Rio mata 327% mais que a de São Paulo”. A PM do Rio estaria “no topo do ranking nacional” e especialistas consultados teriam atribuído esses números à “insistência numa política de confronto”. (OBSERVATÓRIO, 2008).

## 2.4 OS CONFLITOS INSTITUCIONAIS

No Brasil, assim como na América Latina, as organizações policiais sofreram forte influência das ditaduras militares e somente recentemente passaram a ser remodeladas pelos governos democráticos.

Sustenta-se a necessidade de abrir caminho para uma política de segurança que associe eficiência policial e respeito aos direitos humanos, ou seja, que submeta a ação policial à lei, de modo que o controle, inclusive o repressivo, seja exercido legitimamente (SOARES, 2003a, p. 86-88). Na falta disso, permanece o padrão de repressão ilegítima contra largas parcelas da população periférica, em que a instituição policial destaca-se como principal algoz – mais distantes e menos cobradas ficam as demais instituições do sistema de justiça criminal. Porém, parece faltar consenso no meio social e político a respeito da necessidade de reconhecer claramente que o controle legítimo da ordem é uma premissa para que se possa enfrentar o problema da insegurança em sua complexidade e conseqüentemente avançar na direção de políticas de prevenção e de segurança eficazes e democráticas. Exemplo disso é a manutenção de altos níveis de violência policial e a não rara emergência no cenário político de autoridades que revigoram a linha dura, incentivando a violência policial (o que pode ocorrer de maneira mais ou menos explícita) ou enfraquecendo as medidas de controle sobre as instituições, como as ouvidorias de polícia ou programas de controle da violência policial. (NEME, 2005, p.131).

Nesse contexto, a atuação das forças policiais é ainda marcada por problemas materiais e de gestão organizacional, tais como: insuficiência de recursos humanos e materiais e/ou má-distribuição dos recursos existentes; falta de comunicação entre as polícias e, internamente, entre planejadores e aqueles que executam o trabalho policial; alta rotatividade do efetivo (deslocamentos) e disparidade salarial (grande desigualdade entre a alta hierarquia e a base). Isso resulta em condições precárias de vida dos policiais dos níveis hierárquicos mais baixos, em desvalorização profissional, em dedicação dos policiais a atividades extra-oficiais com o objetivo de elevar a remuneração e em altos níveis de risco e estresse para os profissionais, sobretudo os das bases. (NEME, 2005, p.133).

Em relação a polícia, historicamente se sobressai o papel eminentemente repressivo atribuído a essa instituição – seja para controlar movimentos das classes trabalhadoras ou manifestações populares, seja para reprimir a criminalidade cotidiana. De acordo com Pinheiro (1981, p.31),

independentemente do regime político vigente (democrático ou autoritário), são as práticas arbitrárias e de maus tratos que caracterizam a relação entre a polícia e certos grupos da população (pobres, trabalhadores, criminosos ou suspeitos) – embora durante os regimes de exceção tenha havido um agravamento da violência institucional e uma ampliação do público por ela atingido em razão da repressão aos opositores políticos, inclusive os pertencentes à classe média, além dos criminosos comuns.

Em todo o Brasil a polícia militar continua a executar sumariamente os suspeitos e os criminosos. Em São Paulo 18 pessoas são mortas pela polícia por mês e no rio a média é de 24. Muitas dessas vítimas vivem nas periferias pobres e as vítimas são dos grupos mais vulneráveis: os pobres, os negros e os sem-teto. Do ponto de vista da polícia militar, essas mortes são parte de uma estratégia de confronto com os criminosos. Os policiais vêem o império da lei como um obstáculo e não como uma garantia de controle social. O seu papel é o de proteger a sociedade de qualquer “elemento marginal” usando qualquer meio. Esses assassinatos são apoiados pelas elites e pelo pobres que em sua grande maioria são as principais vítimas. Nos 26 estados brasileiros, os crimes oficiais são julgados por cortes militares. Formadas por oficiais militares e baseadas em investigações criminais de péssima qualidade, essas cortes em geral sancionam a impunidade de atos como assassinatos cometidos pela polícia e outros crimes violentos. (PINHEIRO, 1997, p.49).

O descrédito pela polícia e pelo sistema criminal vem provocando uma onda de privatização da justiça em toda a América Latina, onde grupos fazem justiça com as próprias mãos através dos vigilantes ou de linchamentos de criminosos pegos em flagrante. Os linchamentos se tornaram comuns no Brasil, Peru e Venezuela. Em recente estudo, o sociólogo José de Souza Martins inventariou 515 casos de linchamentos no Brasil entre 1970 e 1994 que resultou em 366 mortes. Nas maiores cidades brasileiras, justiceiros ou pistoleiros são os responsáveis pela manutenção da ordem nas periferias. Esses “aplicadores” privados da lei são em geral pagos por comerciantes e muitas vezes por associações locais. A abundância de linchamentos e justiceiros indica a ineficiência das instituições do Estado abdicou de seu papel de provedor da ordem e da segurança para todos os cidadãos. Nesse sentido, esses atos privados de justiça consolidam o ciclo de ilegalidade e de violência. (PINHEIRO, 1997, p.50)

Com tudo isso, o que se observa atualmente é que cada vez mais as pessoas estão descontentes com a segurança pública e com isso acabam se protegendo através da segurança privada. O país conta com um verdadeiro exército de segurança privada. As estimativas giram em torno de 500 mil a três milhões de seguranças no País, todos armados e nem todos preparados para desempenhar essa função. Estima-se que, em cada quatro vigilantes, apenas um trabalha em empresa legalizada. O controle das empresas de segurança privada é de responsabilidade da Polícia Federal, mas esta não tem estrutura nem motivação necessárias para fazer tal controle. Estima-se também que parcela significativa dos empregados em empresas de segurança seja proveniente da própria polícia, que assumem esse trabalho como emprego extra, o chamado bico. Os vigilantes que fazem segurança dentro das empresas, no transporte de valores, na segurança bancária e na escolta especializada têm permissão para porte de arma de fogo. No Estado de São Paulo, há legislação em fase de aprovação que habilitaria todos os vigilantes a terem porte, o que representaria mais uma fonte segura para o fornecimento de armas para o crime. Sabe-se que a fiscalização é um problema sério para o qual não há solução em vista o que obrigaria as polícias a desviar ainda mais policiais para atividades burocráticas.

#### 2.4.1 Polícia Civil e Polícia Militar

A Polícia Civil e a Polícia Militar são órgãos da Administração Pública dos Estados. Cada Estado mantém sua própria polícia, seu efetivo e suas políticas, embora a organização dessas decorra de legislação federal e de preceitos constitucionais. A linha de frente da segurança dos Estados decorre da ação dessas duas polícias. A Polícia Civil é uma polícia técnica e judiciária. Ela tem o papel de investigação criminal, de persecução de criminosos e de detenção provisória destes enquanto aguardam julgamento (SOUZA, 2004, p.254).

A Polícia Civil tem sua academia de polícia e todos os policiais da carreira passam por um curso de ingresso. Os cursos são definidos pelos próprios pares e há uma fraca participação de professores estranhos à carreira policial na academia. Vinculados à Polícia Civil, mas com relativa autonomia administrativa, existem a Superintendência da Polícia Técnica e o Instituto Médico Legal, a primeira é responsável pelas perícias técnicas e

o segundo pelos laudos médicos. A Polícia Civil conta com sua corregedoria, que detém autonomia de ação, mas é composta exclusivamente por policiais de carreira (SOUZA, 2004, p.255).

A Polícia Civil é uma polícia judiciária e sua atribuição principal decorre das disposições processuais relativas ao inquérito policial. Ela é distribuída territorialmente em distritos policiais, em cujas sedes, delegacias de polícia, atuam um delegado titular, delegados auxiliares e/ou plantonistas, escrivães, uma equipe de investigadores e carcereiros. É, por certo, uma equipe restrita, concebida há muito tempo para dar conta apenas mais de atividades burocráticas do que atividades investigativas e de relações públicas. As atividades investigativas dependem, em grande parte, de equipes especializadas segundo o tipo de crime, adstritas às delegacias seccionais e aos departamentos centralizados. A Polícia Civil tem uma organização própria e a elite dos seus subordinados. Os delegados de classe especial, mais antigos na carreira, ocupam os principais cargos, inclusive o cargo de delegado geral de polícia. A Polícia Civil tem sua academia de polícia e todos os policiais da carreira passam por um curso de ingresso. Os cursos são definidos pelos próprios pares e há uma fraca participação de professores estranhos à carreira policial na academia. Vinculados à Polícia Civil, mas com relativa autonomia administrativa, existem a Superintendência da Polícia Técnica e o Instituto Médico Legal, a primeira é responsável pelas perícias técnicas e o segundo pelos laudos médicos. A Polícia Civil conta com sua corregedoria, que detém autonomia de ação, mas é composta exclusivamente por policiais de carreira. (SOUZA, 2004, p.255).

No Brasil, parte do tempo é despendida com a discussão sobre efetivos policiais. O clamor público decorrente da sensação de intranquilidade social diante da criminalidade leva a respostas simplistas que se encaminham na direção do aumento efetivo policial, enquanto todos sabem que ainda há muito a ser feito em relação à formação e capacitação dos policiais e em integração da informação e das estratégias de ação. De toda forma, é importante observar que o efetivo não parece ser um indicador seguro para avaliar a efetividade da ação policial. Segundo o quadro abaixo, a região sudeste do Brasil, que figura como aquela região que apresenta os piores indicadores de criminalidade, possui um efetivo policial que se enquadra perfeitamente dentro dos padrões aceitos pelas organizações internacionais (SOUZA, 2004, p.258).



A polícia em nossa democracia, ainda concebe o público, os cidadãos, como uma ameaça ou um obstáculo à realização de seu trabalho. O negócio da polícia é o crime e o criminoso, não é dar atendimento público. Na verdade, da maneira como está organizada, ela tem enormes dificuldades em estabelecer e manter relações eficazes com o público, por falta de pessoas e de espaço físico, apropriados, por desmazelo, por culpa. Ou, simplesmente, a polícia não tem a sensibilidade necessária para lidar com as situações de conflito, que batem à sua porta, sejam representadas pelos agressores, familiares ou vítimas das ofensas criminais (SOARES, 2000).

Nem da evidente baixa capacidade de conter a criminalidade e de aumentar a eficiência do sistema de Justiça Criminal, o sistema policial conta com as piores avaliações na opinião pública, como demonstram várias pesquisas de opinião. Numa pesquisa realizada pelo Datafolha, em junho de 2000, dois terços dos brasileiros diziam sentir mais medo do que confiança nas polícias do País. A base desta desconfiança se encontrava na violência e na corrupção dos policiais, compreendidas como sendo ilegalidades comuns dentro destas instituições. Desta avaliação, resultaria, inclusive, a aceitação, por 74% dos entrevistados, da intervenção do exército no combate à violência urbana (SOUZA, 2004, p.266).

A sensação generalizada é que as agências de segurança são desnecessariamente violentas, discriminatórias e que não primam pela eficácia (SOARES, 2000). E as comunidades ficam reféns do medo, da insegurança e do conformismo. O medo acaba sendo terreno fértil ao endurecimento do penal ou ao aumento da demanda por segurança privada (CALDEIRA, 2001). Contribui decisivamente para essa sensação a incapacidade das instituições da Justiça Criminal em incorporar, em suas práticas cotidianas, o respeito a padrões mínimos de direitos humanos. Muitos indivíduos e/ou grupos passam a crer que a polícia somente pode minimizar a violência caso viole esses mesmos padrões (LIMA, 1989). As análises sobre as políticas de segurança apontam a frágil experiência democrática do Brasil como uma das causas desse problema. Nem as instituições públicas teriam incorporado as regras do jogo democrático, nem a sociedade civil estaria pronta para aceitar o primado da universalidade da lei e dos direitos humanos (PINHEIRO, 1996; REIS e O'DONNELL, 1988). Ao contrário, sentimento generalizado de insegurança, a impunidade e as mazelas da política contribuiriam

para que a segurança, a impunidade e as mazelas da política contribuíssem para que a segurança, seguindo o mesmo caminho de outras áreas públicas, privatize-se.

Em São Paulo, desde 1995, foram adotados alguns freios à ação brutal da polícia. Entre essas medidas, merecem destaque o Proar (Programa de Acompanhamento de Policiais Militares Envolvidos em Ocorrências de Alto Risco), programa pelo qual o policial militar, envolvido em ações violentas, é afastado temporariamente, em média três meses, submetido a acompanhamento psicológico e, caso necessário, mudança de função, a Ouvidoria de Polícia (que recebe denúncias contra abusos cometidos por policiais e encaminha para os órgãos competentes), a Comissão para a Redução da Letalidade em Ações Policiais (que vem analisando os incidentes em que as ações policiais resultaram em mortes de não policiais e de policiais). Mas qualquer análise detida do funcionamento dessa instituição mostra que essas iniciativas não são suficientes. Segundo relatório da Ouvidoria de Polícia de São Paulo, desde sua criação, em 1996, 88% de um total de 253 denúncias de envolvimento de policiais com o narcotráfico não foram investigadas ou sequer tiveram inquérito policial aberto. Nesse mesmo relatório, houve 39 denúncias de envolvimento de policiais com o roubo de cargas. Foram 491 policiais denunciados em todo o Estado de São Paulo, lembrando sempre que a Ouvidoria recebe, primordialmente, denúncias da Capital e da região metropolitana. Há pouco tempo, a polícia de São Paulo afirmou ter prendido uma das maiores quadrilhas de matadores de aluguel que já atuou em São Paulo, composta de 17 indivíduos e sendo supostamente liderada por um policial militar. A essa quadrilha são atribuídas nada menos do que 150 mortes, das quais 23 ocorreram em uma única rua do extremo sul da cidade, conforme a Folha de S. Paulo, de 13.09.1999. Relatórios mais recentes tendem a mostrar a persistência desse quadro (SOUZA, 2004, p.283).

As propostas de unificação ou de integração das polícias civil e militar, no Brasil, podem surtir algum efeito desde que atinjam o centro do problema. Se forem medidas apenas paliativas, a atuação da polícia continuará arbitrária e de poucos resultados concretos no controle da violência. Do lado das Polícias Militares, é preciso minimizar a concepção militar de defesa do Estado e democratizar internamente os canais de comunicação e o processo de promoção; impossível conceber uma instituição na qual o policial de rua jamais ocupará uma posição de mando dentro da instituição.

É preciso levar os programas de policiamento comunitário a sério e avaliar rigorosamente os resultados. No âmbito da Polícia Civil, é necessária a extinção dos inquéritos policiais, o que representaria a liberação do tempo dos policiais para a investigação, na medida em que se livrariam de atividades cartoriais repetitivas e de baixa efetividade.

Na Polícia Civil, também, seria importante implantar um sistema de acompanhamento da eficiência dos investigadores. As perícias como são feitas hoje corroboram nossa tradição cartorial. É preciso que o perito trabalhe em conjunto com a autoridade que preside o inquérito, a prova pericial deve fazer sentido dentro do conjunto de provas. É preciso valorizar e preservar o local do crime. As perícias como são feitas hoje corroboram nossa tradição cartorial. É preciso que o perito trabalhe em conjunto com a autoridade que preside o inquérito, a prova pericial deve fazer sentido dentro do conjunto de provas. É preciso valorizar e preservar o local do crime. As perícias, principalmente os laudos do IML, devem ser feitas com mais presteza, com independência e com profissionalismo.

A matéria policial no Brasil é questão urgente e prioritária. É certo que a reforma das instituições policiais deve entrar definitivamente na pauta dos programas de governo dos Estados brasileiros. A sinalização que recebemos das democracias consolidadas é que a polícia precisa tornar-se uma polícia cidadã, que promova a segurança de todos, respeitando direitos. Somente para citar um exemplo, o Código de Conduta para funcionários encarregados de fazer cumprir a lei, Resolução 34/169, de 16.12.1979, da ONU, definiu o padrão internacional da seguinte maneira: os policiais devem cumprir a lei; respeitar e proteger a dignidade humana e manter a defesa dos direitos humanos; usar a força somente quando for estritamente necessário, baseando-se no princípio da proporcionalidade (o uso da arma de fogo é considerado medida extrema a ser evitada); garantir a confidencialidade das informações, proibir absolutamente o uso da tortura e de outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes; assegurar a saúde das pessoas sob sua custódia; obedecer aos preceitos do Código, fazer com que ele seja cumprido e informar seus superiores de violações do mesmo. O Código assinala que o respeito aos direitos humanos deve ser princípio orientador das agências policiais em qualquer democracia.

Em julho de 1999, numa conferência realizada em Washington para discutir os caminhos e descaminhos da democracia no continente sul-americano,

organizada pelo The Washington Office on Latin América e pelo Instituto de Defesa Legal, as 33 ONGs presentes definiram alguns temas como sendo prioritários para a consolidação democrática no subcontinente: reforma do sistema judicial e acesso à Justiça; policiamento democrático para a segurança do cidadão; direitos econômicos, sociais e culturais e integração dos direitos das mulheres como parte da agenda de direitos humanos. É, sem dúvida, uma agenda da maior importância. Para perseguir essa agenda, as políticas públicas devem se encaminhar na direção da reforma das instituições da Justiça Criminal e do fortalecimento das instituições democráticas: implantação de controle externos das atividades da Justiça Criminal, transparência nas ações governamentais e parceria com a sociedade civil. (SOUZA, 2004, p.285).

## 2.5 O EXÉRCITO E A VIOLÊNCIA POLICIAL

“Seria o recurso de apelar para tropas do Exército como solução extrema para o policiamento dos focos criminosos que atuam à margem do Estado” (CONY, 2008, p.22).

As Forças Armadas existem para proteger a Nação dos seus inimigos. O exército agindo contra o crime não acaba com o crime e corre o risco de corromper o Exército. Exército na rua para manter a ordem está a poucos passos de estar na rua para impor exceção e arbítrio. (VERISSIMO, 2008, p.3).

Segundo este autor, o Brasil é um dos raros países do mundo que não seguiu o exemplo da Roma antiga, onde as legiões eram aquarteladas longe da cidade justamente para prevenir a tentação de usá-las a qualquer pretexto. O fato dos quartéis brasileiros estarem geralmente dentro de perímetros urbanos só aguça a lógica enganosa, pois realça a inutilidade de uma força militar dedicada aos seus rituais internos e à preparação para guerras hipotéticas enquanto na rua em frente, ou no morro atrás, o crime corre solto e o inimigo toma conta. Fica difícil convencer as pessoas este aparente contra-senso é preferível a transformar militar em polícia. Que é melhor para nossa saúde cívica as legiões ficarem longe de Roma, metaforicamente falando (VERISSIMO, 2008).

Lembrando do episódio ocorrido no morro da Providência no Rio de Janeiro, segundo Cony (2008, p.22) o episódio do morro da Providência, lamentável em si mesmo, ameaça um malefício dramático: a perda da esperança que guardávamos como recurso final para decidir a luta contra a bandidagem. Como disseram os moradores locais, os militares que ali foram colocados em nada se diferenciavam dos policiais a que estão habituados.

A morte de três jovens moradores do Morro da Providência, após serem entregues por 11 militares a traficantes do Morro da Mineira, no Catumbi, zona Norte, aprofundou ainda mais o debate, entre os generais do Exército, primeiro, pela indicação do general Enzo Peri para comandar a força; depois, porque alguns setores tinham discordância em relação à ocupação da Providência.

O debate sobre o emprego das forças armadas na guerrilha urbana que o Rio trava há tempos trouxe um fato novo e inesperado. Não pode servir como argumento final para a guerra que tem de ser travada contra a chaga social que perdura e impede que se enfrente o inverno do nosso contentamento (CONY, 2008).

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva classificou o episódio como “ato insano”, “abominável” e defendeu indenização para a família das vítimas (ALVES FILHO e GARCIA, 2008, p. 30).

Segunda a Revista Veja (2008) apesar da indignação, o governo federal é responsável pela atuação temerária e ilegal do Exército no Morro da Providência, pois permitiu que uma operação de garantia da lei e da ordem (GLO) fosse empreendida mesmo sem a aprovação oficial do presidente Lula e do Congresso Nacional. A morte de um cadete em treinamento da Academia Militar das Agulhas Negras (Aman) e a polêmica em torno da ação na Amazônia são outros casos que levantam questionamentos sobre o preparo e a atuação das Forças Armadas.

A Lei Complementar 117 prevê que a decisão da utilização do Exército nesses casos é do presidente, com a concordância do Congresso. Isso só pode acontecer depois que ele ou o governador consideraram “esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública”. Além disso, o texto recomenda que as ações se desenvolvam “de forma episódica”, “por tempo limitado”. Porém, nenhuma dessas exigências foi observada no caso do Morro da Providência.

Conforme a mãe de um dos três rapazes assassinados, “nunca imaginei que o Exército faria isso”, lamentou. “Pegaram meu filho só porque ele estava olhando os militares agredindo os outros dois rapazes”.

Testemunhas dizem que era costume do tenente e outros militares gritar para quem consideravam suspeitos: “Vou levar vocês para os traficantes da Mineira”.

Nos últimos anos, o debate sobre as mortes ocorridas em ações da Polícia Militar tem sido direcionado para a mudança do julgamento de policiais da Justiça Militar para a Justiça Comum, o que de fato aconteceu em 1995. Nesse ano, os crimes de homicídio cometidos por policiais militares passaram à jurisdição da Justiça Comum e o indiciamento passou a ser feito tanto pela corregedoria da Polícia Militar quanto pelo delegado distrital. Os homicídios praticados por policiais militares em serviço ou em que há utilização de arma da Polícia são apurados tanto pela Polícia Civil quanto pela Militar. Os inquéritos da Polícia Civil são distribuídos às Varas Criminais, mas os inquéritos da Polícia Militar, por versarem especificamente sobre o homicídio, são distribuídos à Justiça Militar que os remete às Varas do Júri caso haja indícios de crime doloso contra a vida (MESQUITA NETO, 1999).

Para mudar esse quadro é preciso que as polícias brasileiras adotem políticas sobre o uso da força e, particularmente, sobre o uso da força letal. Recentemente, foi o que ocorreu no Estado do Rio Grande do Sul. Além de estabelecer regras precisas quanto à necessidade do uso e quanto ao uso seguro da arma de fogo (a segurança de terceiros, do próprio policial e do criminoso deve ser garantida), o Governo do Estado também definiu que o policial deve fazer saber ao criminoso que está armado. Essas regras foram elaboradas em consonância com os princípios sobre o uso da força da ONU. (SOUZA, 2004).

Desta forma, essas políticas devem procurar aprimorar o uso da força e reduzir o nível do uso excessivo da força e da força excessiva, isto é, da letalidade das ações policiais. Ou seja, estabelecer princípios para uma política de redução da letalidade envolve, segundo a experiência internacional, estabelecer princípios gerais para uma política de uso da força em ações da polícia.

A literatura especializada tem afirmado que o uso da força é o principal instrumento de ação da polícia. Alguns poucos estudos se debruçaram, no início dos anos 70, nos Estados Unidos, sobre o problema específico do uso da força letal, por policiais. No entanto, esses estudos não faziam uma distinção clara entre o uso da força letal e a brutalidade policial. A partir de 1980, principalmente, algumas pesquisas foram realizadas sobre incidentes envolvendo disparo de tiros e uso próprio ou impróprio da força letal, a maioria delas foi realizada nos Estados Unidos e apenas uma no Canadá. Nos demais países, as pesquisas sobre poder

discrecional da polícia, sobre racismo ou sobre corrupção, como na Inglaterra, França, África do Sul e Austrália (SOUZA, 2004).

A tendência, nos últimos dois séculos, foi de aprimorar os mecanismos jurídicos de contenção das violações penais e de minimizar o grau de violência contido nas punições. Esta tendência permanece incompleta e, em muitos países, ela pode estar se invertendo, não obstante o discurso jurídico da proporcionalidade da punição e do compromisso com a equidade (SOUZA, 2004).

Há de se ressaltar que a atuação do Exército Brasileiro degradaria garantias seguradas pelo Estado de Direito com respaldo na Constituição Federal. Não podendo ultrapassar os parâmetros legais simplesmente por razão de uma desenfreada evolução do estado corruptivo do Brasil. As medidas a serem utilizadas são investimentos na educação, saúde, moradia, lazer, trabalho, e aperfeiçoamento nos procedimentos judiciais e extra-judiciais, além de aprimoramentos nos sistemas, instrumentos e chefia da força policial e forças auxiliares.

Impondo o exército nas ruas para manutenção da Segurança Pública estaríamos punindo duplamente a sociedade através da retirada da garantia dos princípios legais e a liberdade individual de cada trabalhador constrangido e e lesado em seus direitos.

### 2.5.1 Polícia Civil e Ministério Público

O diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda, garantiu que, se houver o entendimento do Supremo Tribunal Federal de que o Ministério Público tem atribuição para investigar, os procuradores devem assumir a responsabilidade pela apuração dos 120 mil inquéritos que tramitam hoje.

Se se entender que o Ministério Público deve ser competente para investigar, então, que ele presida todas as investigações no Brasil. São 120 mil inquéritos. Não pode haver uma competência seletiva.

A procuradora Regional da República, Janice Ascari, criticou as declarações. “Lacerda se esquece que o inquérito policial não é o único instrumento de investigação. Demonstra desconhecimento total da lei”.

Roberto Wider Filho, promotor do Gaeco (grupo especial do Ministério Público), disse que Lacerda “não sabe conviver num regime democrático”. “O Ministério Público atua em muitos casos em que a polícia não está apta a investigar.

O Supremo Tribunal Federal adiou mais uma vez a definição sobre o poder investigatório do Ministério Público em matéria criminal. O julgamento foi suspenso com um voto contra promotores e procuradores conduzirem inquéritos e um voto a favor. A discussão voltou à pauta da Corte no julgamento de mérito do *Habeas Corpus* do empresário.

Ele é apontado pelo MP como mandante do assassinato do prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel, em janeiro de 2002. Os advogados do empresário alegavam insubsistência da ação penal por ter sido embasada em investigação promovida pelo Ministério Público.

O relator do pedido de *Habeas Corpus*, ministro Marco Aurélio, acolheu o pedido para trancar a ação penal que corre na Justiça de Itapeverica da Serra. Segundo o ministro, o artigo 144 da Constituição Federal revela que cumpre à Polícia Federal exercer com exclusividade as funções de Polícia Judiciária da União e que as polícias civis atuam em apurações de infrações penais, exceto as militares.

O ministro lembrou que no caso concreto, o MP veio a formalizar procedimentos investigatórios com um promotor na presidência da investigação. “Investigações no caso deveriam partir da Polícia Civil e não do MP que é parte na ação penal”.

O decano da Corte, ministro Sepúlveda Pertence, que deu o segundo voto no julgamento, afirmou que neste caso concreto não havia inconstitucionalidade na investigação do Ministério Público. Defendeu que mesmo se declarada a inconstitucionalidade dos procedimentos do MP, a ação penal não ficaria inviabilizada.

O procurador geral da República, Antonio Fernando Souza, contestou as afirmações defendendo que o MP está submetido ao controle do Judiciário. Argumentou ainda que a denúncia contra o empresário aproveitou de vários atos investigatórios tanto da Polícia como do MP, além da CPI dos Bingos no Senado. De acordo com o procurador, a Polícia não tem exclusividade para a investigação. “Não há na Constituição Federal nenhuma regra que exclua o poder investigatório do MP. As normas estabelecidas trabalham no sentido de sua ampla legitimidade investigatória seja na área penal ou não”.

A discussão sobre o poder investigatório do MP já havia ganhado corpo no inquérito criminal contra o deputado Remi Trinta (PL – MA). O caso começou a ser votado em 2003, mas perdeu o objeto quando Remi Trinta deixou de ser



parlamentar e perdeu o direito ao foro privilegiado. Quando o processo foi arquivado no Supremo e remetido à Justiça Estadual, a votação estava em três votos a dois a favor do MP. Os ministros Joaquim Barbosa, Eros Grau e Carlos Aurélio e Nelson Jobim (aposentado).

Em face da Constituição Federal de 1988, o Ministério Público pode realizar e/ou presidir investigação criminal, diretamente?

A questão posta pela consulta não é complicada nem demanda grandes pesquisas doutrinárias, porque a Constituição Federal dá resposta precisa e definitiva no sentido de que o Ministério Público não tem competência para realizar investigação criminal direta.

O Ministério Público pode realizar e/ou presidir investigação criminal?

“Sem a pretensão de uma elaboração sociológica mais sofisticada, e muito menos de empreender qualquer juízo moral, impõe-se aqui uma reflexão relevante. No sistema brasileiro, é a polícia que a tua na linha de fronteira entre a sociedade organizada e a criminalidade, precisamente em razão de sua função de investigar e instaurar inquéritos criminais. Por estar à frente das operações dessa natureza, são os seus agentes os mais sujeitos a protagonizarem situações de violência e a sofrerem o contágio do crime, pela cooptação ou pela corrupção. O registro é feito aqui, porque necessário, sem incidir, todavia, no equívoco grave da generalização ou da atribuição abstrata de culpas coletivas.

Pois bem: não se deve ter a ilusão de que o desempenho, pelo Ministério Público, do papel que hoje cabe à polícia, manteria o *Parquet* imune aos mesmos riscos de arbitrariedade, abusos, violência e contágio.

A esse propósito, não é demais recordar o exemplo italiano. O Ministério Público brasileiro ficou muito entusiasmado com a atuação dos procuradores italianos na chamada Operação Mãos Limpas, que teve inequívoco sucesso no combate aos crimes mafiosos. Como se sabe, na Itália vigorava até 1989 o juizado de instrução, quando foi suprimido, e os poderes de inquérito e de investigação concentraram-se nas mãos do Ministério Público. Essa transformação proveio da legislação anti-máfia e teve impacto imediato, mas não tardou a surgirem os abusos de poder. O Procurador Di Pietro, o mais destacado membro do Ministério Público de então, teve de renunciar ao cargo em consequência das denúncias de desvio de poder, assim também se deu com procuradores na Sicília. Então, a suposição do parecer do Prof. Luís Roberto Barroso é algo que a experiência já provou.

Enfim, seja como for, o certo é que o eventual mau funcionamento do sistema de investigação criminal pela Polícia Judiciária, como qualquer outro defeito ou deficiência que se possa verificar, não tem a força de transferir para outra instituição sua competência constitucionalmente estabelecida, nem autoriza que outra instituição o assuma, mesmo subsidiariamente.

O signatário deste parecer, enquanto assessor na Constituinte, apoiou e, nos limites de suas possibilidades, ajudou na formulação das normas que deram ao Ministério Público a posição de destaque como instituição constitucional permanente e autônoma. Conhecido assunto desde o primeiro Anteprojeto da Subcomissão da Organização do Poder Judiciário e Ministério Público, cujo relator foi o Deputado Constituinte Plínio de Arruda Sampaio, oriundo da instituição, que se inspirou na organização da instituição no Anteprojeto da Comissão de Estudos Constitucionais (Afonso Arinos), de que foi relator o então Procurador-Geral da República e hoje Min. Sepúlveda Pertence, que mereceu o meu apoio no Plenário daquela comissão. Na elaboração desse anteprojeto, na Constituinte, não estiveram ausentes as Associações de Ministério Público, especialmente a Associação do Ministério Público de São Paulo, que se manteve sempre presente na defesa da instituição durante a elaboração constitucional. Pois bem, o texto desse anteprojeto (arts. 43 a 46), aprovado pela subcomissão em 25.05.1987, já continha, em essência, tudo que veio a ser contemplado na Constituição, na qual não há uma palavra que atribua ao Ministério Público a função investigatória direta. Lá estava, como função privativa, “promover a ação penal pública” e “promover inquérito para instruir ação civil pública”, como estava também, sem exclusividade (art. I, a e b), “o poder de requisitar atos investigatórios criminais, podendo efetuar correição na Polícia Judiciária, sem prejuízo da permanente correção judicial” (art. 45, II, e); essa correição foi convertida, depois, em controle externo da atividade policial. Ora, se o Ministério Público estava interessado na investigação criminal direta, seria de esperar que constasse desse anteprojeto algo nesse sentido, já que o relator era um constituinte afinado com a instituição. As únicas disposições aproximadas a isso vieram no Anteprojeto da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo (junho de 1987), de que foi relator o Constituinte Egídio Ferreira Lima. O art. 137, V, incluía entre as funções institucionais do Ministério Público, além da competência para “requisitar atos investigatórios”, também “exercer a supervisão da investigação criminal”, assim como a faculdade de “promover ou requisitar a

autoridade competente a instauração de inquéritos necessários às ações públicas”, bem como se eliminou a possibilidade de “avocá-los para suprir omissões”. Ou seja, suprimiu aquilo que o Ministério Público hoje ainda pretende: o poder de investigação subsidiário. O texto ficou com o seguinte teor no inciso VI do Artigo 180:

“ Art. 180. São funções institucionais do Ministério Público, na área de atuação de cada um dos seus órgãos:

VI – requisitar a instauração de inquérito policial, determinar diligências investigatórias, podendo supervisionar a investigação criminal e promover inquérito civil”.

Note-se que, no Segundo Substitutivo do Relator Bernardo Cabral (Comissão de Sistematização, setembro de 1987), nova transformação sofreu essa competência. Nele, já não consta a faculdade de “supervisionar a investigação criminal”, e “promover inquérito civil” foi para outro dispositivo, conectado com “ação civil pública” (Art. 151, III: “promover inquérito civil e a ação civil (...))”, o que tem relevo para a interpretação da norma. Demais, a função de “requisitar a instauração de inquérito policial” e “determinar diligências investigatórias” já não é direta, mas indireta e não imperativa, como se vê da leitura do § 4º do art. 151:

“Serão sempre fundamentadas as promoções e as cotas dos membros do Ministério Público, inclusive para requisitar diligências investigatórias e instauração de inquérito policial”.

E assim foi aprovado na Comissão de Sistematização, integrando o Projeto de Constituição “A” (novembro de 1987), a ser submetido ao Plenário, em primeiro turno. Surgiu, então, o Projeto Substitutivo do Centrão, que sugeriu diversas reduções nas funções institucionais do Ministério Público, mas não foram aceitas. O texto aprovado decorreu de um acordo das lideranças, conseqüente da fusão de diversas emendas, a de n. ZP0012-0 do Constituinte Alexandre Costa, dando nova redação àquele § 4º do art. 151 (supra), restabeleceu a competência direta para requisitar diligência investigatória e a instauração de inquérito policial, mas nenhuma proposta no sentido de dar ao Ministério Público função investigatória direta. O Constituinte Pínio de Arruda Sampaio, defensor intransigente das prerrogativas da instituição, sustentou, na tribuna, o acordo, mostrando que “a instituição do Ministério Público foi delineada na Subcomissão do Poder Judiciário [de que ele foi relator, diga-se de passagem] com o objetivo claro de criá-la forte, autônoma,

independente do Executivo. O que se quer é um fiscal da lei com plenos poderes para exercer a ação penal, inclusive contra aquele que o nomeia, contra o Presidente da República (...). Além dessa autonomia, um segundo aspecto básico da construção do Ministério Público foi aprovado na subcomissão. Consiste em conferir à instituição atribuições maiores do que simplesmente a de perseguir os criminosos: estamos dando-lhe também atribuição de defender a sociedade como um todo. Defender quem não tem quem o defenda". Quem é hoje que não tem quem o defenda: o índio, a natureza, o consumidor. "Por isso, todo um elenco de competências foi atribuído ao novo órgão Ministério Público, no âmbito da perseguição do ilícito civil". Não há uma palavra em favor da possibilidade de o Ministério Público proceder a investigação direta.

As regras constantes do acordo vieram a integrar o Projeto de Constituição "B" (junho de 1988), submetido ao Plenário, em segundo turno, sendo assim aprovado, constituindo o Projeto de Constituição "C" (setembro de 1988), destinado à redação final, mantido tal qual no Projeto de Constituição "D" (20.09.1988), com a transposição do conteúdo do § 4º do então art. 158 para o inc. VIII do mesmo artigo. Assim, com outros ajustes de redação, os arts. 156 a 159 do projeto aprovado em primeiro turno vieram a constituir os arts. 127 a 130 da Constituição.

Essas observações históricas sobre a formação constitucional da instituição não pretendem perquirir a intenção do legislador constituinte para dela extrair o sentido das normas. Não, esse originalismo não se compadece com os processos modernos de interpretação constitucional. O que vale não é a intenção do legislador, mas a intencionalidade das normas constitucionais, o que significa que o sentido de cada norma ou de cada conjunto de normas se extrai do plexo de valores que foram incorporados na Constituição. Essa incorporação se deu por ação dos constituintes, não pela intenção de cada um, mas pela conjugação da vontade constituinte, não da vontade psicologicamente identificada, mas pela vontade culturalmente constituída, porque vontades que agiam em função de valores, por isso mesmo acolhendo uns e recusando outros. Por isso é que a Constituição é um sistema de valores. Por isso também é que processos de formação constitucional têm interesse, não para a interpretação das normas acolhidas, mas para conhecer os valores que não foram acolhidos, que foram rejeitados, e que, por essa razão mesma, não podem ser invocados para a composição de direitos, menos ainda de competências, tanto mais quando a competência pretendida tenha sido outorgada a outro órgão ou instituição

como é o caso, já que a Constituição conferiu à Polícia Civil Estadual e Federal a função de Polícia Judiciária e a de apuração das infrações penais (art. 144, §§1º e 4º).

Percorram-se os incisos em que o Art. 129 define as funções institucionais do Ministério Público e lá não se encontrará nada que autorize os membros da instituição a proceder a investigação criminal diretamente. O que havia sobre isso foi rejeitado, como ficou demonstrado na construção da instituição durante o processo constituinte e não há como restabelecer por via de interpretação o que foi rejeitado. Se a Constituição tivesse silenciado sobre o tema, ainda se poderia discutir sobre a possibilidade de se ser a matéria conferida ao Ministério Público, por via de lei, como se fez na Itália, onde se retirou o poder investigatório do juiz de instrução, passando-o, por lei, para os Procuradores da República que funcionam junto dos tribunais. Mesmo assim, o Ministério Público na Itália não tem esse poder autonomamente, porque a Polícia Judiciária não depende dele integralmente, mas da autoridade judiciária (Constituição italiana, art. 109), pois a Constituição italiana só tem um dispositivo sobre o Ministério Público para impor-lhe o dever de exercer a ação penal (art. 112). A Constituição portuguesa tem dois artigos sobre o Ministério Público, mas não dispõe sobre sua competência, deixando a matéria para a lei (arts. 221 e 222), por isso a lei pôde integrar a Polícia Judiciária na organização do Ministério Público com competência exclusiva para a instrução preparatória das infrações penais. Na Espanha, não é ao Ministério Público que cabe a função investigatória, só por si diretamente. Lá a função de averiguação dos delitos cabe à Polícia Judiciária que, no entanto, no exercício dessa função, depende do juiz, dos tribunais e também do Ministério Público (Constituição, art. 126). Na Colômbia, sim, a Constituição dá competência direta à Procuradoria-Geral da Nação (*Fiscalía General de la Nación*) para investigar os delitos e acusar os presumidos infratores ante os juízos e tribunais competentes (art. 250).

Essas indicações do direito estrangeiro só têm a utilidade de mostrar que o regime da matéria no Brasil é próprio, peculiar e único, porque define os campos de atuação do Ministério Público e da Polícia Judiciária com precisão, e sem dependência recíproca, de sorte que a invocação de doutrina estrangeira sobre o assunto não traz a menor contribuição ao seu esclarecimento. Nem é necessário recorrer a grandes indagações doutrinárias, diante do que está estabelecido nas normas constitucionais.

### 2.5.2 Controle Externo

Quanto ao controle externo da atividade policial não está suficientemente regulamentado pela Lei Complementar nº 75, de 1993, que dispõe sobre a organização e as atribuições do Ministério Público da União e que tem sido utilizado de forma subsidiária pelo Ministério Público dos Estados. O controle externo da atividade policial somente será eficaz quando o Ministério Público o exercer por meio do estabelecimento, em lei, de diretrizes gerais e específicas para a condução dos trabalhos e das atividades de ambas as polícias, notadamente os da civil. As diretrizes gerais definirão os grandes vetores da instrução preliminar, de acordo com os parâmetros de política criminal traçados pelo Ministério Público.

Em diversos países, as investigações preliminares são realizadas pela polícia em estreita colaboração com o Ministério Público. Os policiais de investigação vinculam-se diretamente ao Ministério Público, diferentemente do que ocorre no Brasil, onde, por força do Código de Processo Penal, a polícia se reporta ao Poder Judiciário. A investigação não pode ser tratada como um fim em si mesma. Ela deve ser entendida como instrumento destinado a servir de base à instauração de um processo criminal contra alguém.

O certo é que as legislações mais modernas têm buscado aproximar a polícia do Ministério Público, até porque este é o destinatário do trabalho daquela, ou seja, o trabalho investigatório realizado pela autoridade policial tem como finalidade principal servir de base para a formação da convicção delituosa do titular da ação penal.

Não se busca a subordinação administrativa da polícia ao Ministério Público. Este, como titular privativo da ação penal pública, deverá exercer a supervisão da investigação criminal.

A polícia continuará subordinada administrativamente ao Poder Executivo, sujeitando o seu trabalho à supervisão do Ministério Público. O que se busca é estabelecer maior aproximação entre a polícia e o destinatário de seu trabalho, otimizando a tarefa investigatória e dando ao procedimento um sentido de utilidade, na medida em que serão concentrados os recursos materiais e humanos na busca dos elementos julgados necessários para o desencadeamento da persecução criminal em Juízo.

As investigações criminais devem ser remetidas ao órgão do Ministério Público, mesmo quando contiverem representação pela prática de medidas especiais e urgentes, a maioria delas, como a prisão temporária, já condicionadas a sua manifestação. Perde, assim, qualquer sentido prático a remessa dessas investigações ao Poder Judiciário, devendo ser enviadas diretamente ao Ministério Público, que as levará a Juízo como manifestação da pretensão do titular da ação penal, e não como simples representação da autoridade policial. A jurisdição preserva sua posição de inércia e imparcialidade, próprias do sistema acusatório, sendo chamada no papel de garantidora das prerrogativas constitucionais.

Providências complementares como a comunicação imediata ao Ministério Público da ocorrência de delitos mais graves colocarão a atividade policial ao alcance do controle social. Para assegurar o respeito aos direitos fundamentais do cidadão na atual sistemática de persecução penal, faz-se necessário um acompanhamento das investigações por parte do Ministério Público.

À vista do exposto, percebe-se que são necessárias mudanças urgentes no que se refere aos programas de segurança pública. O capítulo a seguir apresenta algumas propostas de reforma, entre estas, estão a unificação e a polícia de ciclo completo.

### **3 PROPOSTAS ATUAIS DE REFORMA**

#### **3.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Diante do reconhecimento da criminalidade e do diagnóstico de deficiência do sistema de Segurança Pública da necessidade de mudança das instituições, o Governo Federal e o Congresso Nacional apresentam propostas de emenda à Constituição com o objetivo de alterar significativamente o capítulo da Segurança Pública.

As mudanças igualmente apresentadas no auge das crises, com o objetivo de alterar o modelo de organização policial, muitas vezes trazem conceitos incorretos ou confusões. Mas as mudanças anunciadas utilizam-se da idéia de unificação, desconstitucionalização, desvinculação do exército e polícia do ciclo completo.

Em linhas gerais, vamos tentar resumir a idéia de algumas propostas e em seguida destacarmos as propostas de reformas que atualmente estão em pauta no Congresso Nacional. Além das propostas de modificações elencamos, para análise e conhecimento o projeto de lei nº 1949/2007, denominado de Lei Geral da PC, a PEC 184/2007, conhecido como “PEC dos sonhos” do Delegado é a PEC 534/2002, que amplia os poderes da Guarda Municipal.

Unificação diz respeito à idéia de unir, congregar, em uma só instituição, duas ou mais estruturas iguais ou diferentes. Em se tratando de unificação das Polícias, significa reunir as duas polícias existentes (PC e PM), totalmente diferentes em uma única instituição. Deixariam de existir como instituições autônomas e independentes e seriam reunidas em uma única polícia.

A idéia de unificação descarta a proposta de criação de uma terceira estrutura. A unificação seria institucional, a qual só poderá ocorrer em duas hipóteses: Na primeira teríamos a hegemonia da PC (Polícia Única Civil); na segunda teríamos a hegemonia da PM (Polícia Única Militar). Tanto aos Delegados como aos Coronéis agrada a idéia de unificação, o problema é de quem vai se sobrepor a quem.

Polícia de ciclo completo significa que a instituição policial ou as policias instituídas, em caso de mais de uma organização, reúne todas as atribuições inerentes às funções judiciárias, ou de investigações, e as funções ostensiva e



preventivas, razão pela qual o nosso sistema estadual, que delega a Polícia Civil a função investigativa e a Polícia Militar a função ostensiva, caracterizam-se como polícia de ciclo incompleto.

A proposta está no Senado, PEC 181/2003, mantém a dualidade das polícias, dando a ambas as instituições policiais o poder de exercerem o ciclo completo, com as funções investigativas e ostensivas.

A constituição de 88 inseriu um capítulo do título V. Da defesa do estado e dos instituições democráticas, destinado aos órgãos da Segurança Pública. Isto significa que qualquer mudança no sistema necessita de uma emenda constitucional.

Muitos têm usado a expressão desconstitucionalização quando se fala em unificação ou ciclo completo, ou no simples fato de se retirar do texto a Polícia Civil ou Militar. Não se pode esquecer que em nível Estadual as Polícias também estão inseridas nos textos das constituições estaduais.

Unificação ou ciclo completo em reforma da CF obriga as reformas a nível estadual. Contudo a retirada da Polícia Civil e Militar do texto maior, fica ao Estado a opção de unificação ou não.

### 3.2 PROPOSTA DE UNIFICAÇÃO DAS POLÍCIAS

A proposta que recentemente gerou muita discussão entre os parlamentares, representantes do Conselho Nacional dos Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil, Associação dos Delegados de Polícia do Brasil ( ADEPOL ) e Confederação Nacional dos Delegados do Brasil ( CONDEPOL ), diz respeito a unificação das polícias ( PEC 21/05 ) de autoria do Senador Tasso Jereissati ( PSDB – CE ). Por se tratar de tema dos mais polêmicos e em razão do lobby das entidades de classe representando os Coronéis e Delegados, a proposta foi retirada da pauta da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania( CCJ ).

O objetivo da proposta é retirar da União a competência para legislar sobre normas gerais de organização das corporações militares estaduais (polícia e corpo de bombeiro); incorporar à Polícia Federal as funções desempenhadas pelas

Polícias Rodoviária e Ferroviária; extinguir a Justiça Militar e o Ministério Público Militar estadual e transferir suas competências para a Justiça comum; e criar um fundo de segurança pública com recursos federais, estaduais e municipais.

O relator da matéria é o Senador Romeu Tuma, mas a Comissão criou um grupo de trabalho para analisar propostas relativas a Segurança pública, tendo como relator do grupo o Senador Demóstenes Torres ( PFL \_ GO ).

O autor da proposta, diante da pressão das entidades de classe e dos demais membros da comissão, acabou por concordar com a retirada de pauta para estudos do projeto, mas ressaltou sua defesa à unificação e afirmou “ que a divisão (...), gera polícias muitas vezes paralelas, antagônicas e até rivais – acaba fazendo com que os recursos para segurança, já escassos, tornem-se ainda mais ineficientes. Não é crítica nenhuma a polícia, civil ou militar, o que é ruim são duas polícias trabalhando paralelamente, sem integração e desperdiçando recursos.”

O Senador Demóstenes Torres, aponta qual a tendência do senado com relação a dualidade das polícias. Diz ele: “ é possível avançar na discussão da proposta porque não estamos fazendo a unificação de uma vez só, estamos prevendo que os estados que quiserem evoluir num novo modelo policial poderão fazê-lo. A proposta poderá contribuir para o aperfeiçoamento do trabalho das polícias e evitar a sobreposição de funções. Queremos evitar o desperdício de esforços, com a Polícia Civil trabalhando para um lado e a Polícia Militar trabalhando para um outro. Queremos acabar com o trabalho paralelo e as funções díspares dentro das polícias.”

Já o Senador Romeu Tuma, vinculado a classe dos Delegados, em discurso proferido em plenário no dia 29/03/2007, opõe-se à unificação dos policiais civis e militares. Para ele: “ Melhor seria, objetivando incrementar a eficiência policial, concentrar o fenomenal esforço dialético não na unificação, mas, sim, na exigência de capacitação do profissional de polícia, principalmente daqueles que sabemos necessitar de mais treinamentos e reciclagem. Deve-se também dedicar especial preocupação aos níveis salariais, que continuam aquém de significar remuneração condigna por um trabalho com permanente risco de vida.”

Romeu Tuma disse ainda: “que a atual crise de segurança tem suporte na legislação penal, especialmente na execução das penas, graças a uma infindável quantidade de ‘válvulas de escape’ que se contrapõem às normas legais,

geralmente explica a partir da inexistência de estabelecimentos prisionais em quantidade e qualidade suficientes para recolher os apenados.”

Por fim ressaltou “que a unificação poderá gerar conflitos de atribuições no âmbito do órgão que venha a agrupar as atividades de policiamento ostensivo com as de polícia judiciária. Segundo ele, as polícias Civil e Militar possuem funções bem definidas e harmônicas, agindo de acordo com dispositivo constitucional.”

**QUADRO 01: PROPOSTA DE UNIFICAÇÃO DAS POLÍCIAS**

<b>PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 21 , DE 2005.</b>		
Dá nova redação aos arts. 21, 22, 32, 144 e 167 da Constituição Federal, para reestruturar os órgãos de segurança pública.		
<b>PEC 21/05</b>	<b>CF/88</b>	<b>Observações</b>
Art. 1º A Constituição Federal passa a vigor com as seguintes alterações:		
"Art. 21. ..... .....	Art. 21. Compete à União:	
XIV - organizar e manter a polícia e o corpo de bombeiros do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio;	XIV - organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio; <u>(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)</u>	Unifica a PMDF e a PCDF.
"Art. 22. .....	Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:	

Continua

XXII - competência da polícia federal;	XXII - competência da polícia federal e das polícias rodoviária e ferroviária federais;	Unifica as polícias Federal, rodoviária e ferroviária federais.
"Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, com ações desenvolvidas nos níveis federal, estadual e municipal.	Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:	Integra todos entes federativos no desenvolvimento de ações na área de Segurança Pública.
III - exercer as funções de polícia ostensiva marítima, aérea, portuária, de fronteiras e de rodovias e ferrovias federais;	III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)	Com a unificação das polícias federais, foram abarcadas todas as atribuições e competências.
IV – exercer as funções de polícia judiciária da União.	IV – exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.	Excluí a exclusividade das funções de polícia judiciária da União. Obs.: O Ministério Público também poderá exercer essa função.

Continua

<p>§ 2º Os Estados organizarão e manterão a polícia estadual, de forma permanente e estruturada em carreira, unificada ou não, garantido o ciclo completo da atividade policial, com as atribuições de exercer as funções de polícia judiciária e de apuração das infrações penais, de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública, e elaborarão legislação orgânica que regule o disposto neste parágrafo, e a disciplina e hierarquia policiais.</p>		<p>A polícia dos Estados passa a ser matéria desconstitucionalizada.</p> <p>Além de organizar e manter a polícia estadual, os Estados terão autonomia para unificar ou não suas polícias.</p> <p>Haverá o ciclo completo da atividade policial (unificada ou não).</p>
<p>§ 4º Os policiais estaduais terão a mesma formação profissional, que será desenvolvida em parceria com universidades e centros de pesquisa.</p>		<p>Unificação da formação das polícias estaduais e do DF.</p> <p>Mesma matriz curricular. (ex. Pará, MS)</p>

Continua

<p>§ 5º Os institutos de criminalística, de identificação e de medicina legal constituirão órgão autônomo único, que funcionará em parceria com universidades e centros de pesquisa.</p>		<p>A autonomia dos órgãos de criminalística e de medicina legal.</p> <p>Obs.: Objetiva impedir a interferência da autoridade policial na análise técnica das provas.</p>
<p>§ 10. Cada Estado terá em sua organização administrativa uma secretaria responsável pelo planejamento, direção e coordenação das ações de defesa civil estadual, e organizará e manterá um corpo de bombeiros, órgão permanente e estruturado em carreira, com as atribuições de realizar as ações de defesa civil, além das atribuições definidas em lei.</p>		<p>Secretaria de Defesa Civil, em que o Corpo de Bombeiro será vinculado.</p>
<p>§ 13. Os Municípios poderão constituir guardas municipais, destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, sendo-lhes facultado, ainda, nos termos de lei estadual, mediante convênio com a polícia estadual, realizar, complementarmente, ações de polícia ostensiva e preventiva da ordem pública, assim como de defesa civil.</p>		<p>As guardas municipais só poderão realizar ações de polícia ostensiva e de defesa civil mediante convênio com as polícias estaduais.</p> <p>Visa preservar as competências das antigas PM e PC.</p>

§ 15. As ações judiciais contra policiais e bombeiros estaduais e do Distrito Federal serão julgadas pela Justiça comum dos Estados e do Distrito Federal, respectivamente. (NR)"		Fim da Justiça Militar.
Art. 2º A formação dos policiais civis e militares será única e padronizada para ambas as categorias, e realizada de forma progressiva, pela integração dos currículos, observado o disposto no art. 144, § 4º, da Constituição.		Formação única e padronizada para os policiais. (matriz curricular única).
Parágrafo único. Academias de polícia unificadas serão criadas nos Estados e no Distrito Federal dentro do prazo de três anos, a contar da data de promulgação desta Emenda Constitucional.		Unificação das Academias de Polícia.
Art. 5º Os atuais integrantes das polícias rodoviária e ferroviária federal serão enquadrados no quadro da polícia federal, no Distrito Federal ou nos Estados que sediam a circunscrição em que estão lotados, observado o que dispõe o art. 4º desta Emenda Constitucional.		Unificação das Polícias Federais.

Continua

<p>Art. 9º Revogam-se o art. 42 e os §§ 3º e 4º do art. 125 da Constituição Federal.</p>	<p>Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. <u>(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)</u></p>	<p>Desconstitucionaliza a Polícia e acaba com a vitaliciedade. Por fim corta todos os laços com as Forças Armadas</p>
	<p>§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)</p>	
	<p>§ 2º Aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)</p>	



	<p>Art. 125. Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição.</p> <p>§ 3º A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos juizes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)</p>	

Continua

	<p>§ 4º Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)</p>	
--	---	--

Fonte: [www.senado.gob.br](http://www.senado.gob.br) - acesso em: 03.10.08

### 3.3 POLÍCIAS DE CICLO COMPLETO

A idéia de ciclo completo amplamente colocado pelos institutos e teóricos, também já é proposta legislativa em tramitação na Câmara dos Deputados.

A iniciativa é do Dep. Josias Quintal ( PMDB \_ RJ ) através da PEC 181/2003, a qual altera o Art. 144 da CF, com parecer do relator José Divino ( PMDB \_ RJ). A proposta confere às polícias estaduais ( Civil e Militar ) as funções de policiamento ostensivo e polícia judiciária.

A justificativa do legislador é salutar e sedutora. Diz ele:

É inegável que o modelo atual de polícia está superado. Daí tanto improvisos, tanto aleatorismo, e, por via de consequência, tantos conflitos. O Brasil é o único país onde o funcionamento da polícia é incompleto. As duas funções, que no seu conjunto sistêmico traduzem a atividades policial no seu todo (polícia administrativa e polícia judiciária) SÃO

inexplicavelmente separadas e geridas por instituições diferentes e limitadas em seus misteres funcionais. Ora, as funções de polícia administrativa e de polícia judiciária são interagentes, interatuantes e inter-relacionadas. Ambas traduzem, como subsistemas afins, um sistema único da atividade policial. Mas as instituições policiais civis e militares atuam como frações de uma equação incapaz de produzir um só resultado”

“ Na verdade , não existe no mundo um modelo estrutural como o da polícia brasileira ( tanto civil como militar). São polícias partidas, incompletas e voltadas para a própria sobrevivência, quando deveriam se voltar para a população como um todo e para a proteção do cidadão em particular. A Emenda em questão procura estabelecer, a nível estadual, o funcionamento das polícias civis e militares contemplando a possibilidade de atuação de ambas as funções policiais (polícia administrativa e polícia judiciária).

Nos estados e até mesmo no Distrito Federal, nenhuma das polícias detem o ciclo completo. A polícia Militar não tem competência para investigar, possuindo apenas os atos de polícia ostensiva e preventiva. A Polícia Civil não tem competência para realizar atos de polícia ostensiva e preventiva, podendo apenas investigar.

O projeto pelo que se depreende do texto e da fundamentação não desconstitucionaliza o capítulo da Segurança Pública, bem como não unifica as instituições, contudo atribui a ambos as polícias, de forma complementar, as funções investigativas e ostensivas.

A que somos obrigados a lembrar que em determinadas Comarcas a Polícia Militar paranaense, já a muito tempo, exerce de forma parcial o ciclo completo em determinadas diligencias e delitos. Nos crimes de menos potencial ofensivo, o termo circunstanciado é formalizado pela Polícia Militar. Se isto é legal ou não, se configura uma forma de usurpação, o fato é que já é praxe e aceito pelos juizados especiais.

## QUADRO 02: PROPOSTA DE CICLO COMPLETO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N. 181/2003.		
Altera o Artigo 144 da CF relativo a Segurança Pública e acrescenta o Art. 90 aos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.		
PEC 181/03	CF/88	Observações
Art. 1º O art. 144 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:		
Art. 144 ..... .....		
§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, compete, ressalvada a competência da União: I. a polícia ostensiva; II. a polícia judiciária; III. a apuração de infrações penais, exceto as militares; IV. a preservação da ordem pública.	§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.	Atribui às polícias civis as funções de policiamento ostensivo, preventivo juntamente coma função de Polícia Judiciária.
§ 5º Às polícias militares, comandadas por oficial da ativa do último posto, compete: I. a polícia ostensiva; II. a polícia judiciária; III. a apuração de infrações penais; IV. a preservação da ordem pública.	§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.	Atribui às polícias militares, juntamente com as funções de policiamento ostensivo e preventivo, as funções de polícia judiciária.
§ 6º Aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, compete a execução de atividades de defesa civil.	§ 6º Às polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.	As polícias militares e corpos de bombeiros militares, deixam de ser forças auxiliares do exército.

<p>§ 8º Os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços, instalações e colaborar de maneira suplementar na segurança pública, na forma da Lei, e mediante convênio como Estado.</p> <p>Art. 2º É incluído o art. 90 aos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, com a seguinte redação:</p>	<p>§ 8º Os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.</p>	<p>As guardas municipais expressamente poderão colaborar com os órgãos de Segurança Pública.</p>
<p>“Art. 90. Para o atendimento do previsto no art. 144, § § 4º e 5º, os Entes Estatais disporão de seis anos, a contar da promulgação desta Emenda Constitucional.”</p> <p>Art. 3º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação</p>		<p>Estabelece o prazo de 6 meses para adoção do novo sistema.</p>

Fonte: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - acesso em: 03.10.08

### 3.4 PODER DE POLÍCIA ÀS GUARDAS MUNICIPAIS

No Congresso Nacional tramita a proposta de Emenda Constitucional nº 534/2002, de autoria do Senador Romeu Tuma (DEM/SP) a qual altera o art. 144 da Constituição Federal. No § 8º amplia-se a competências das Guardas Municipais e no § 9º cria-se a Guarda Nacional.

A proposta já foi aprovada no CCJ e atualmente aguarda a inclusão, na ordem do dia para votação em plenário. Se aprovado o novo texto, as Guardas Municipais passarão dispor do poder de polícia concorrendo com as mesmas funções da Polícia Militar.

Em que pese a resistência e agressivo *lobe* das Polícias Militares, a tendência é que as Guardas em curto espaço de tempo passarão a realizar as mesma tarefas dos militares.

Atendendo postulações dos representantes das guardas municipais, principalmente do estado de São Paulo o deputado Nelo Rodolfo (PMDB – SP) apresentou em 2002, na câmara federal, projeto de lei complementar que estabelece as atribuições e competências, regulamentando sua constituição, atuação e manutenção.

A proposta nasceu após o III Congresso Nacional de Guardas Municipais realizado em Curitiba em 17 de setembro de 1992.

Na justificativa de projeto, o parlamentar argumenta que:

as Guardas Municipais vêm se multiplicando em larga escala por todo o país, especialmente no Estado de São Paulo, o mais rico da nação, que hoje já conta com mais de 300 corporações (mais da metade das existentes no Brasil).

Aliados a esse crescimento multiplicaram-se também, os problemas que a falta de regulamentação da atividade das Guardas Municipais por consequência trouxe a sociedade. Os cotidianos conflitos entre os órgãos públicos integrantes do aparelho policial do Estado e as Guardas Municipais, se não foram previstos pelos constituintes de 88, aos menos não tiveram deles a preocupação em evitá-los.

Na doutrina já surgiram artigos e pareceres entendendo que as guardas municipais tem poder de polícia. E na prática podemos constatar com facilidade que as guardas municipais tem de forma autônoma e em ações conjuntas realizado tarefas que não difere das outras policias.

Isto pode ser facilmente percebido com relação não só a guarda municipal, da capital do nosso Estado mas principalmente com a guarda municipal de Foz do Iguaçu, vista como uma das melhores e mais equipadas e que bem antes do estatuto do desarmamento os seus integrantes portavam armas e participavam de ações conjuntas com as demais policias, não se pode negar diante do deficit das demais forças que as guardas são hoje imprescindíveis sendo que tanto a Polícia Civil como a Polícia Militar se socorrem do seu contingente e da sua estrutura para fazer frente ao policiamento preventivo e repressivo. Certas cidades. As guardas já possuem um contingente maior do que o da Polícia Militar.

As propostas de criação das guardas é hoje colocada como uma alternativa ou solução para os problemas da violência e criminalidade em inúmeros municípios do estado e da federação.

A proposta de emenda constitucional nos dá exatamente a idéia e da tendência com relação a efetivação de mais uma instituição voltada a segurança

pública; e que em curto prazo as guardas municipais vão expressamente deter o chamado poder de polícia e constituirão em determinados municípios a principal força no combate à criminalidade.

Por fim cumpre ressaltar que na estrutura do sistema de Segurança Pública ficou mantida a polícia preventiva dos estados, exercida atualmente pelas Polícias Militares, as quais se mantêm sobre o comando do Executivo Estadual.

#### QUADRO 03: PROPOSTA PODER DE POLÍCIA ÀS GUARDAS MUNICIPAIS

<b>PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 534/2002</b>		
Altera o art. 144 da Constituição Federal para dispor sobre as competências da guarda municipal e criação da guarda nacional.		
<b>PEC 534/2002</b>	<b>CF/88</b>	<b>Observações</b>
Art. 1º. O art. 144 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:		
§ 8º. Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de suas populações, de seus bens, serviços, instalações e logradouros públicos municipais, conforme dispuser lei federal.	§ 8º. Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.	A nova redação ao incluir “proteção de suas populações” expressamente atribui poder de polícia as Guardas Municipais.
§10º. Compete à União criar, organizar e manter a guarda nacional, com atribuição, além de outras que a lei estabelecer, de proteger seus bens, serviços e instalações .		A nível federal o novo parágrafo cria mais uma instituição denominando de guarda nacional

Fonte: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - acesso em: 03.10.08.

### 3.5 LEI GERAL DA POLÍCIA CIVIL

A pretensão de uma Lei Orgânica Nacional relacionada as polícias é antiga, ganhando proporções maiores a partir de 1988. A idéia inicial era uma lei disciplinando a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela Segurança Pública. Os projetos e anteprojetos nada acrescentaram, apenas fixavam alguns princípios e repetiam as mesmas regras de competência.

Em razão das dificuldades legislativas e políticas de elaborar um texto para agradar todas as instituições, partiu-se para regulamentações autônomas.

Com relação as Polícias Cíveis, surgiram várias propostas dentre elas o Projeto de Lei Nº 4296/93, do Poder Executivo (Mensagem 851/93), Projeto de Lei 4371/93 e 3274/2000.

O atual governo, através do Ministério da Justiça criou no Senado um Grupo de Trabalho que após longo estudo e consulta propôs um substitutivo ao Projeto Nº 3274/2000, que culminou, após, “adaptações”, com a proposição do Projeto de Lei Nº 1949/2007.

O Projeto foi apresentado em 04.09.2007, pelo Poder Executivo e apenas institui uma “Lei Geral da Polícia Cível”. Atualmente está na Comissão de Trabalho de Administração e Serviço Público (CTASP), tendo como Relator o Dep. João Campos (PSDB – GO), aguardando designação para realização de audiência pública.

O Projeto é simples e genérico, mas consistente, conforme assinalou o Ministro Tarso Genro na mensagem:

O projeto introduz modernos conceitos de gestão recomendados para o setor e aponta para a superação do paradigma reducionista que resulta de uma prática estritamente jurídico-processualista da ação investigativa.

Indica, também, a necessidade de se construir uma polícia racionalmente estruturada para uma intervenção ponderada nos cenários penalmente relevantes, valendo-se permanentemente da idéia da unidade técnico-científica da atividade típica das Polícias Cíveis. Também assevera que esta ação deve ser praticada por policiais capacitados pelo conhecimento universal e segmentado das ciências humanas, sociais e naturais, dentro de uma política permanente de qualificação, capaz de assegurar a consistência moral e procedimental de cada servidor”.

“O Projeto de Lei apresenta os seguintes aspectos conceituais:

- a) “insere a atividade investigativa no contexto dos princípios da cidadania...”;
- b) “aponta para esta intervenção com uma visão fundada no conceito de polícia comunitária...”;



c) "fomenta a equalização dos papéis das carreiras de investigação para um regime de produção sistêmica...";

d) "define marcos que resgatam a investigação das armadilhas de uma visão estritamente repressiva....".

"As diretrizes pretendidas para modernização são:

a) "indivisibilidade da investigação...";

b) "multidisciplinaridade da ação investigativa...";

c) "relevância social e comunitária da investigação...";

d) "dimensões complementares da investigação, territorial e especializada...";

e) "o caráter preferencial da dimensão territorial...";

f) "o caráter subsidiário da dimensão especializada....".

"Ao estabelecer normas sobre a perícia, situando-a no âmbito da Polícia Civil o Projeto, em respeito ao pacto federativo e à autonomia dos Estados, deixa claro que competirá aos Governadores decidir se a atividade pericial integrará, ou não, a estrutura policial dos seus respectivos Estados".

### 3.6 AUTONOMIA DA POLÍCIA CIVIL

A emenda de Nº 184/2007, proposta pelo Dep. Laerte Bessa, em co-autoria (PMDB – DF), com outros deputados, simpáticos as causas da classe dos Delegados, é de nominado pelos colegas de: "PEC dos sonhos".

A idéia fundamental é estabelecer às polícias civis e federal, a mesma estrutura equivalente do Poder Judiciário e do Ministério Público. Quer a proposta igualar a figura do Delegado tanto a nível federal quanto estadual aos magistrados e promotores de justiça.

A pretensão esta clara no texto da proposta e na justificativa os autores enfatizam de forma peremptória:

Os organismos de polícia judiciaria carecem de um arcabouço legal protetor, semelhante àquele que resguarda magistrados e membros do Ministério Público."

" É notório que a polícia judiciaria carece de prerrogativas e de autonomia. A vinculação desta com o Poder Executivo é nociva e, não é incomum ingerências indevidas em certas investigações ou ordens voltadas à exarcebação das ações policiais contra aqueles que se opõem ao governo.

A pretensão é desvincular as Polícias Civis dos Estados bem como a Polícia Federal, do Poder Executivo, atribuindo as instituições estatuto de órgão essencial para o funcionamento da justiça.

O projeto é extenso e complexo, alterando competências legislativas, criando foro privilegiado, a figura do Delegado Geral da República, estendendo o quinto constitucional aos Delegados. No Capítulo IV da Constituição Federal, cria a seção IV, onde estabelece a autonomia da Polícia Judiciária (art. 135 A), sua estrutura básica no âmbito federal e estadual, os respectivos quadros, garantias e prerrogativas. Por fim cria ainda o Conselho Nacional de Polícia Judiciária.

Copiando os modelos do Conselho Nacional de Justiça e do Ministério Público.

A proposta é absurda, inoportuna e provavelmente não será levada a sério pelo Congresso. Querer se igualar ao Ministério Público e ao Poder Judiciário é um equívoco jurídico e estratégico, demonstrando a total falta de objetivos das entidades representativas da Classe dos Delegados. Pode-se até admitir a necessidade de uma certa autonomia, independência da Polícia Judiciária, mas da forma que esta sendo proposta, tudo não passa de uma doce ilusão.

A emenda, contrariando a tendência de desvinculação dos órgãos técnico-científicos, mantém as perícias em departamentos. Os Institutos de Criminalísticas na grande maioria dos estados se desvincularam da Polícia Civil constituindo em departamentos autônomos vinculados diretamente às Secretarias de Segurança Pública. Tal medida tem se apresentado como benéfica aos peritos em que pese a resistência dos Delegados em querer manter de forma ilusória os peritos e médicos legistas como auxiliares da autoridade. Vale lembrar que quando vinculados a Polícia Civil foram sempre considerados em segundo plano, o que contribuiu para o sucateamento da instituição a qual se constitui na atividade mais importante e imprescindível para o esclarecimento da autoria e materialidade dos delitos.

Paralelamente tramita a PEC 549/2006, a qual procura inserir a função de Delegado de Polícia nas chamadas carreiras jurídicas, visando ainda a isonomia salarial com o Ministério Público. A PEC é atualmente a principal bandeira da ADEPOL Brasil.

**QUADRO 04: PROPOSTA DE AUTONOMIA DAS POLÍCIAS**

<b>PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N. 184/2007</b> Dispõe sobre as Polícias Judiciárias da União e dos Estados e dá outras providências		
<b>PEC 184/07</b>	<b>CF/88</b>	<b>Observações</b>
Art. 1º. Os artigos 21, 22, 24, 32, 52, 61, 84, 85, 94, 102, 104, 105, 107, 135, e 144 e o Capítulo IV, do Título IV, da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação.		
Art. 94. Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros do Ministério Público e delegados de Polícia Judiciária com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.	Art. 94. Um quinto dos lugares dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.	Inclui os Delegados de Polícia, com mais de dez anos de carreira, no 5ª Constitucional, nos Tribunais Regionais, Federais e Estaduais. Da mesma forma passam a integrar o STJ, conforme art. 104 inciso II e os tribunais Regionais Federais conforme art. 107, inciso I.
Art. 2º. Acrescente-se o inciso IX ao art. 91, a Seção IV ao Capítulo IV do Título IV da Constituição Federal, denominada "DA POLÍCIA		

JUDICIARIA” , bem como os artigos 135-A e 135-B, com a seguinte redação:		
Art. 135 - A. A Polícia Judiciária é instituição autônoma e permanente, essencial à Justiça, incumbindo-lhe privativamente, além das atribuições previstas em lei, a investigação criminal e as demais funções de repressão às infrações penais, exceto as militares, e especialmente:		Confere autonomia e independência a Polícia Judiciária, atribuindo-lhe privativamente a tarefa de investigação e repressão às infrações penais, exceto as militares.
Art. 135-B. A Polícia Judiciária compreende: I – No âmbito da União a) A Polícia Judiciária Federal; b) A Polícia Judiciária do Distrito Federal e Territórios. II – No âmbito dos estados, as Polícias Judiciárias dos Estados.		Estabelece os órgãos a nível Federal e Estadual fixando ainda o quadro básico das carreiras, a previsão de uma Corregedoria Geral, o Departamento de Polícia e o Conselho Nacional de Polícia Judiciária.

Fonte: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - acesso em: 03.10.08

## 4 METODOLOGIA

Para a realização de um estudo científico ou uma pesquisa, precisa-se optar por um determinado caminho. Para Gil (2001, p. 19), “pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. (...). A pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados.”

Portanto, considera-se importante saber os procedimentos a serem adotados, quais os tipos e as técnicas de pesquisa, necessita-se saber também como será feita e coleta, análise e interpretação dos dados.

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Quanto ao método à pesquisa é de natureza não original, cujo objetivo é explorar o assunto visando esclarecer pontos existentes na temática, portanto a pesquisa é Exploratória, conforme ensina Ruaro:

A pesquisa exploratória é um estudo que tem por finalidade buscar maiores informações sobre determinado assunto facilitando a delimitação de um tema de trabalho, bem como definir objetivos e/ou formular hipóteses de uma pesquisa que se tem em mente, visando a aproximar o pesquisador do tema de investigação. (RUARO, 2004, p. 25).

Admite-se que, como a característica da pesquisa exploratória seja bastante flexível, na maioria dos casos assume a forma de pesquisa bibliográfica ou estudo de caso.

Para o procedimento de coleta, tem-se como objeto deste, uma pesquisa bibliográfica baseada em literatura especializada no assunto, tal como livros, artigos científicos, periódicos, jornais, internet, etc.

Para Gil a pesquisa bibliográfica é “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. (GIL, 2001, p. 71). Verificando sob esta ótica, a pesquisa bibliográfica é base para as demais pesquisas e pode-se dizer que é uma constante na vida de quem se propõe a estudar.

Assim, a pesquisa bibliográfica diz respeito ao conjunto de conhecimentos humanos reunidos nas obras, tendo como base fundamental conduzir o leitor a determinado assunto e à produção, coleção, armazenamento, reprodução, utilização e comunicação das informações coletadas para o desempenho da pesquisa.

Os métodos utilizados foram o dedutivo, bem como o comparativo. O primeiro quanto à análise dos textos dos diversos criminalistas, para que deles extraia-se um posicionamento crítico acerca do tema. O segundo, pois é indispensável a comparação destes textos para que se chegue a uma conclusão quanto a aplicação da prescrição em perspectiva.

Conforme nos explica Gil, “o método comparativo procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou atos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles”. (GIL, 2001, p. 35). Sendo utilizado para ressaltar as diferenças e melhor aplicabilidade da prescrição em perspectiva.

No que atine à técnica de pesquisa, o procedimento usado para a busca do propósito foi a técnica de documentação indireta, pois a base desta pesquisa está na pesquisa bibliográfica, realizada em literatura especializada no tema, da qual já se falou anteriormente.

## 4.2 COLETA DE DADOS

A coleta dos dados se deu mediante informações obtidas através de consultas bibliográficas. Além, da pesquisa em jornais, revistas e Internet.

Na definição de Lakatos & Marconi (1999, p. 34), coleta de dados é a “etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta dos dados previstos”.

É uma tarefa cansativa e toma, quase, sempre, mais tempo do que se espera. Exige do pesquisador paciência, perseverança e esforço pessoal, além do cuidado registro dos dados e de um bom preparo anterior. Para Lakatos e Marconi (1999, p. 34). São vários os procedimentos para a realização da coleta de dados, que variam de acordo com as circunstâncias ou como tipo de investigação. Portanto, a coleta de dados deu-se depois de uma seleção de vários livros com o tema proposto ou seja, sobre a Crise na Segurança Pública, sendo usado também alguns artigos que foram

retirados da internet, de autoria de doutrinadores conceituados que escrevem sobre o tema proposto.

#### 4.3 SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS

Os dados foram coletados, sistematizados e analisados de forma qualitativa com base no referencial teórico, documentos e na experiência do pesquisador.

Na interpretação dos dados, objetiva-se fornecer um sentido mais amplo para os dados, através de sua ligação a outros conhecimentos já obtidos, devido ao fato de que a interpretação de dados não está submetida a qualquer cânone.

Assim, a interpretação foi efetuada sob a ótica realista da profundidade do problema exposto, buscando destacar as ocorrências constatadas, de acordo com a idéia de autores consagrados no assunto, buscando sempre manter uma relação evidente com a temática que norteia o presente estudo.

No decorrer do estudo buscou-se abordar a temática em capítulos subseqüentes, tratando da crise no sistema de segurança pública brasileira; reforma e propostas de mudança.

Então, depois de leituras, análises e seleções, realizou-se uma mesclagem de dados, com idéias e pensamentos considerados importantes, e em seguida fez-se a síntese das leituras e a organização teórica do tema.

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme a revisão de literatura feita no decorrer deste estudo, percebe-se nitidamente que há uma crise no sistema de segurança pública, e quanto a isto não resta a menor dúvida.

Há os confrontos declarados, abertos e permanentes – entre as polícias militares e civis, o que tem comprometido a atribuição de ambas, ou seja, o policiamento preventivo e a atuação repressiva. Deixando uma sensação de insegurança e uma clara impunidade.

As mudanças apresentadas no auge das crises, com o objetivo de alterar o modelo de organização policial, muitas vezes trazem conceitos incorretos e confusos. Mas as mudanças anunciadas utilizam-se da idéia de unificação, desconstitucionalização, desvinculação das polícias militares do exército, polícia de ciclo completo e outras modificações no que diz respeito as tarefas de investigação.

Unificação diz respeito a idéia de unir, congregar, em uma só instituição, duas ou mais estruturas iguais ou diferentes. Em se tratando de unificação das polícias, significa reunir as duas polícias existentes (PC e PM), totalmente diferentes em uma única instituição. Deixariam de existir como instituições autônomas e independentes e seriam reunidas em uma única polícia.

A idéia de unificação descarta a proposta de criação de uma terceira estrutura. A unificação seria institucional, a qual só poderá ocorrer em duas hipóteses: na primeira teríamos a hegemonia da PC (**Polícia Única Civil**); na segunda teríamos a hegemonia da PM (**Polícia Única Militar**). Tanto aos delegados como aos coronéis agrada a idéia de unificação, o problema é quem vai se sobrepor a quem?

Polícia de ciclo completo significa que a instituição policial ou as polícias instituídas, em caso de mais de uma organização, reúne todas as atribuições inerentes às funções judiciárias, ou de investigações, e as funções ostensiva e preventiva.

Razão pela qual o nosso sistema estadual, que delega a Polícia Civil a função investigativa e a Polícia Militar a função ostensiva, caracterizam-se como polícia de ciclo incompleto.



A proposta de ciclo completo está no Senado, PEC 181/2003, que mantém a dualidade das polícias, dando a ambas as instituições policiais o poder de exercerem o ciclo completo, com as funções investigativas e ostensivas.

A Constituição de 1988 inseriu um Capítulo no Título V. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, destinado aos órgãos da Segurança Pública. Isto significa que qualquer mudança no sistema, necessita de uma emenda constitucional.

Muitos têm usado a expressão “desconstitucionalização” quando se fala em unificação ou ciclo completo, ou no simples fato de se retirar do texto a Polícia Civil e a Polícia Militar. Não se esquecendo que em nível estadual as polícias também estão inseridas nos textos das constituições estaduais.

Em caso de unificação ou ciclo completo a reforma da Constituição Federal obriga a modificação dos textos estaduais. De regra as propostas de desconstitucionalização retiram do Texto Maior as polícias civis e militares, ficando aos Estados a opção de unificação ou não.

Propostas de mudanças estão por toda parte, nos Institutos, nas Academias, nas Universidades. Mas, é no Congresso que desaguam os descontentamentos com o atual sistema, é lá que vão se materializar as mudanças. Foi na Câmara dos deputados e no Senado que fomos buscar as atuais propostas de reformas. Algumas pretendendo reforçar o sistema, tais como: Lei Geral da Polícia Civil, Autonomia da Polícia Civil, isonomia salarial e carreira jurídica; outros “desconstitucionalizando” o sistema e propondo a unificação e o ciclo completo. Quanto as Guardas Municipais via de regra a discussão e as propostas convergem para a atribuição de Poder de Polícia às mesmas.

Enquanto os debates seguem, ora mais acalorados, principalmente quando se agrava a crise, na prática vamos percebendo que algumas mudanças estão ocorrendo de forma gradual e inconsciente em que pese as constantes resistências.

Na prática, observando principalmente o cenário do Estado do Paraná pode-se perceber:

- a) que o Ministério Público está investigando isoladamente ou com as Polícias Civis e Polícia Militar (P2), através das promotorias de investigação criminal (PIC);
- b) que as polícias militares nos crimes de menor potencial ofensivo, atuam de forma completa formalizando os termos circunstanciados;

- c) que as Guardas principalmente na capital do Estado e na cidade de Foz do Iguaçu já exercem um policiamento preventivo e ostensivo, cooperando com as polícias, participando de operações policiais;
- d) que determinados órgãos ou setores da polícia estão atuando de forma unificada, através dos denominados núcleos: núcleos de Repressão ao Tráfico de Drogas (NRTD/DENARC); Núcleo de Repreensão aos Crimes Econômicos (NURCE); Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes (NUCRIA).

Insistentemente quando ocorre erros e equívocos operacionais por parte das polícias militares brasileiras ressurgem a discussão da necessidade da desmilitarização, assim como, quando ocorre equívocos, abusos e distorções durante o processo investigativo por parte das polícias civis eclode a necessidade de regulamentação do controle externo, da modificação do procedimento pré-processual de investigação e até de uma atuação e coordenação por parte do Ministério Público no que diz respeito em investigação dos crimes.

As políticas de integração das polícias civis e militares no Brasil, podem surtir algum efeito mas não atingem o cerne do problema. Se forem medidas apenas paliativas, a atuação da polícia continuará arbitrária, corrupta e ineficiente e de poucos resultados concretos no controle da criminalidade.

Do lado das polícias militares, é preciso minimizar a concepção militar de defesa do Estado e democratizar imediatamente os canais de comunicação e o processo de atuação. É preciso levar os programas de policiamento comunitário a sério e avaliar rigorosamente os resultados.

No âmbito da Polícia Civil, é preciso ter uma desburocratização dos procedimentos de investigação, o que resultaria a liberação do tempo dos policiais para a investigação, na medida em que se livrariam de atividades cartoriais repetitivas e de baixa efetividade.

Quanto a integração, esta refere-se ao ato de juntar-se, de incorporar-se, tornando parte integrante naquilo que for possível fazê-lo, duas ou mais estruturas distintas, mantendo a individualidade de cada uma. No caso das polícias civis e militares, a integração diz respeito à incorporação de determinadas rotinas, procedimentos e estruturas de ambas as polícias, de tal modo que possam ser compartilhadas, racionalizando-se a administração dos recursos humanos e

materiais e otimizando-se a eficácia do aparato policial. Nesse caso, a integração de ambas as instituições mantém a independência e a autonomia de cada uma delas.

No Brasil, há conflitos frequentes entre polícias militares e guardas municipais, não apenas quanto ao papel constitucional das guardas, mas principalmente quanto as suas ações na área da segurança pública. A definição de responsabilidade e a colaboração entre as guardas municipais e as polícias estaduais em programas e ações necessários à resolução de problemas da comunidade, deve ser considerada na formulação e implementação de políticas de segurança cidadã.

Ressaltou-se também os conflitos existentes entre a Polícia Civil e o Ministério Público.

Cada um dos profissionais, Delegados de Polícia e Promotores de Justiça tem sua importância específica e sua formação profissional, devendo ambos contribuir para a persecução penal e combater a criminalidade, evitando ao máximo os conflitos de atribuições. A falta de atuação harmônica, contribui apenas com a criminalidade e a impunidade.

Enquanto se degladiam na interpretação das normas e aguardam a decisão do Supremo Tribunal Federal, ou a adoção de outro sistema, a melhor recomendação é a cooperação. Neste momento histórico, é importante a participação efetiva do Ministério Público na fase da investigação preliminar, por que tudo for produzido no Inquérito Policial refletirá diretamente na instrução processual.

Em outros sistemas, como é o caso da Alemanha que extinguiu em 1974 o juiz de instrução, entregando ao Ministério Público a iniciativa e o controle da atividade de investigação criminal na fase pré-processual, da Itália que em 1987 também abandonou o juízo de instrução atribuindo *Magistrato Del Pubblico Minister* dispondo ao promotor italiano o controle da investigação; da França que atribui ao *Ministère Public* o comando da investigação preliminar e a direção da polícia judiciária e da Espanha em que os promotores de justiça incumbem a tarefa básica de investigar os delitos, os quais não são diretores ou coordenadores da polícia judiciária mas trabalham juntamente com a polícia. Em que pese ainda a adotarem o juízo de instrução, ou assume integralmente a investigação, ou controlam, ou coordenam as tarefas na fase preliminar.

O Ministério Público tem participado, lado a lado, com as polícias, acompanhando, sugerindo e até estabelecendo diligências em crimes complexos e

de repercussão, resultando em grandes operações. Não se pode negar que esta é a tendência e que na prática cada vez mais o Ministério Público participará efetivamente na fase-processual. Em alguns casos, em razão da independência e falta de garantias do Delegado, a própria autoridade policial faz questão que o Ministério Público acompanhe e participe das diligências. No Paraná, delegados e investigadores trabalham em órgãos do Ministério Público.

Segundo Lopes Junior (2005, p.85),

Atualmente, existe uma tendência de outorgar ao Ministério Público a direção da investigação preliminar, de modo que o promotor/investigador poderá obrar pessoalmente e/ou por meio da Polícia Judiciária (necessariamente subordinada a ele).

A investigação preliminar realizada pelo Ministério Público surge para seus defensores como uma salvação ante a crise e a superação do modelo de juiz instrutor.

A investigação preliminar serve essencialmente para averiguar e comprovar os fatos constantes na *notitia criminis*, isto é, a autoria e a materialidade. Neste sentido, o poder do Estado de averiguar as condutas que revistam a aparência de delito é uma atividade que prepara o exercício da pretensão acusatória, que será posteriormente exercida no processo penal.

Outra proposta de reforma é a polícia comunitária que se desenvolve paralelamente e procura integração com, outras iniciativas voltadas para a resolução de problemas de comunidade diretamente relacionados à segurança pública desenvolvidas pelo governo do estado e pela sociedade civil, particularmente: Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência; Programa de Segurança Escolar; Centros Integrados de Cidadania; Centros de Referência e Apoio à Vítima; Jornadas de Cidadania; Projeto de Qualidade Integral de Saúde; Instituto São Paulo Contra Violência.

Nas Polícias Civis também, seria importante implantar um sistema de acompanhamento da eficiência das investigações. As perícias como são feitas hoje corroboram nossa tradição na baixa resolução dos crimes. É preciso que o perito trabalhe em conjunto com a autoridade que preside o inquérito, a prova pericial deve fazer sentido dentro do conjunto de provas. É preciso valorizar e preservar o local do crime.

As perícias, principalmente os laudos do IML, devem ser feitas com mais presteza, com independência e com profissionalismo.

Por fim, se as reformas não se concretizarem, e se os índices de violência continuarem a crescer progressivamente, aumentando cada vez mais a sensação de insegurança do povo brasileiro e, em contrapartida, as resistências corporativista, não adiantará importar experiências como o Operações Mãos Limpas da Itália, ou a tão comentada e propagada Tolerância Zero, pois com certeza não resolverão o problema da criminalidade brasileira. Pelo contrário, poderá como reação aumentar os abusos, manter as instituições como incapazes de contribuir para a solução da segurança pública. Esta solução, vale ressaltar, não é tarefa só dos órgãos policiais, mas também de outras políticas públicas necessárias ao crescimento, a diminuição das desigualdades, de emprego e educação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discorrer sobre a crise no sistema de segurança, analisando as possíveis propostas de reforma, constituiu o principal objetivo deste trabalho. Para a sua concretização, foi feita uma revisão de literatura sobre o tema, podendo-se concluir que a matéria policial no Brasil é questão urgente e prioritária. É certo que a reforma das instituições policiais deve entrar definitivamente na pauta dos programas de governo federal, estadual e por que não municipais. A sinalização que recebemos das democracias consolidadas é que a polícia precisa tornar-se uma polícia cidadã, que promova a segurança de todos, respeitando os direitos e as garantias individuais. É inadmissível contemporaneamente uma polícia truculenta, autoritária, corrupta e ineficiente.

Quanto ao objetivo delimitado em analisar propostas atuais de reforma, a literatura mostra que a participação dos integrantes das polícias é fator fundamental para a implantação e consolidação de uma polícia democrática voltada ao atendimento da comunidade.

Acredita-se que a melhor política de segurança pública diz respeito à adoção do policiamento comunitário, considerado eficaz na prevenção do crime. Primeiro, o policiamento comunitário é voltado para a prevenção criminal, e não apenas ao atendimento de ocorrências e investigação criminal. Segundo, este tipo de policiamento promove a integração dos esforços da polícia e da comunidade na tentativa de eliminar as causas da violência. Outro fator é a aproximação entre a polícia e a comunidade, tornando-se um tipo de policiamento que permite a melhor administração e resolução de conflitos e problemas na sua origem. Também pode-se citar o fato de que ele aumenta a segurança e a motivação dos policiais e também dos membros da comunidade no enfrentamento da criminalidade.

Conclui-se que a reorganização das polícias é de vital importância para o enfrentamento da violência e da insegurança pública. Seja qual for a alternativa a ser adotada pelo governo federal, a reforma gerencial dos métodos de atuação e de organização das polícias é o obstáculo maior a ser enfrentado. Para tanto, não pode-se prescindir da pesquisa científica, como fonte privilegiada de elaboração de diagnósticos, para a elaboração de políticas públicas, notadamente na área de

segurança pública. Sem isso, qualquer esforço de mudança não passará de um gesto de boa vontade marcado pelo empirismo e pela falta de eficácia.

Considerando o aumento da criminalidade e da violência, bem como o aumento do sentimento de insegurança e de impunidade, entende-se que os anseios dos brasileiros estão inclinados para polícias eficientes e eficazes. As forças policiais, sejam civis ou militares, devem aprimorar sua prestação de serviços, tendo como foco a prevenção e a repressão qualificadas do crime e da violência, o aumento do nível de satisfação da população com suas polícias e a diminuição do medo do crime e do sentimento de impunidade.

Outro fato que tende a justificar a reforma da polícia e pesa até nos discursos favoráveis a unificação, assim como aos argumentos de polícia de ciclo completo, é a atuação das polícias estaduais (Civil e Militar) seja intencionalmente ou devido a natureza do serviço, elas acabam “invadindo” a área de atuação uma da outra, sendo constatado por exemplo que o serviço de inteligência da Polícia Militar, o qual é responsável pela investigação de responsabilidade da polícia judiciária militar (crimes militares) e fiscalização da disciplina interna, realiza costumeiramente serviços de polícia judiciária civil, entrando numa esfera que não é de sua competência.

No mesmo rumo, a Polícia Civil, que deve e necessita executar seu trabalho de polícia judiciária e concentrar seus esforços na elucidação dos crimes ocorridos com objetivo de descobrir a autoria e materialidade do fato, de costume, executa também em algumas ocasiões o policiamento ostensivo, invertendo, semelhante a Polícia Militar, os valores e objetivos das instituições policiais. Percebe-se uma inversão de valores, intencional ou não, onde a Polícia Militar quer ser Judiciária Civil e a Polícia Civil quer ser ostensiva, o que resulta nenhuma das duas polícias realizando suas funções a contento.

Acredita-se que não haverá mesmo que se repitam os picos de crise como em 2006, que haverá força política ou vontade para uma mudança radical do sistema. Portanto, a melhor política atual é a adoção dos processos e implementação da integração. A Polícia Civil fazendo o trabalho de polícia judiciária, a Militar ostensivo de prevenção e a Polícia Técnica de produção da prova material. E todas integradas em ações e compartilhando informações decorrente de suas atividades.

O Ministério Público também deverá contribuir e se aproximar cada vez mais das polícias, não só, para aperfeiçoar a persecução penal mas também para contribuir para o crescimento e evolução das instituições policiais. É difícil imaginar em como se adequar uma polícia única nos Estados, ou seja, uma unificação em qualquer um dos Estados da federação. Como exemplo, é difícil se imaginar a extinção de uma hora para outra das polícias militares, ou as outras carreiras da polícia civil fossem engrossar o extenso quadro hierárquico das polícias militares. Quanto à idéia de ciclo completo apenas atribuindo as mesmas instituições (Polícia civil e Militar), as tarefas de policiamento ostensivo e de polícia investigativa aumentariam os conflitos, as disputas e se preservariam cada vez mais as informações sem qualquer compartilhamento, portanto, a idéia de ciclo completo para duas instituições na mesma base territorial, com as mesmas atribuições, sem se especificar a competência quanto à natureza dos crimes, é inviável e não atende aos propósitos de reforma objetivando a melhor eficiência dos órgãos de segurança pública. Por outro lado, é inconseável essa dualidade de polícia fracionada em termos de atribuição e de ciclo completo, alguma coisa precisa ser modificada.

Com a constante criação de novas guardas municipais e ampliação dos seus quadros e a atuação das mesmas em ações e tarefas de natureza policial a tendência de municipalização e de criação de mais uma polícia em nível municipal é cada vez maior e inevitável, razão pela qual a proposta de atribuição às guardas do poder de polícia se apresenta cada vez mais concreta. Mas, se essa guarda tiver apenas a função de policiamento ostensivo e preventivo aos mesmos moldes da polícia militar, os conflitos poderão se agravar e aumentar entre as instituições. É preciso, portanto, delimitar, especificar como se fazem outros sistemas em outros países que adotam mesmo sendo estados unitários duas ou mais polícias.

Por fim, parece que a ambição dos delegados de polícia em conquistar uma lei geral é até razoável se a estrutura se mantiver nessa adoção equivocada de dualidade a nível dos estados, mas por outro lado, o projeto de autonomia da polícia civil e a PEC-549, que propõe isonomia com o Ministério Público é irracional, absurda e irrealizável, considerando-se as diferenças de cada estado da federação. O que os delegados deverão procurar conquistar é uma melhor autonomia para desenvolver com independência e isenção a sua atuação com relação a investigação dos crimes sem autoria, e porque não com o acompanhamento e a participação do Ministério Público, principalmente nos crimes financeiros, nos crimes



econômicos, de ordem tributária e naqueles que causam grande repercussão. Usar as suas entidades representativas para conquistar melhores condições de trabalho e uma remuneração mais digna.

Por fim, é melhor os profissionais responsáveis pela segurança pública se inserirem nas discussões e participarem dos processos de mudança, mesmo porque muitas delas estão ocorrendo mesmo diante das insistentes insurgências e resistências. A tendência é pela municipalização da segurança pública e que, cada vez mais, o Ministério Público passe a coordenar a investigação dos crimes, mesmo porque as instituições não são eternas, em que pese centenárias.

No decorrer desta pesquisa houve algumas limitações como a falta de produção científica por profissionais da área, o que se tem é na sua maioria escrita por sociólogos.

O Congresso não tem uma opinião própria, o mesmo atua sobre a pressão das mídias, ou decide questão dos Lobis.

Por parte das entidades também não há discussão sobre as propostas de reforma. Na maior parte das vezes quem compõe as reformas não quer falar sobre o assunto.

Outra limitação deste estudo foi um maior aprofundamento nas políticas de Segurança Pública. Como também fazer uma comparação do Sistema Brasileiro de Segurança com Sistemas de outros países e uma análise do que está acontecendo em outros Estados do país.

## REFERÊNCIAS

- ABDENUR, Roberto. **Mundo Afora: violência urbana**. São Paulo: 2007.
- ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando.; SOUZA, Luis Antonio F. **Políticas de Segurança Pública em São Paulo: uma perspectiva histórica**. Disponível em: [www.nevisp.org.br](http://www.nevisp.org.br) - acesso em: 16.04.2008.
- ADORNO, Sérgio. **Lei e ordem no segundo governo FHC**. Disponível em: [www.usp.gov.br](http://www.usp.gov.br). Acesso em: 20/04/08.
- BISCAIA, Antonio Carlos.; MARIANO, Benedito Domingos; SOARES, Luis Eduardo; AGUIAR, Roberto Armando Ramos de (coordenadores), 2001.
- BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e Imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.
- CALDEIRA, T. P. R. 2001. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**: São Paulo: USP, 2001.
- CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. Questões Preliminares para Discussão de Uma Proposta de Diretrizes Constitucionais sobre a Segurança Pública. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo: n. 22/Abr./Jun.,1998.
- CHRISTOFOLETTI, Lilian. Investigações do Ministério Público podem ser anuladas. Ministério Público x Supremo Tribunal Federal. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 13 de junho de 2004.
- COUTINHO, Grijalbo; MAURIQUE, Jorge. Em defesa do MP. **Jornal O Paraná**, 26-08-04.
- CONY, Carlos Heitor. Carta na Manga. **Jornal Gazeta do Povo**. Vida e Cidadania. Curitiba, domingo, 22 de junho de 2008.
- FERREIRA, Pinto. **Código Eleitoral Comentado**, 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1997, p. 40.
- GIL, Antonio Carlos. **Gestão de Pessoas**. São Paulo: Atlas, 2001.
- LAKATOS, E.M; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- LIMA, Renato Sérgio de. **Contando crimes e criminosos em São Paulo: uma sociologia das estatísticas produzidas e utilizadas entre 1871 e 2000**. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 2001.
- NEME, Cristina. Violência e Segurança: um olhar sobre a França e o Brasil. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 25, p.123-137, nov, 2005.

MESQUITA NETO, Paulo de. Policiamento Comunitário e Prevenção do Crime: a visão dos coronéis da Polícia Militar. Disponível em: [www.nevisp.org.br](http://www.nevisp.org.br). Acesso em: 16/04/2008.

MESQUITA NETO, Paulo de. Análises e propostas. Disponível em: [www.nevisp.org.br](http://www.nevisp.org.br). Acesso em: 16/04/2008.

NETO, Paulo de Mesquita. **Análises e Propostas: políticas municipais de segurança cidadã: problemas e soluções.** N.33/Dezembro de 2006.

OBSERVATÓRIO das Violências Policiais de São Paulo. Disponível em: <http://outrapolitica.wordpress.com/2008/06/20/seguranca-publica-politica-de-confronto-ou-de-exterminio/> acesso em: 07/07/2008.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. (Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias). Revista Sociologia USP, São Paulo, maio de 1997.

PRONASCI. Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania <http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJE24D0EE7ITEMIDAF1131EAD238415B96108A0B> - acesso em: 07/07/2008.

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS. ano 12. São Paulo: Jul/ago, 2004.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI.** São Paulo: Tribunais, 2001.

RUARO, Dirceu Antonio. **Manual de Apresentação de Produção Acadêmica.** 2. ed. Pato Branco: Faculdade Mater Dei, 2004.

SALLA, Fernando. Novos e velhos desafios para as políticas de segurança pública no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Criminais** v.10dez., 2006.

SOUZA, Luiz Antonio Francisco. Segurança Pública, polícia e violência policial. Perspectivas diante do endurecimento penal. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 12, nov./dez., 2004.

SOUZA, Luiz Antônio Francisco de. Polícia e Direito. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v.13, nov./dez., 2004, p.121.

SOARES, Luiz Eduardo. **Seminário: políticas públicas de combate à violência: uma abordagem multidisciplinar.** 2000.

SOARES Luiz Eduardo. **Segurança tem Saída.** Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

VERÍSSIMO. Luis Fernando. As legiões. **Jornal Gazeta do Povo.** Curitiba, domingo, 29 de junho de 2008.

## ANEXOS

# **ANEXO I**

## **UNIFICAÇÃO DAS POLÍCIAS**

**PEC 21/2005**

### **TRAMITAÇÃO**

**[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)**

**Data: 03.10.08**

## RESUMO DA PROPOSTA

**PROPOSIÇÃO:** PEC 21/2005

**AUTOR:** Senador Tasso Jereissati

**DATA DA APRESENTAÇÃO:** 12/05/2005

**APRECIAÇÃO:** Proposição Sujeito à Apreciação do Plenário

**SITUAÇÃO:** CCJ – Comissão de Constituição Justiça e Cidadania

**EMENTA:** *"Dá nova redação aos arts. 21, 22, 32, 144 e 167 da Constituição Federal, para reestruturar os órgãos da segurança pública".*

Art. 21, inc. XIV – Unifica a Polícia Militar do Distrito Federal e a Polícia Civil do Distrito Federal.

Art. 21, inc. XXII – Unifica as Polícias Federal, Rodoviária e Ferroviária Federais.

Art. 144 - Integra todos os órgãos federativos no desenvolvimento de ações na área de Segurança Pública.

Art. 144, § 1º inc. 4º - Exclui a exclusividade das funções de Polícia Judiciária da União.

Art. 144, § 2º - Retira do texto constitucional as polícias civis e militares dos estados, os quais terão autonomia para unificar ou não.

# Texto integral de Proposições

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2005

***Dá nova redação aos arts. 21, 22, 32, 144 e 167 da Constituição Federal, para reestruturar os órgãos de segurança pública.***

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** A Constituição Federal passa a vigor com as seguintes alterações:

"Art. 21. ....

.....

XIV - organizar e manter a polícia e o corpo de bombeiros do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio;

..... (NR)"

"Art. 22. ....

.....

XXI - organização da polícia e do corpo de bombeiros do Distrito Federal;

XXII - competência da polícia federal;

..... (NR)"

"Art. 32.....

.....

§ 4º Lei federal disporá sobre a utilização, pelo Governo do Distrito Federal, da polícia estadual e do corpo de bombeiros. (NR)"

"Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, com ações desenvolvidas nos níveis federal, estadual e municipal.

§ 1º .....

.....

III - exercer as funções de polícia ostensiva marítima, aérea, portuária, de fronteiras e de rodovias e ferrovias federais;

IV - exercer as funções de polícia judiciária da União.

§ 2º Os Estados organizarão e manterão a polícia estadual, de forma permanente e estruturada em carreira, unificada ou não, garantido o ciclo completo da atividade policial,

com as atribuições de exercer as funções de polícia judiciária e de apuração das infrações penais, de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública, e elaborarão legislação orgânica que regule o disposto neste parágrafo, e a disciplina e hierarquia policiais.

§ 3º Lei complementar da União estabelecerá as normas gerais do estatuto e do código de ética e disciplina das polícias federal, estaduais e do Distrito Federal, observadas, em relação a seus integrantes de carreira:

I - a garantia de irredutibilidade de vencimentos, fixados na forma do art. 39, § 4º, e ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

II - as seguintes vedações:

participar de sociedade comercial, na forma da lei, e de empresa de segurança privada;

exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério e uma de saúde;

exercer atividade político-partidária, salvo as exceções previstas em lei;

participar de associações sindicais e de movimentos grevistas.

§ 4º Os policiais estaduais terão a mesma formação profissional, que será desenvolvida em parceria com universidades e centros de pesquisa.

§ 5º Os institutos de criminalística, de identificação e de medicina legal constituirão órgão autônomo único, que funcionará em parceria com universidades e centros de pesquisa.

§ 6º A política nacional de segurança pública será formulada, coordenada, executada e fiscalizada por órgão específico, que organizará um banco de dados único, relativos à segurança pública, que será consultado pelos órgãos dessa área, federais, estaduais e municipais, e por eles provido com informações.

§ 7º Os Estados e o Distrito Federal terão em sua organização administrativa uma secretaria responsável pelo planejamento, direção e coordenação das ações de segurança pública estadual.

§ 8º Os Estados e o Distrito Federal, mediante convênio, poderão formar conselhos regionais, para definir formas de integração entre as polícias estaduais.

§ 9º A União e os Estados poderão celebrar convênios com vistas à atuação conjunta da polícia federal com as polícias estaduais, prevendo-se atribuição àquela de competências destas, e vice-versa.

§ 10. Cada Estado terá em sua organização administrativa uma secretaria responsável pelo planejamento, direção e coordenação das ações de defesa civil estadual, e organizará e manterá um corpo de bombeiros, órgão permanente e estruturado em carreira, com as atribuições de realizar as ações de defesa civil, além das atribuições definidas em lei.

§ 11. A polícia e o corpo de bombeiro do Distrito Federal serão organizados e mantidos pela União, observado o disposto nos §§ 2º e 10 deste artigo, respectivamente.

§ 12. A polícia estadual e o corpo de bombeiros subordinam-se aos Governadores dos Estados e do Distrito Federal.

§ 13. Os Municípios poderão constituir guardas municipais, destinadas à proteção de seus



bens, serviços e instalações, sendo-lhes facultado, ainda, nos termos de lei estadual, mediante convênio com a polícia estadual, realizar, complementarmente, ações de polícia ostensiva e preventiva da ordem pública, assim como de defesa civil.

§ 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios criarão um fundo de segurança pública, cujos recursos, a serem aplicados nas ações de segurança pública, se constituirão de cinco por cento da receita resultante dos impostos federais e por nove por cento da resultante dos impostos estaduais e municipais, compreendidas as provenientes de transferências, além de outras receitas que a lei estabelecer.

§ 15. As ações judiciais contra policiais e bombeiros estaduais e do Distrito Federal serão julgadas pela Justiça comum dos Estados e do Distrito Federal, respectivamente. (NR)"

"Art. 167.....

.....

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para a manutenção e desenvolvimento do ensino, para as ações de segurança pública e para a realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212, 144, § 14 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;

..... (NR)"

**Art. 2º** A formação dos policiais civis e militares será única e padronizada para ambas as categorias, e realizada de forma progressiva, pela integração dos currículos, observado o disposto no art. 144, § 4º, da Constituição.

Parágrafo único. Academias de polícia unificadas serão criadas nos Estados e no Distrito Federal dentro do prazo de três anos, a contar da data de promulgação desta Emenda Constitucional.

**Art. 3º** A União, os Estados e o Distrito Federal terão o prazo de cinco anos para a implantação da nova estrutura dos órgãos de segurança pública, contados a partir da promulgação desta Emenda Constitucional.

**Art. 4º** O Distrito Federal e os Estados que optarem por uma estrutura unificada de polícia estadual assegurarão, na transposição dos cargos, a irredutibilidade de vencimentos e observarão a situação funcional e hierárquica e a equivalência entre os cargos e os vencimentos das atuais polícias civis e militares.

**Art. 5º** Os atuais integrantes das polícias rodoviária e ferroviária federal serão enquadrados no quadro da polícia federal, no Distrito Federal ou nos Estados que sediam a circunscrição em que estão lotados, observado o que dispõe o art. 4º desta Emenda Constitucional.

**Art. 6º** Os juízes da Justiça Militar estadual, quando togados, serão aproveitados na Justiça Estadual de primeira ou segunda instância, conforme o caso.

Parágrafo único. Os membros do Ministério Público Militar estadual serão aproveitados nos demais ramos do respectivo Ministério Público, conforme ato do Procurador-Geral de Justiça.

**Art. 7º** Às aposentadorias e pensões dos servidores policiais dos Estados, Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente federado.

**Art. 8º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 9º** Revogam-se o art. 42 e os §§ 3º e 4º do art. 125 da Constituição Federal.

### **JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposta de emenda constitucional é fruto de um processo histórico, que teve início, nos idos de 1997, quando o então Governador de São Paulo, Mário Covas, pioneiramente, apresentou proposta de emenda à Constituição com vistas à reestruturação dos órgãos de segurança pública, propondo a unificação das polícias, entre outras medidas de aprimoramento do sistema.

A Câmara dos Deputados, sensível ao problema, criou uma Comissão Permanente de Segurança Pública para estudar, entre outros temas, a reestruturação dos órgãos policiais, no momento em que o debate passou a ganhar espaço na mídia e na sociedade. A Comissão ouviu Governadores, policiais, sociólogos, formadores de opinião e especialistas no tema em geral, cuja conclusão, levando em consideração várias outras proposições legislativas, foi substantivada na proposta de emenda constitucional da Deputada Zulaiê Cobra, relatora dos trabalhos.

Quando o tema já começava novamente a desfalecer, como reiteradamente sucede aos esforços de combate à violência e à criminalidade, que tanto afligem a todo e qualquer cidadão brasileiro, ele volta, em março de 2002, a ocupar lugar de destaque nos debates nacionais, em face da pressão da sociedade e de sensibilidade de nossos governantes em todas as esferas da Federação. Tal retorno é, então, ratificado com o início dos trabalhos da Comissão Mista Especial, composta de deputados e senadores, sob a Presidência do Senador Iris Rezende, "destinada a levantar e diagnosticar as causas e efeitos da violência que assola o País" - criada sob o Requerimento nº 1, de 2002-CN.

Tal Comissão requisitou cópia de todas as proposições legislativas de ambas as Casas do Parlamento sobre o tema de segurança pública - que somaram mais de duas centenas -, para consolidá-las em uma única proposta de emenda à Constituição e em um único projeto de lei, conforme o caso, com vistas a uma tramitação em ritmo acelerado, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal.

As propostas em tramitação no Congresso Nacional foram analisadas, intensos debates foram travados, e chegou-se, ao final, em duas propostas de emenda à Constituição - sobre a unificação das polícias e sobre o financiamento da segurança pública -, que inspiraram a emenda que ora apresentamos. Consolidamos essas duas questões em uma única proposta.

Alguns ajustes se fizeram necessários, ganhando-se em maior liberdade e flexibilidade para os Estados - por meio da desconstitucionalização do tema, uma vez que não se impõe a unificação das polícias, deixando-se esta decisão para a análise de conveniência e oportunidade de cada ente federado, em respeito às realidades locais -, e, outros, levando-se em consideração o desenvolvimento do tema nos últimos três anos, principalmente nos debates realizados no âmbito da Subcomissão de Segurança Pública do Senado Federal.

Em suma, a presente emenda homenageia a perspicácia inicial do saudoso Mário Covas, que primeiro chamou a atenção do País para o problema, e atualiza os importantes e meritórios esforços da Comissão Mista Especial de 2002, além de recepcionar as conclusões da Subcomissão de Segurança Pública do Senado, de que participamos, ocupando a Presidência, entre 2003 e 2004.

É importante ressaltar que a existência, na época de constituição da Comissão Especial Mista, de 245 projetos de lei em andamento no Congresso Nacional sobre o tema demonstram claramente a sensibilidade dos parlamentares brasileiros para a questão da segurança pública no Brasil.

Urge a apresentação da presente emenda, pois, desde a conclusão dos trabalhos da referida Comissão Mista Especial, não se percebeu o empenho necessário do Poder Executivo para reverter a crise de segurança pública que assola o Brasil. As estatísticas dos órgãos de prevenção e repressão não param de revelar crescimento contínuo da criminalidade. Desde o início da década de 1990, a sociedade brasileira vem testemunhando uma progressiva expansão da planificação normativa penal (aumento do rol de condutas delitivas no Código Penal, advento de várias leis extravagantes, como a Lei dos Crimes Hediondos, a Lei dos Crimes Tributários, a Lei de Lavagem de Dinheiro, a Lei do Porte de Armas etc.), mas a criminalidade não parou de crescer, haja vista que a partir de meados dessa mesma década aumentou, segundo dados das secretarias de Segurança Pública, entre 65% e 120%.

O Poder Legislativo tem aprovado várias leis penais, algumas bastante avançadas e reconhecidas internacionalmente, mas que não têm produzido resultados práticos. A população brasileira tem percebido nas ruas e por meio dos noticiários televisivos e da imprensa escrita que a planificação normativa criminalizante proposta pelo Poder Legislativo e aplicada pelo Poder Judiciário não está se revelando como meio adequado para a obtenção dos fins propostos.

É hora, portanto, de deixar de lado o simbolismo penal e tocar na estrutura do problema da ineficácia de nossos órgãos de prevenção e repressão da criminalidade. Urge a reestruturação do sistema nacional de segurança pública, previsto no art. 144 da Constituição Federal.

Os princípios que balizam a presente proposta são o da racionalização e o da integração. Assim, inicialmente, a polícia federal passa a ser única (art. 144, § 1º, III), dada a flagrante desnecessidade de manter três corporações - a polícia federal propriamente dita, a polícia federal rodoviária e a polícia federal ferroviária -, com comandos distintos e separados, uma vez que o combate ao crime se dá com planejamento estratégico, evitando-se ao máximo a pulverização de comandos e de estruturas.

A polícia dos Estados passa a ser matéria desconstitucionalizada (art. 144, § 2º). Cada Estado terá competência para organizar livremente a sua polícia, podendo optar pela unificação ou por manter a estrutura atual de duas polícias (civil e militar), ou mesmo, se assim achar mais conveniente, criar mais estruturas policiais. Essa alteração é fundamental, dadas a extensão continental do território do País e as múltiplas diferenças e realidades regionais.

Dentro do Brasil existem entre as regiões e mesmo entre os Estados grandes diferenças socioeconômicas e culturais, e a segurança pública, o setor de tutela estatal mais requisitado pela população nos últimos anos, deve organizar-se e funcionar com base nessa realidade. Hoje, o que se vê é a União impondo normas e condições aos Estados, como contrapartida ao recebimento de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, que muitas vezes tornam o combate ao crime nessas realidades regionalizadas amplamente contraproducente e ineficaz. Desperdiça-se dinheiro público e perde-se em otimização da prevenção e da repressão à criminalidade.

Apesar de se atribuir aos Estados autonomia para organizar sua polícia, de acordo com a realidade estadual, terão eles de observar, todavia, algumas condições: o ciclo completo da atividade policial (funções judiciária-investigativa e ostensiva-preventiva) e a formação única dos policiais. Com relação a esta última, o contato com universidades e centros de pesquisa (art. 144, § 4º) mostra-se inadiável, pois traz o policial para mais perto do humanismo acadêmico, das teses em discussão em universidades estrangeiras e do estudo de assuntos relevantes na área de segurança pública, o que contribui para tornar ainda mais qualificada a prestação de seu serviço à sua comunidade.

A prerrogativa e as vedações previstas são imprescindíveis para a despolitização da atividade policial e para reduzir ao máximo o risco de comprometimento do agente (art. 144, § 3º). A preservação da ordem pública e a proteção ao patrimônio e às pessoas são atividades tão fundamentais para o Estado quanto a magistratura e a promotoria, devendo,

assim, gozar de garantias e vedações equivalentes.

A autonomia dos órgãos de criminalística e de medicina legal (art. 144, § 5º) vem apenas reforçar as garantias da ampla defesa, do devido processo legal e da presunção da inocência, previstas constitucionalmente, impedindo a interferência da autoridade policial na análise técnica das provas.

A proposta também adota providências que reforçam as que vêm sendo hoje concretizadas com o Sistema Único de Segurança Pública (art. 144, § 6º), particularmente o banco de dados único, medida de inegável valor tático e estratégico que merece ser resguardada como política de Estado, e não apenas de governo.

Outrossim, a emenda prevê a possibilidade de os Estados e o Distrito Federal, mediante convênio, formarem conselhos regionais para definir formas de integração entre as polícias estaduais (art. 144, § 8º). Tal medida otimiza o combate ao crime, principalmente em Estados que apresentam características de contigüidade criminosa, como relação atacado-varejo de comercialização clandestina de drogas e armas etc.

As atividades inerentes ao combate aos incêndios e à defesa civil não pressupõem, para a sua melhor execução, uma organização policial, seja militar, seja civil. Em muitos municípios brasileiros, são exercidas por cidadão voluntário sem nenhum treinamento policial ou militar. Assim, os Estados organizarão livremente seu corpo de bombeiros, que deverá ficar vinculado à defesa civil (art. 144, § 10).

Abre-se ainda a possibilidade de as guardas municipais tornarem-se gestores da segurança pública em nível municipal, o que dependerá da política estadual (art. 144, § 13). Assim, mediante lei estadual, as guardas municipais poderão, em convênio com a polícia estadual, realizar, complementarmente, ações de polícia ostensiva e preventiva da ordem pública, assim como de defesa civil.

Cumpra observar que a presente proposta de emenda constitucional, em seus arts. 3º a 7º, preserva os direitos de todos os servidores policiais envolvidos no processo de reestruturação que apresenta. Outrossim, abre espaço para que os entes federados estabeleçam as normas de aposentadoria e pensões de seus policiais, com o fim de absorver os anseios de cada categoria e evitar injustiças, e, se for esta a opção adotada, garantir um processo mais eficiente de unificação.

Por fim, não obstante a crise da segurança pública no Brasil, esta é uma das áreas da atuação estatal que, paradoxalmente, pode sofrer contingenciamentos orçamentários. A Constituição Federal não lhe prevê, como faz para a educação e para a saúde, a alocação de recursos mínimos em âmbito federal, estadual e municipal. Com a criação de um fundo de segurança pública (art. 144, § 14 e art. 167, IV), com percentagens estipuladas constitucionalmente, preenche-se essa lacuna e garante-se o investimento em segurança pública, área estratégica e fundamental do Estado.

A Constituição Federal positiva que a segurança é dever do Estado e direito da sociedade. A presente proposta de emenda constitucional busca tornar esse dever realidade executada e esse direito, realidade garantida.

Sala das Sessões,

NOME DO PARLAMENTAR	ASSINATURA
Senador TASSO JEREISSATI	

## Tramitação de Matérias (Proposições)

SF PEC 00021 / 2005 de 12/05/2005

**Autor** SENADOR - Tasso Jereissati

**Ementa** Dá nova redação aos arts. 21, 22, 32, 144 e 167 da Constituição Federal, para reestruturar os órgãos de segurança pública.

**Despacho inicial** (SF) CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Textos disponíveis** [Texto completo](#)  
[Legislação citada](#)

**Comissões** **CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**

Relatores :

Romeu Tuma **(atual)**

**Tramitações** [Inverter ordenação de tramitações \(Data Ascendente\)](#)

### **PEC 00021 / 2005**

**16/05/2007** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Em Reunião Ordinária realizada nesta data, a Comissão aprova o Requerimento nº 7, de 2007-CCJ, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que solicita a realização de Audiência Pública para instrução da Matéria (fls. nºs 33/34). A Matéria aguarda a realização da Audiência Pública em data oportuna.

**28/03/2007** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Em Reunião Ordinária realizada nesta data, a Comissão decide pela retirada da matéria da Pauta.

**14/03/2007** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Situação: PEDIDO DE VISTA CONCEDIDO  
Em Reunião Ordinária realizada nesta data, a Presidência concede vista coletiva, nos termos regimentais. Encaminhadas cópias do Relatório do Senador Romeu Tuma e do avulso da Proposta às Senhoras Senadoras e aos Senhores Senadores.

**13/03/2007** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Situação: INCLUÍDO NA PAUTA DA REUNIÃO  
Matéria incluída na Pauta da Comissão.

**13/03/2007** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Situação: PRONTO PARA A PAUTA NA COMISSÃO  
Recebido o relatório do Senador Romeu Tuma com voto pela rejeição da Proposta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

**15/02/2007** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA  
Instalada a Comissão. Matéria distribuída ao Senador Romeu Tuma para emitir Relatório.

**26/01/2007** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO  
Retorna à CCJ. Matéria aguardando instalação da Comissão.

**02/01/2007** SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato nº 97, de 2002, do Presidente do Senado Federal. A matéria volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**28/12/2006** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Devolvido pelo Senador Romeu Tuma, nos termos do art. 89, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal. Encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa, para atender ao disposto no art. 332, do Regimento Interno do Senado Federal (Final da 52ª Legislatura). À SSCLSF.

**15/06/2005** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA  
Distribuído ao Senador Romeu Tuma, para emitir relatório. (Art. 84, §2º,III, do RISF)

**13/05/2005** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR  
Recebido nesta Comissão. Matéria aguardando distribuição.

**12/05/2005** ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO  
Leitura À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ao PLEG com destino à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Publicação em 13/05/2005 no DSF Página(s): 14473 - 14486 ( **Ver Diário** )

**12/05/2005** PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO  
Este processo contém 28 (vinte e oito) folhas numeradas e rubricadas.  
À CCJ.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Brasília DF - CEP 70165-900 - Fone: (61)3311-4141

W3CXHTML 1.0  
W3CWA1 A A A



## **ANEXO II**

# **POLÍCIAS DE CICLO COMPLETO**

**PEC 181/2003**

**TRAMITAÇÃO**

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)

Data: 03.10.08

## RESUMO DA PROPOSTA

**PROPOSIÇÃO:** PEC 181/2003

**AUTOR:** Josias Quintal (PMDB - RJ) e outros

**DATA DA APRESENTAÇÃO:** 16/10/2003

**APRECIAÇÃO:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenária

**SITUAÇÃO:** Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania

**EMENTA:** " Altera o art. 144 da Constituição Federal relativo a Segurança pública e acrescenta o art. 90 aos Atos das Disposições Transitória.".

Art. 144, § 4º, inc. 1º e 2º - Estabelece as polícias civis competência para atuar como polícia ostensiva e polícia judiciária.

Art. 144, § 5º - Estabelece as polícia militares competência para atuar como polícia ostensiva e polícia judiciária.

Art. 144, § 6º - Mantem os corpos de bombeiros militares.

Art. 144, § 8º - Estabelece as guardas municipais a atribuição de colaborarem de maneira suplementar na segurança pública.

Art. 90 - Estabelece o prazo de seis anos para adoção do novo sistema



**PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 181 DE 2003.**

( Do Senhor Josias Quintal e outros)

Altera o art. 144 da Constituição Federal relativo a Segurança Pública e acrescenta o art. 90 aos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

**Art. 1º O Art. 144 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:**

"Art. 144.....

.....

§ 4º As polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, compete, ressalvada a competência da União:

- I - a polícia ostensiva;
- II - a polícia judiciária;
- III - a apuração de infrações penais, exceto as militares;
- IV - a preservação da ordem pública.

§ 5º As polícias militares, comandadas por oficial da ativa do último posto, compete:

- I - a polícia ostensiva;
- II - a polícia judiciária;
- III - a apuração de infrações penais;
- IV - a preservação da ordem pública;

§ 5ºA- Aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, compete a execução de atividades de defesa civil.

.....

§ 8º Os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços, instalações e colaborar de maneira suplementar na segurança pública, na forma da Lei, e mediante convênio com o Estado.

**Art. 2º É incluído o art. 90 aos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, com a seguinte redação:**

**“Art. 90. Para o atendimento do previsto no art. 144, §§ 4º e 5º, os Entes Estatais disporão de seis anos, a contar da promulgação desta Emenda Constitucional.”**

**Art. 3º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.**

### **JUSTIFICATIVA**

No Brasil, nos últimos vinte anos, com o recrudescimento da violência e da criminalidade, as questões referentes à segurança pública têm ocupado posição de destaque nas preocupações da sociedade brasileira. De ponta a ponta do país o agravamento do problema inspira um visível sentimento de insegurança em todos os estratos sociais, quase que em dose de síndrome coletiva. Em algumas cidades brasileiras, especialmente nos grandes centros urbanos, a insegurança já assola a população em níveis que poderiam ser considerados calamitosos. O aumento alarmante do uso e do tráfico de drogas ilícitas, a impressionante quantidade de armas de alto poder destrutivo em mãos de bandidos, a sofisticação do crime organizado e a impunidade estão contribuindo sobremaneira para o aumento desta sensação de insegurança.

Esta situação extremamente crítica torna inadiável a reavaliação do sistema de controle da violência e da criminalidade em funcionamento no país. Trata-se de um modelo sem dúvida obsoleto, principalmente em virtude de aceleradas transformações sociais que não recebem a atenção devida. Não tem havido nada além de discussões inócuas como contrapartida para enfrentar um problema que se apresenta cada vez mais fora de controle. Falta, com efeito, ação política transparente e corajosa diante do problema; sobram corporativismos e discursos de pessoas e instituições pseudo-salvadoras da pátria, enquanto a grave situação se amplia e se aprofunda perniciosamente na tessitura social brasileira.

Em meio a diversas instituições que formam (ou deveriam formar) um sistema de segurança pública (abrangendo os três níveis de poder – federal, estadual e municipal – e com real função sistêmica, ou seja, uma entidade conceitual e física interagindo, interagindo e se inter-relacionando entre si e com o ambiente), a polícia surge como instituição singular em razão da posição central que ocupa no sistema de convivência coletiva, o que os doutrinadores costumam se referir como “convivência pacífica e harmoniosa da população”, sobrelevando, pois, a idéia de paz e de harmonia muito além do mero cumprimento de leis ou da coerção quando do seu descumprimento por delinquentes contumazes. Também sobreleva a idéia de polícia como entidade mais ampla e formada por subsistemas diversos que atuam segundo suas finalidades específicas (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Técnica etc.).

A legitimidade de um governo depende, em qualquer país, da sua capacidade de manter a ordem pública no seio das diversas comunidades e no território juridicamente submetido à autoridade do Estado, visto como um poder legitimado e legalmente constituído. Se a ordem pública não for garantida, não há de existir o Estado, pois é a prestação de segurança (entendida como garantia da ordem) uma intransferível “função-síntese” do Estado como entidade maior que as instituições que o compõem. Portanto, sobreleva o interesse do Estado em atender às necessidades sociais, em detrimento de qualquer corporativismo isolado.

A polícia, em face de sua visibilidade e da coercibilidade que lhe é inerente, naturalmente motiva debates vários quanto à melhor maneira coibir a violência e o crime e qual o modelo organizacional ideal para se atingir tal fim. Quando tudo corre bem (ou corre mal sem que ninguém note), pouco se fala da ou na polícia. Porém, em períodos de conturbação social é para ela que se volta em avassaladora e muitas vezes desavisada cobrança a sociedade.

Infelizmente, a cultura da polícia brasileira está muito mais voltada para a proteção do próprio Estado do que para a proteção do cidadão. Trata-se, com efeito, de delicada questão a se enfrentar, especialmente porque impera nas instituições policiais e em outras que se situam como subsistemas do sistema maior de segurança pública ou de justiça criminal (como preferem alguns doutrinadores) um ferrenho corporativismo, de tal modo que, no caso do sistema policial brasileiro, a própria Carta Magna cristalizou o mesmo modelo já defasado, carcomido pelo tempo e incapaz de atender aos reclamos dos brasileiros por uma segurança real (atualmente este anseio dos cidadãos brasileiros, que deveria ser finalidade precípua do Estado, se demonstra irrealizável) e pelo respeito aos

direitos humanos e às liberdades individuais. Como informam muitos estudiosos, nenhuma polícia voltada prioritariamente para os interesses do Estado consegue desenvolver ações saudáveis em defesa do cidadão.

No Brasil, a atividade policial é voltada para a defesa do Estado. Mudar, pois, essa cultura, sem remodelar as estruturas policiais, passa a ser uma pretensão utópica. Portanto, não se há mais que pensar em mudanças de atitudes e comportamentos num sentido evolucionário. Há de se pensar, isto sim, em mudanças revolucionárias, o que só se consegue pela imposição de novas estruturas e atividades estatais por meio de boas leis. E boas leis são as que atendem precípua e genericamente ao interesse público e ao bem-estar social.

Na realidade, a discussão sobre a necessidade de mudança do modelo policial brasileiro geralmente se acirra quando cidadãos pertencentes às classes mais abastadas são atingidos por algum ato de violência. Aí todos concordam que urge a revisão estrutural da polícia. Mas logo prevalecem as idiosincrasias institucionais no sentido da manutenção do “status quo”, e o esforço se esvai diante de poderosos mecanismos de lobby.

Entretanto, no mundo real as instituições policiais, premidas por necessidades inadiáveis, fogem acintosamente de suas funções impropriamente cristalizadas na Constituição Federal e partem ao aleatorismo e à invasão de competência, formando assim um imbróglcio de difícil compreensão. Pois o que mais se vê é uma corporação policial invadindo as atribuições da outra, e vice-versa, desrespeitando ambas a ordem constitucional e legal.

Não é por outra razão que a cada dia surgem grupos de policiais civis trajando uniformes improvisados para dar ostensividade às suas ações operacionais, tanto da Polícia Federal como das Polícias Civis – GARRA (SP), CORE (RJ) e outros; nas Polícias Militares a investigação policial se desenvolve nas chamadas P/2, ocorrendo deste modo o inverso, ou seja, os que deveriam estar fardados retiram as fardas e os que deveriam estar sem farda, colocam-nas. Mas não se trata da vontade de uns usurparem as funções de outros. É outro o imperativo, ou seja, a necessidade inerente ao próprio serviço a ser executado. Exemplo mais contundente, e visto constantemente na tevê, é a ação da Polícia Federal em zonas de selva, ocasião em que muitos agentes públicos daquela instituição, por uma questão de natureza tática se obrigam ao uso do uniforme camuflado, tornando-se “militares”. Todos, enfim, buscam o melhor de si para dar à sociedade a resposta que ela merece, mas também se vendo no direito de se protegerem e de atuarem conforme determina a situação real. Como atuar na selva de terno e gravata e sapato comum?

Não há também como negar que milhares de policiais-militares investigam, de modo formal ou informalmente, em apoio à Polícia Civil, ou por absoluta necessidade mesmo, não se podendo pensar no contrário – policiais civis fardados de PM.

Atualmente as Polícias Militares exercem funções de polícia judiciária atuando em ciclo completo quando ocorrem fatos que a legislação penal estabelece como crimes de baixo potencial ofensivo – Lei nº 9.099/95 e Lei nº 10.259/01 – assim como nos crimes de trânsito previstos na Lei 9503/97, como se sabe ocorrer nos Estados de São

Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Demais, elas também atuam como polícia judiciária, lavrando flagrantes e instaurando inquéritos nos casos de crimes militares. O rito é, portanto, conhecido e praticado pelos policiais-militares. E é praticamente o mesmo.

É inegável que o modelo atual de polícia está superado. Daí tanto imprevisto, tanto aleatorismo, e, por via de consequência, tantos conflitos. O Brasil é o único país onde o funcionamento da polícia é incompleto. As duas funções, que no seu conjunto sistêmico traduzem a atividade policial no seu todo (polícia administrativa e polícia judiciária), são inexplicavelmente separadas e geridas por instituições diferentes e limitadas em seus misteres funcionais. Ora, as funções de polícia administrativa e de polícia judiciária são interagentes, interatuantes e inter-relacionadas. Ambas traduzem, como subsistemas afins, um sistema único da atividade policial. Mas as instituições policiais civis e militares atuam como frações de uma equação incapaz de produzir um só resultado. Não se somam, quando, na verdade, deveriam se somar até globalisticamente. E quando se fala em globalismo conclui-se que o todo deve ser maior que a soma das partes, e não como é hoje, em que o todo é menor que esta soma, se é que se pode dizer que existe alguma soma. Ora, com essas polícias atuando pela metade, elas acabam por se confundir em vista de suas respectivas competências, deste modo gerando espaços para a penetração do tráfico de influência, da ineficiência, da ineficácia, da iniquidade, da corrupção, da impunidade etc.

Diversas iniciativas de alteração da Constituição Federal e da legislação infraconstitucional tramitam em ambas as Casas Legislativas faz muitos anos. Mas o que se observa, quase sempre, é uma elevada dose de corporativismo e de ressentimentos. Há, sim, conflitos corporativistas e até irracionais, todos, na verdade, buscando consolidar poderes voltados para a própria instituição e não para o interesse público. Daí é que se observa o surgimento de preconceitos vários e de sofismas maliciosamente elaborados pelos lados conflitantes, cada qual tentando desmerecer a mais e mais seu "concorrente". Isto é simplesmente absurdo!

Os discursos são vários e atingem um tal grau de bizantinice que chega a assustar. E se vão proliferando sugestões bizarras, desviando-se, assim, o foco do assunto, que se poderia aqui resumir num consagrado aforismo da Teoria Geral da Administração: "A forma deve seguir a função". Em outras palavras, a estrutura deve existir para atender aos objetivos da organização, e estes somente podem existir se voltados para os interesses maiores da sociedade.

Na verdade, não existe no mundo um modelo estrutural como o da polícia brasileira (tanto civil como militar). São polícias partidas, incompletas e voltadas para a própria sobrevivência, quando deveriam se voltar para a população como um todo e para a proteção do cidadão em particular.

A Emenda em questão procura estabelecer, a nível estadual, o funcionamento das polícias civis e militares contemplando a possibilidade de atuação de ambas em todas as funções policiais (polícia administrativa e polícia judiciária). Propõe, também, um tempo máximo de seis anos para a definição de suas atuações, que poderá ser por tipo de delito, por tipo de pena, por circunscrição, atuando em conjunto no mesmo espaço físico etc.

Com esta alteração constitucional pretende-se consagrar as diversas tentativas de dotar o país de uma polícia que respeite a multiplicidade cultural, social e econômica existente no território nacional, permitindo que os reais administradores da segurança – a União, os Estados e o Distrito Federal – tenham flexibilidade para adotar o modelo que atenda às respectivas peculiaridades locais.

Finalmente, cabe acrescentar que, além do compromisso do presidente Lula, há um consenso nacional no sentido da mudança, consubstanciado em programas de partidos políticos, mormente daqueles que dão sustentação ao governo.

Sala das Sessões, em      de      de 2003.

**DEPUTADO JOSIAS QUINTAL**

**PMDB - RJ**

# Consulta Tramitação das Proposições

Cadastrar para Acompanhamento

Nova Pesquisa

**Proposição:** PEC-181/2003 -> Íntegra disponível em formato pdf

**Autor:** Josias Quintal - PMDB/RJ e co-autores

**Data de Apresentação:** 16/10/2003

**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**Matérias sujeitas a normas especiais:** Especial

**Apensado(a) ao(a):** PEC-151/1995

**Situação:** PLEN: Tramitando em Conjunto.

**Ementa:** Altera o art. 144 da Constituição Federal relativo a Segurança Pública e acrescenta o art. 90 aos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

**Explicação da Ementa:** Inclui nas competências das Polícias Cíveis e Militares a possibilidade de atuação em todas as funções policiais (polícia administrativa e judiciária), unifica as competências das polícias estaduais; altera a Constituição Federal de 1988.

**Indexação:** Alteração, Constituição Federal, Segurança Pública, Disposições Constitucionais Transitórias, competência, corpo de bombeiros, defesa civil, polícia civil, polícia militar, policiamento ostensivo, apuração, infração penal, preservação, ordem pública, função, polícia judiciária, autorização, Municípios, colaboração, segurança, convênio, estados, unificação, competência, polícia, âmbito estadual.

## Despacho:

6/12/2005 - Apense-se à(ao) PEC-151/1995. Deferido o Requerimento nº 3447/05 do Dep João Campos, determinando esta apensação. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Especial DCD 07 12 05 PÁG 59189 COL 01.

## Legislação Citada

### Pareceres, Votos e Redação Final

- CCJC (CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA)

PAR 1 CCJC (Parecer de Comissão)

PRL 1 CCJC (Parecer do Relator) - José Divino

### Requerimentos, Recursos e Ofícios

- PLEN (PLEN)

REQ 3447/2005 (Requerimento de Apensação) - João Campos











REQ 3455/2005 (Requerimento de Apensação) - Arnaldo Faria de Sá

### Última Ação:

**6/12/2005** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Apense-se à(ao) PEC-151/1995. Deferido o Requerimento nº 3447/05 do Dep João Campos, determinando esta apensação. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Especial DCD 07 12 05 PÁG 59189 COL 01.

Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

Andamento:	
16/10/2003	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação da Proposta de Emenda à Constituição pelo Deputado Josias Quintal (PMDB-RJ).
10/11/2003	<b>Seção de Registro e Controle de Análise da Proposição/SGM (SECAP(SGM))</b> À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
19/11/2003	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> Encaminhada à publicação. Publicação Inicial DCD 20 11 03 PÁG 62662 COL 01.
19/11/2003	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Recebimento pela CCJR.
6/5/2004	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Designado Relator, Dep. Rubinelli (PT-SP)
15/6/2004	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Indeferido Requerimento nº 1473/03, do Dep João Campos, solicitando a apensação desta à PEC 151/95, por

	se encontrarem em estágios diferentes de tramitação.
8/7/2004	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Apresentação do Parecer do Relator pelo Dep. Rubinelli 
8/7/2004	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Parecer do Relator, Dep. Rubinelli, pela admissibilidade. 
9/8/2005	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Retirada de pauta, de Ofício, em virtude da saída do relator desta Comissão.
10/8/2005	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Designado Relator, Dep. José Divino (PMDB-RJ)
12/8/2005	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 CCJC, pelo Dep. José Divino. 
12/8/2005	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Parecer do Relator, Dep. José Divino (PMDB-RJ), pela admissibilidade. 
13/9/2005	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Discussão iniciada.
13/9/2005	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Vista conjunta aos Deputados Almir Moura e Zenaldo Coutinho.
15/9/2005	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Prazo de vista encerrado.
19/10/2005	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Adiada a votação por falta de "quorum".
17/11/2005	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Aprovado o Parecer
23/11/2005	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Apresentação do Requerimento n.º 3455/2005, do Senhor Deputado Arnaldo Faria de Sá, que solicita apensação do PEC n.º 181/2003 a PEC 151/A/1995 DCD 17/01/2006 PÁG 628 COL 01.
29/11/2005	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania publicado no DCD de 30/11/05, PÁG 58163 COL 01 - Letra A. 
6/12/2005	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Apense-se à(ao) PEC-151/1995. Deferido o Requerimento nº 3447/05 do Dep João Campos, determinando esta apensação. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Especial DCD 07 12 05 PÁG 59189 COL 01. 
20/12/2005	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Prejudicado o Requerimento n.º 3455/05, nos termos do art. 163, inciso VIII, do RICD, tendo em vista o deferimento do Requerimento n.º 3447/05, com a mesma finalidade.
6/2/2007	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Apresentação do REQUERIMENTO N.º 51, DE 2007, pelo Deputado(a) Félix Mendonça, que solicita o desarquivamento de proposição. 
15/2/2007	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Apresentação do REQUERIMENTO N.º 305, DE 2007, pelo Deputado(a) Edmar Moreira, que solicita o desarquivamento de proposição. 
12/3/2007	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> INDEFIRO a solicitação de desarquivamento desta proposição, conforme despacho exarado no REQ-51/2007. DCD de 13 03 07 PÁG 9563 COL 01. 
16/4/2007	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-305/2007 em virtude de não estarem atendidos os requisitos do art. 105 do RICD. DCD 17 04 07 PÁG 16672 COL 01. 



## **ANEXO III**

# **PODER DE POLÍCIA ÀS GUARDAS MUNICIPAIS**

**PEC 534/2002**

**TRAMITAÇÃO**

## RESUMO DA PROPOSTA

**PROPOSIÇÃO:** PEC 534/2003

**AUTOR:** Senador Romeu Tuma (PFL –SP)

**DATA DA APRESENTAÇÃO:** 02/05/2002

**APRECIAÇÃO:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**SITUAÇÃO:** Pronta para pauta.

**EMENTA:** *“Altera o art. 144 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências da guarda municipal e criação da guarda nacional”.*

Art. 144, § 8º - Confere poder de polícia às Guardas Municipais.

Art. 144, § 10º - Cria a Guarda Nacional.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Altera o art. 144 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências da guarda municipal e criação da guarda nacional.

**Art. 1º** O § 8º do art. 144 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.144.....  
.....

§ 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de suas populações, de seus bens, serviços, instalações e logradouros públicos municipais, conforme dispuser lei federal.

....."(NR)

**Art. 2º** O art. 144 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 10:

"Art.144.....  
.....

§ 10. Compete à União criar, organizar e manter a guarda nacional, com atribuição, além de outras que a lei estabelecer, de proteger seus bens, serviços e instalações."

Senado Federal, em                      de abril de 2002

Senador Ramez Tebet  
Presidente do Senado Federal

# Consulta Tramitação das Proposições

Cadastrar para Acompanhamento

NovaPesquisa

**Proposição: PEC-534/2002**  -> Íntegra disponível em formato pdf

**Autor:** Senado Federal - ROMEU TUMA - PFL /SP

**Data de Apresentação:** 02/05/2002

**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**Matérias sujeitas a normas especiais:** Especial

**Situação:** PLEN: Pronta para Pauta.

**Ementa:** Altera o art. 144 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências da guarda municipal e criação da guarda nacional.

**Explicação da Ementa:** Alterando a Constituição Federal de 1988.

**Indexação:** Alteração, Constituição Federal, Segurança Pública, autorização, Municípios, criação, Guarda Municipal, proteção, população, bens, serviços. \_ Competência, União Federal, criação, organização, Guarda Nacional, proteção, bens, serviço, instalações, Poder Público.


## Despacho:

26/11/2003 - Apense-se a PEC-95/1995 à esta. Deferido Requerimento nº 1408/03, do Dep Cabo Júlio, solicitando apensação da pec 95/95 a esta.

## Legislação Citada

### Emendas


- PEC53402 (PEC 534/02 - GUARDAS MUNICIPAIS)

EMC 1/2003 PEC53402 (Emenda Apresentada na Comissão) - Zenaldo Coutinho 

EMR 1 PEC53402 (Emenda de Relator) - Arnaldo Faria de Sá 


### Pareceres, Votos e Redação Final

- CCJC (CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA)

PAR 1 CCJR (Parecer de Comissão) 






PRL 1 CCJR (Parecer do Relator) - Léo Alcântara 

- PEC53402 (PEC 534/02 - GUARDAS MUNICIPAIS)

PAR 1 PEC53402 (Parecer de Comissão) 

PRL 1 PEC53402 (Parecer do Relator) - Arnaldo Faria de Sá 

### Apensados

PEC 95/1995  PEC 151/1995  PEC 87/1999  PEC 532/2002  PEC 7/2007 


### Requerimentos, Recursos e Offícios

- PLEN (PLEN )


REQ 1641/2004 (Requerimento) - Iara Bernardi 

REQ 1729/2004 (Requerimento) - PEC53402 


REQ 1834/2004 (Requerimento) - PEC53402 


REQ 1893/2004 (Requerimento de Prorrogação de prazo de Comissão Temporária) - PEC53402 


REQ 2026/2004 (Requerimento) - PEC53402 


REQ 2109/2004 (Requerimento) - Comissão Especial destinada a proferir parecer à P 

REQ 2248/2004 (Requerimento) - Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 534-A, de 2002, que "altera o art. 144 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências da guarda municipal e criação da guarda nacional". 

REQ 2630/2005 (Requerimento de Prorrogação de prazo de Comissão Temporária) - Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 534-A, de 2002, que "altera o art. 144 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências da guarda municipal e criação da guarda nacional". 

REQ 2641/2005 (Requerimento de Prorrogação de prazo de Comissão Temporária) - Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 534-A, de 2002, que "altera o art. 144 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências da guarda municipal e criação da guarda nacional". 

REQ 2917/2005 (Requerimento de Prorrogação de prazo de Comissão Temporária) - Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 534-A, de 2002, que "altera o art. 144 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências da guarda municipal e criação da guarda nacional". 

REQ 2969/2005 (Requerimento de Prorrogação de prazo de Comissão Temporária) - Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 534-A, de 2002, que "altera o art. 144 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências da guarda municipal e criação da guarda nacional". 

REQ 3077/2005 (Requerimento de Prorrogação de prazo de Comissão Temporária) - Iara Bernardi - Presidente da PEC53402 (Guardas Municipais)

REQ 3132/2005 (Requerimento de Prorrogação de prazo de Comissão Temporária) - Iara Bernardi - Presidente da PEC53402

REQ 3206/2005 (Requerimento de Prorrogação de prazo de Comissão Temporária) - Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 534-A, de 2002, que "altera o art. 144 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências da guarda municipal e criação da guarda nacional".

REQ 3308/2005 (Requerimento de Prorrogação de prazo de Comissão Temporária) - Iara Bernardi - Presidente da CESP PEC 534/02

REQ 3385/2005 (Requerimento de Apensação) - Alberto Fraga

REQ 3388/2005 (Requerimento de Apensação) - Humberto Michiles

REQ 3391/2005 (Requerimento de Apensação) - Cabo Júlio

REQ 4022/2006 (Requerimento de Desapensação) - Gonzaga Patriota

REQ 4175/2006 (Requerimento de Desapensação) - Cabo Júlio

REQ 4334/2006 (Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia) - Arnaldo Faria de Sá

REQ 735/2007 (Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia) - Silvinho Peccioli

REQ 965/2007 (Requerimento de Apensação) - João Campos

REQ 1400/2007 (Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia) - Arnaldo Faria de Sá

REQ 1962/2007 (Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia) - Rômulo Gouveia

REQ 3081/2008 (Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia) - Silvinho Peccioli




#### Última Ação:






**1/11/2005 -** COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) - Encaminhada à publicação. Parecer da COMISSÃO ESPECIAL publicado no DCD de 02/11/05 PÁG 53012 COL 02, Letra B.






**18/9/2007 -** PLENÁRIO (PLEN) - Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 381/07, item 03 da pauta, com prazo encerrado.

Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.









Andamento:	
2/5/2002	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação da Proposta de Emenda à Constituição.
22/5/2002	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Despacho à CCJR.
22/5/2002	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Apense-se a esta a PEC-87/1999.
23/5/2002	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> Publicação Inicial no DCD de 30/5/2002 Pág 27212 Col 01.
31/5/2002	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Recebimento pela CCJR.
11/6/2002	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Designado Relator, Dep. Léo Alcântara
26/6/2002	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Parecer do Relator, Dep. Léo Alcântara, pela admissibilidade desta, da PEC-87/1999, da PEC-124/1999, da PEC-154/1999, da PEC-240/2000, da PEC-250/2000, da PEC-266/2000, da PEC-275/2000, da PEC-276/2000, da PEC-280/2000, da PEC-284/2000, da PEC-291/2000, da PEC-317/2000, e da PEC-449/2001, apensadas.
26/6/2002	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Aprovado por Unanimidade o Parecer
26/6/2002	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Ato da Presidência : Cria Comissão Especial, nos Termos do Paragrafo segundo do Artigo 202, c/c o artigo 33, § 1º do RI.
5/8/2002	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação publicado no DCD de 8/8/2002, Letra A, Parcial.

7/8/2002	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Ato da Presidência : Constitui Comissão Especial, nos Termos do Paragrafo segundo do Artigo 202 do RI.
27/8/2002	<b>Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 534-A, de 2002, que "altera o art. 144 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências da guarda municipal e criação da guarda nacional". (PEC53402)</b> Recebimento pela PEC53402, com as proposições PEC-240/2000, PEC-124/1999, PEC-250/2000, PEC-154/1999, PEC-266/2000, PEC-275/2000, PEC-276/2000, PEC-280/2000, PEC-284/2000, PEC-291/2000, PEC-87/1999, PEC-449/2001, PEC-317/2000 apensadas.
27/8/2002	<b>Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 534-A, de 2002, que "altera o art. 144 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências da guarda municipal e criação da guarda nacional". (PEC53402)</b> Designado Relator, Dep. Arnaldo Faria de Sá
28/8/2002	<b>Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 534-A, de 2002, que "altera o art. 144 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências da guarda municipal e criação da guarda nacional". (PEC53402)</b> Abertura de Prazo para Emendas ao Projeto
9/10/2002	<b>Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 534-A, de 2002, que "altera o art. 144 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências da guarda municipal e criação da guarda nacional". (PEC53402)</b> Encerrado o prazo para emendas. Não foram apresentadas emendas.
27/2/2003	<b>Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 534-A, de 2002, que "altera o art. 144 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências da guarda municipal e criação da guarda nacional". (PEC53402)</b> Dissolução da Comissão Temporária em decorrência do fim da legislatura.
24/6/2003	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Ato da Presidência: cria Comissão Especial, nos termos do art. 202, § 2º, c/c o art. 33, § 1º, do Regimento Interno. 
30/9/2003	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Apense-se a esta a PEC 532/2002. Deferido Requerimento nº 912/03 do Dep João Herrmann Neto, solicitando esta apensação
28/10/2003	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Ato da Presidência : Constitui Comissão Especial, nos termos do § 2º do art. 202 do Regimento Interno. 
5/11/2003	<b>Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 534-A, de 2002, que "altera o art. 144 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências da guarda municipal e criação da guarda nacional". (PEC53402)</b> Designado Relator, Dep. Arnaldo Faria de Sá
5/11/2003	<b>Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 534-A, de 2002, que "altera o art. 144 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências da guarda municipal e criação da guarda nacional". (PEC53402)</b> Abertura de Prazo para Emendas ao Projeto a partir de 06/11/2003
20/11/2003	<b>Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 534-A, de 2002, que "altera o art. 144 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências da guarda municipal e criação da guarda nacional". (PEC53402)</b> Encerrado o prazo para emendas. Foi apresentada uma emenda.
26/11/2003	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Apense-se a PEC-95/1995 à esta. Deferido Requerimento nº 1408/03, do Dep Cabo Júlio, solicitando apensação da pec 95/95 a esta.
17/3/2004	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do REQ 1641/2004, que solicita prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão por mais 20 sessões.
31/3/2004	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovado o Requerimento nº 1641/04.
14/4/2004	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do REQ 1729/2004, que solicita prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão por mais 20 sessões. 
14/4/2004	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Deferido o Requerimento nº 1729/04, "ad referendum" do Plenário, nos termos do parecer da CCJR, em recurso votado em Plenário no dia 12/06/01, referente à Questão de Ordem apresentada na sessão do dia 26/10/99.

13/5/2004	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do REQ 1834/2004, que solicita prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão por mais 20 sessões. 
25/5/2004	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Deferido o Requerimento nº 1834/04, "ad referendum" do Plenário, nos termos do parecer da CCJR, em recurso votado em Plenário no dia 12/06/01, referente à Questão de Ordem apresentada na sessão do dia 26/10/99.
27/5/2004	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do Requerimento nº 1893/04, solicitando prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão por mais 20 sessões.
25/6/2004	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Deferido o Requerimento nº 1893/04, "ad referendum" do Plenário, nos termos do parecer da CCJR, em recurso votado em Plenário no dia 12/06/01, referente à Questão de Ordem apresentada na sessão do dia 26/10/99.
8/7/2004	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do REQ 2026/2004, que solicita prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão por mais 20 sessões. 
19/8/2004	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do REQ 2109/2004, que solicita prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão por mais 20 sessões. 
20/8/2004	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Deferido o Requerimento nº 2026/04, "ad referendum" do Plenário, nos termos do parecer da CCJR, em recurso votado em Plenário no dia 12/06/01, referente à Questão de Ordem apresentada na sessão do dia 26/10/99.
24/9/2004	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Deferido o Requerimento nº 2109/04, "ad referendum" do Plenário, nos termos do parecer da CCJR, em recurso votado em Plenário no dia 12/06/01, referente à Questão de Ordem apresentada na sessão do dia 26/10/99. DCD 11 11 04 PÁG 48323 COL 01.
9/11/2004	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do Requerimento nº 2248/04, solicitando prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão por mais 20 sessões. 
9/11/2004	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Deferido o Requerimento nº 2248/04, "ad referendum" do Plenário, nos termos do parecer da CCJR, em recurso votado em Plenário no dia 12/06/01, referente à Questão de Ordem apresentada na sessão do dia 26/10/99.
17/3/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do REQ 2630/2005, que solicita prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão por mais 20 sessões. 
22/3/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do Requerimento nº 2641/05, solicitando prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão por mais 20 sessões.
18/4/2005	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Deferido o Requerimento nº 2630/05, "ad referendum" do Plenário.
18/4/2005	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Deferido o Requerimento nº 2641/05, "ad referendum" do Plenário.
1/6/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do REQ 2917/2005, que solicita prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão por mais 20 sessões.
14/6/2005	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> Encaminhado à Comissão Especial Of. nº 24/05.
15/6/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do REQ 2969/2005, que solicita prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão por mais 20 sessões.
6/7/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do Requerimento nº 3077/05, solicitando prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão por mais 20 sessões.
7/7/2005	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b>

	Deferido o Requerimento nº 2917/05, "ad referendum" do Plenário.
7/7/2005	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Deferido o Requerimento nº 2969/05, "ad referendum" do Plenário.
18/7/2005	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Deferido o Requerimento nº 3077/05, "ad referendum" do Plenário.
5/8/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do REQ 3132/2005, que solicita prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão por mais 20 sessões.
16/8/2005	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Deferido o Requerimento nº 3132/05, "ad referendum" do Plenário.
24/8/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do REQ 3206/2005, que solicita prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão por mais 20 sessões.
25/8/2005	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Deferido o Requerimento nº 3206/05, "ad referendum" do Plenário.
28/9/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do REQ 3308/05, solicitando prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão por mais 20 sessões
3/10/2005	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Deferido o REQ 3308/05, "ad referendum" do Plenário. DCD 04 10 05 PÁG 48155 COL 01. 
26/10/2005	<b>Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 534-A, de 2002, que "altera o art. 144 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências da guarda municipal e criação da guarda nacional". (PEC53402)</b> Parecer do Relator, Dep. Arnaldo Faria de Sá, pela aprovação da PEC 534-A/02, com emenda supressiva e pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs. 95, de 1995; 247, de 1995; 343, de 1995; 392, de 1996; 409, de 1996; 87, de 1999; 124, de 1999; 154, de 1999; 240, de 2000; 250, de 2000; 266, de 2000; 275, de 2000; 276, de 2000; 280, de 2000; 284, de 2000; 291, de 2000; 317, de 2000; 449, de 2001; 532, de 2002; e 49, de 2003, e da Emenda nº 1, de 2003. 
26/10/2005	<b>Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 534-A, de 2002, que "altera o art. 144 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências da guarda municipal e criação da guarda nacional". (PEC53402)</b> Aprovado o Parecer
1/11/2005	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> Encaminhada à publicação. Parecer da COMISSÃO ESPECIAL publicado no DCD de 02/11/05 PÁG 53012 COL 02, Letra B. 
16/11/2005	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Apense-se a esta a PEC-151/1995. 
25/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do REQ 4022/2006, pelo Dep. Gonzaga Patriota, que requer a desapensação das PECs de sua autoria, números 151/1995 e 156/1995, respectivamente às PECs 534/2002 e 151/1995, possibilitando a entrada de ambas na Pauta de Votação.
4/7/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do REQ 4175/2006, pelo Dep. Cabo Júlio, que "solicita tramitação em separado das Propostas de Emenda à Constituição nº 534/2002 e nº 151/1995."
10/7/2006	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Indeferido o Requerimento de Desapensação, REQ 4022/06, conforme despacho exarado com o seguinte teor: "INDEFIRO a solicitação de desapensação, tendo em vista que a apensação obedeceu ao disposto no artigo 139, inciso I, c/c art. 142, do RICD (matéria análoga ou conexa). Oficie-se. Publique-se." DCD de 11/07/06 PÁG 34682 COL 01.
10/7/2006	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Indeferido o Requerimento de Desapensação, REQ 4175/06, conforme despacho exarado com o seguinte teor: "Indefiro a solicitação de desapensação, tendo em vista que a apensação obedeceu ao disposto no artigo 139, inciso I, c/c art. 142, do RICD (matéria análoga ou conexa). Oficie-se. Publique-se. DCD de 11/07/06 PÁG 34683 COL 01.
20/9/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do REQ 4334/2006, pelo Dep. Arnaldo Faria de Sá, que "requer a inclusão na pauta do plenário da PEC nº 534/02." 



29/9/2006	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> À republicação - avulso, em virtude de apensações.
3/10/2006	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> PEC encaminhada à republicação em avulso. *PEC 534-B/2002.
6/2/2007	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Apresentação do REQUERIMENTO N.º 51, DE 2007, pelo Deputado(a) Félix Mendonça, que solicita o desarquivamento de proposição. 
15/2/2007	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Apresentação do REQUERIMENTO N.º 305, DE 2007, pelo Deputado(a) Edmar Moreira, que solicita o desarquivamento de proposição. 
12/3/2007	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> INDEFIRO a solicitação de desarquivamento desta proposição, conforme despacho exarado no REQ-51/2007. DCD de 13 03 07 PÁG 9563 COL 01. 
11/4/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Req. n.º 735/07 do Deputado Silvinho Peccioli que solicita inclusão da matéria na ordem do dia. 
16/4/2007	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-305/2007 em virtude de não estarem atendidos os requisitos do art. 105 do RICD. DCD 17 04 07 PAG 16671 COL 01. 
16/5/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Req. n.º 965/07 do Deputado João Campos que solicita o apensamento da PEC n.º 007/07 à PEC n.º 534/02. 
28/5/2007	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Deferido REQ 965/07, nos termos do seguinte despacho: "Deiro a apensação da PEC 7/07 à 534/02. Oficie-se e, após, publique-se." DCD 29 05 07 PAG 26922 COL 01 
7/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do Requerimento n.º 1400, de 2007, pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá, que requer agilização da votação da PEC 534, de 2002, que "Altera o art.144 da Constituição Federal, para dispor da Guarda Municipal e criação da Guarda Nacional". 
14/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em primeiro turno.
14/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Retirada de pauta de Ofício.
21/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em primeiro turno.
21/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 375/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em primeiro turno.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face do encerramento da sessão.
28/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em primeiro turno. (Sessão extraordinária - 9:00)
28/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 372--B/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
28/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em primeiro turno. (Sessão ordinária - 14:00)
28/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 376/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
29/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b>

	Discussão em primeiro turno.
29/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 377/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
30/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em primeiro turno. (Sessão extraordinária - 11:00)
30/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 377/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
4/9/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em primeiro turno. (Sessão extraordinária - 9:00)
4/9/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 373-B/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
4/9/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em primeiro turno. (Sessão ordinária - 14:00)
4/9/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 377-A/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
5/9/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em primeiro turno.
5/9/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 377-A/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
6/9/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único. (Sessão extraordinária - 9:00)
6/9/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 378/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
11/9/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em primeiro turno.
11/9/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 378-A/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
12/9/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em primeiro turno. (Sessão ordinária - 14:00)
12/9/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 379/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
12/9/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em primeiro turno. (Sessão extraordinária - 20:05)
12/9/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 379-A/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
13/9/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em primeiro turno. (Sessão extraordinária - 9:00)
13/9/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 379-A/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
18/9/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em primeiro turno.
18/9/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 381/07, item 03 da pauta, com prazo encerrado.

6/11/2007	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Apresentação do Requerimento nº 1962 de 2007, pelo Deputado Rômulo Gouveia (PSDB-PB), "que Requer a inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 534, de 2002, que " altera o art. 144 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências da Guarda Municipal e criação da Guarda Nacional".
11/4/2008	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Apresentação do Requerimento n. 2528/2008, pelo Deputado Major Fábio, que solicita a tramitação conjunta das PECs 308/04 e 549/06 e 151/95.
13/8/2008	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do Requerimento nº 3081 de 2008, pelo Deputado Silvinho Peccioli (DEM-SP) que requer inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição n.º 534/2002.

Cadastrar para Acompanhamento

Nova Pesquisa

## **ANEXO IV**

### **LEI GERAL DA POLÍCIA CIVIL**

### **PROJETO DE LEI Nº 1949/2007**

### **TRAMITAÇÃO**

## PROJETO DE LEI 1949/2007

Institui a Lei Geral da Polícia Civil e dá outras providências.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre princípios e normas gerais de organização, funcionamento e competências da Polícia Civil dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, de atribuições e prerrogativas dos cargos de policiais civis, nos termos do inciso XVI do art. 24 e do § 7º do art. 144 da Constituição.

### CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS E DAS COMPETÊNCIAS

Art. 2º A Polícia Civil, órgão permanente dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, essencial à segurança pública e à defesa das instituições democráticas e fundada na promoção da cidadania, da dignidade humana e dos direitos e garantias fundamentais, tem por finalidade a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Parágrafo único. A Polícia Civil é órgão integrante do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP.

Art. 3º São princípios institucionais da Polícia Civil:

- I - proteção dos direitos humanos;
- II - participação e interação comunitária;
- III - resolução pacífica de conflitos;
- IV - uso proporcional da força;
- V - eficiência na prevenção e repressão das infrações penais;
- VI - indivisibilidade da investigação policial;
- VII - indelegabilidade das atribuições funcionais;
- VIII - hierarquia e disciplina funcionais; e
- IX - atuação técnica e imparcial na condução da atividade investigativa.

Art. 4º A atuação da Polícia Civil deverá atender às seguintes diretrizes:

- I - atendimento imediato ao cidadão;
- II - planejamento estratégico e sistêmico;
- III - integração com outros órgãos do sistema de segurança pública, demais instituições do poder público e com a comunidade;
- IV - distribuição proporcional do efetivo policial;
- V - interdisciplinaridade da ação investigativa;
- VI - cooperação técnico-científica na investigação policial;
- VII - uniformidade de procedimentos;

- VIII - prevalência da competência territorial na atuação policial;
- IX - complementaridade da atuação policial especializada;
- X - desburocratização das atividades policiais;
- XI - cooperação e compartilhamento de experiências;
- XII - utilização de sistema integrado de informações e de dados disponíveis; e
- XIII - capacitação fundamentada nas regras e nos procedimentos do SUSP, com ênfase em direitos humanos.

Art. 5º Compete à Polícia Civil:

- I - exercer, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração das infrações penais, exceto as militares;
- II - planejar, coordenar, dirigir e executar as ações de polícia judiciária e de apuração das infrações penais, que consistem na produção e na realização de inquérito policial e de outros atos formais de investigações;
- III - cumprir mandados de prisão e de busca domiciliar, bem como outras ordens expedidas pela autoridade judiciária competente, no âmbito de suas atribuições;
- IV - preservar locais, apreender instrumentos, materiais e produtos de infração penal, bem como realizar, quando couber, ou requisitar perícia oficial e exames complementares;
- V - zelar pela preservação da ordem e segurança públicas, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, promovendo ou participando de medidas de proteção à sociedade e às pessoas;
- VI - organizar e executar, quando couber, os serviços de identificação civil e criminal;
- VII - organizar e realizar ações de inteligência, destinadas ao exercício das funções de polícia judiciária e à apuração de infrações penais, na esfera de sua competência;
- VIII - realizar correições e inspeções, em caráter permanente ou extraordinário, na esfera de sua competência;
- IX - organizar e realizar pesquisas técnico-científicas relacionadas com as funções de polícia judiciária e com a apuração das infrações penais;
- X - elaborar estudos e promover a organização e tratamento de dados e informações indispensáveis ao exercício de suas funções;
- XI - estimular e participar do processo de integração dos bancos de dados existentes no âmbito dos órgãos do SUSP; e
- XII - manter, na apuração das infrações penais, o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade.

Art. 6º As competências da Polícia Civil serão desempenhadas por ocupantes de cargos efetivos integrantes das respectivas carreiras, admitida a celebração de acordos de cooperação técnica com outros órgãos e entidades nacionais.

Art. 7º A investigação policial, que se inicia com o conhecimento da infração penal e se encerra com o esgotamento das possibilidades investigativas, compreende as seguintes ações:

- I - articulação ordenada dos atos notariais alusivos à formalização das provas da infração penal;
- II - pesquisa técnico-científica e investigação sobre a autoria e a materialidade da infração penal; e
- III - minimização dos efeitos do delito e gerenciamento de crise dele decorrente.

## CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

### Seção I Da Estrutura Organizacional Básica

Art. 8º A Polícia Civil tem a seguinte estrutura organizacional básica:

- I - Direção Superior;
- II - Execução Estratégica;
- III - Execução Tática; e
- IV - Execução Operativa.

Art. 9º São unidades de Direção Superior da Polícia Civil:

- I - Direção-Geral; e
- II - Conselho Superior de Polícia Civil.

Parágrafo único. As unidades de Direção Superior têm por finalidade a proposição, a deliberação e a definição das políticas de caráter institucional.

Art. 10. São Unidades de Execução Estratégica:

- I - Academia de Polícia Civil;
- II - Corregedoria de Polícia Civil;
- III - Unidade de Inteligência Policial;
- IV - Unidade de Polícia Judiciária e de Investigações;
- V - Unidade de Apoio Logístico; e
- VI - Unidade de Perícia e de Identificação, quando couber.

Parágrafo único. As Unidades de Execução Estratégica tem por finalidade a preparação física, intelectual, psicológica, técnico-profissional e social dos servidores, as ações de correição, inteligência, polícia judiciária e investigações, perícia e identificação e apoio logístico.

Art. 11. Integram a estrutura de Execução Tática:

- I - Unidades de Polícia Territorial; e
- II - Unidades de Polícia Especializada.

Parágrafo único. As unidades de Execução Tática têm por finalidade a coordenação e o comando das unidades operativas.

Art. 12. Integram a estrutura de Execução Operativa:

- I - Delegacias de Polícia Territorial; e
- II - Delegacias de Polícia Especializada.

Parágrafo único. As unidades de Execução Operativa têm por finalidade o exercício das funções de polícia judiciária e a investigação policial.

### Seção II Da Direção-Geral da Polícia Civil

Art. 13. A Polícia Civil tem por chefe o Delegado-Geral de Polícia, escolhido entre os delegados de polícia de carreira, com observância da hierarquia.

Art. 14. São atribuições do Delegado-Geral de Polícia:

- I - exercer a direção geral, o planejamento institucional e a administração superior por meio da supervisão, coordenação, controle e fiscalização das funções da Polícia Civil;
- II - presidir o Conselho Superior de Polícia Civil;
- III - indicar ou prover, mediante delegação, os cargos em comissão dos quadros de pessoal da Polícia Civil, observada a legislação em vigor;
- IV - promover a movimentação de policiais civis, observadas as disposições legais;
- V - autorizar o policial civil a afastar-se da respectiva unidade federativa, em serviço e dentro do País;
- VI - determinar a instauração de processo administrativo disciplinar;
- VII - avocar, excepcional e fundamentadamente, em caso de irregularidade, mediante deliberação do Conselho Superior de Polícia Civil, inquéritos policiais e outros procedimentos para redistribuição;
- VIII - suspender porte de arma de policial civil por recomendação médica ou como medida cautelar em processo administrativo disciplinar;
- IX - decidir, em grau de recurso, sobre instauração de inquérito policial ou de outros procedimentos formais;
- X - editar atos normativos para consecução das funções de competência da Polícia Civil; e
- XI - praticar os demais atos necessários à administração da Polícia Civil, nos termos da legislação.

Parágrafo único. No caso de suspensão do porte de arma por infração disciplinar, nos termos do inciso VIII, o Delegado-Geral de Polícia deverá determinar a imediata instauração de procedimento administrativo disciplinar.

### **Seção III** **Do Conselho Superior de Polícia Civil**

Art. 15. O Conselho Superior de Polícia Civil, presidido pelo Delegado-Geral de Polícia, tem por finalidade propor, opinar e deliberar sobre matérias relacionadas com a administração superior da Polícia Civil.

Art. 16. Compete ao Conselho Superior de Polícia Civil:

- I - deliberar sobre o planejamento estratégico e institucional da Polícia Civil;
- II - propor medidas de aprimoramento técnico, visando ao desenvolvimento e à eficiência da organização policial;
- III - pronunciar sobre matéria relevante, concernente aos atributos dos atos, funções, princípios e conduta funcional do policial civil;
- IV - pronunciar sobre as propostas para o orçamento anual da instituição, em função dos projetos, programas e planos de trabalho previstos para cada exercício financeiro;
- V - deliberar sobre planos, programas e projetos atinentes à modernização institucional, à expansão de recursos humanos, à lotação de cargos e à aquisição de materiais e equipamentos;
- VI - opinar sobre projetos de criação, instalação e desativação de unidades logísticas e finalísticas;
- VII - decidir, havendo recurso, sobre a efetivação de remoção de policial civil no interesse do serviço policial;



VIII - deliberar sobre promoções funcionais de servidores;

IX - propor a regulamentação necessária para cumprimento de leis e a padronização dos procedimentos formais de natureza policial civil; e

X - deliberar sobre matéria que lhe for submetida pelo Delegado-Geral de Polícia.

§ 1º O quorum necessário para aprovação das decisões do Conselho Superior de Polícia Civil será definido em seu regimento interno.

§ 2º As deliberações do Conselho Superior serão divulgadas na forma regimental.

#### **Seção IV** **Da Academia de Polícia Civil**

Art. 17. À Academia de Polícia Civil, unidade de recrutamento, seleção, formação, capacitação, pesquisa e extensão, responsável pelo desenvolvimento dos recursos humanos da Polícia Civil, incumbe:

I - promover o recrutamento, seleção e formação técnico-profissional dos servidores da instituição, para o provimento de cargos;

II - realizar treinamento, aperfeiçoamento e especialização, objetivando a capacitação técnico-profissional dos servidores;

III - desenvolver unidade de produção doutrinária e uniformidade de procedimentos didáticos e pedagógicos;

IV - manter o intercâmbio com as congêneres federal, do Distrito Federal e estaduais e com instituições de ensino e pesquisa, nacionais e estrangeiras, sem prejuízo das competências do Ministério das Relações Exteriores, visando ao aprimoramento das atividades e dos métodos pedagógicos utilizados;

V - produzir e difundir conhecimentos acadêmicos de interesse policial;

VI - observar as exigências e diretrizes educacionais estabelecidas na legislação pertinente, para que funcione como instituição habilitada ao ensino, pesquisa e extensão de nível superior; e

VII - executar estratégias permanentes de capacitação, aperfeiçoamento e especialização, de nível superior, elaborando e propondo critérios de desenvolvimento e evolução funcional dos servidores.

Art. 18. Poderá ser autorizado o afastamento do policial civil de suas atividades, para treinamento, curso e pesquisa, regularmente instituídos, quando o horário acadêmico inviabilizar o cumprimento da jornada semanal de trabalho.

Parágrafo único. O período de afastamento será considerado de efetivo exercício, conforme critérios estabelecidos em ato normativo específico.

#### **Seção V** **Da Corregedoria de Polícia Civil**

Art. 19. A Corregedoria de Polícia Civil, no exercício do controle interno, tem por finalidade praticar atos de correição, orientação e zelo pela qualidade e avaliação do serviço policial civil para a correta execução das etapas da investigação policial, atuando, preventiva e repressivamente, face às infrações disciplinares e penais praticadas por seus servidores, cabendo-lhe, ainda:

I - implementar, supervisionar e executar a política correcional, sem prejuízo do controle atribuído às demais unidades da polícia judiciária, e realizar os serviços de correição e outras inspeções; e

II - fiscalizar a atuação dos policiais civis no desempenho de suas atividades, desenvolvendo ações para o acompanhamento e monitoramento demandados pelos órgãos e entidades de

controle externo.

Parágrafo único. A lei disciplinará as funções da Corregedoria de Polícia Civil para a apuração de transgressões disciplinares e de infrações penais praticadas por servidores, dispondo sobre a organização, garantias, sanções disciplinares e meios operacionais que assegurem a eficiência e a eficácia de suas atividades.

## **Seção VI**

### **Das Unidades de Inteligência, de Polícia Judiciária e de Investigações, de Apoio Logístico e de Perícia e de Identificação**

Art. 20. A Unidade de Inteligência Policial tem por finalidade promover a gestão do conhecimento por meio de planejamento, coordenação, execução e apoio às atividades pertinentes aos sistemas de tecnologia de informações e comunicações da Polícia Civil.

Art. 21. A Unidade de Inteligência Policial é a destinatária de dados e provedora imediata de conhecimentos em relação às unidades executoras da função tática, constituindo-se em unidade central de informações destinadas ao suporte da atividade-fim da Polícia Civil, cabendo-lhe o que for disciplinado em ato normativo e:

I - o comando da unidade executora das atividades de estatística, informática e comunicações de natureza policial, bem como do desenvolvimento e da manutenção dos respectivos sistemas e equipamentos;

II - a direção estratégica de todos os bancos de dados pertinentes à investigação policial, devendo zelar por sua otimização e inter-relacionamento, ressalvados aqueles de natureza pericial e civil, quando houver órgão específico para essa finalidade; e

III - a articulação com os órgãos e unidades de informação e de inteligência de instituições públicas.

Art. 22. A Unidade de Polícia Judiciária e de Investigações tem por finalidade promover o planejamento, a coordenação, a supervisão e a execução da função de polícia judiciária e o exercício das atividades de investigações policiais, no território da respectiva unidade federada, nos termos da legislação.

Art. 23. A Unidade de Apoio Logístico tem por finalidade a coordenação, orientação, avaliação e execução das atividades de planejamento relacionadas ao orçamento, à contabilidade e à administração financeira, bem como a gestão de recursos humanos, patrimônio, manutenção, transportes, documentos e demais recursos logísticos.

Art. 24. A Unidade de Perícia e de Identificação tem por finalidade planejar, organizar, coordenar, supervisionar, controlar e executar atividades periciais e de identificação civil e criminal.

Parágrafo único. A Unidade de Perícia e de Identificação contará com unidades destinadas à realização de exames para o levantamento de provas concernentes à autoria e à materialidade de infrações penais, bem como à identificação civil e criminal.

## **CAPÍTULO III DOS SERVIDORES DA POLÍCIA CIVIL**

### **Seção I Do Quadro Policial e Administrativo**

Art. 25. O quadro básico de pessoal da Polícia Civil será integrado, no mínimo, pelos seguintes cargos, como essenciais para o seu funcionamento:

- I - delegado de polícia;
- II - perito de polícia, quando couber; e
- III - agente de polícia.

Art. 26. São atribuições privativas de delegado de polícia:

I - instaurar e presidir inquéritos policiais, termos circunstanciados e outros procedimentos legais para a apuração de infração penal ou ato infracional;

II - dirigir, coordenar, supervisionar e fiscalizar as atividades logísticas e finalísticas da unidade sob sua direção;

III - no curso de procedimentos de sua competência:

a) expedir intimações e determinar, em caso de não-comparecimento injustificado, a condução coercitiva;

b) requisitar a realização de exames periciais e complementares, destinados a colher e resguardar indícios ou provas da ocorrência de infrações penais; e

c) representar à autoridade judiciária competente pela decretação de prisões e medidas cautelares e pela concessão de mandados de busca e apreensão;

IV - requisitar, no interesse das investigações policiais:

a) às entidades públicas e privadas, documentos, informações e dados cadastrais pertinentes à pessoa investigada, observado o disposto no inciso X do art. 5º da Constituição;

b) temporariamente, serviços, técnicos especializados e meios materiais de órgãos públicos ou de particulares que detenham delegação de serviço público;

c) informações a respeito da localização de usuário de telefonia fixa ou móvel;

d) informações a respeito da localização de usuário de cartão de crédito;

e) às empresas de transporte, informações a respeito de reservas, bilhetes, escalas, rotas, tripulantes e passageiros; e

V - requerer, no interesse das investigações policiais, observado o disposto no inciso X do art. 5º da Constituição:

a) informações e documentos de caráter público ou privado;

b) extratos com os dados e registros telefônicos; e

c) registros de conexões de usuários de serviço de acesso à rede mundial de computadores, à empresa provedora do respectivo serviço.

§ 1º Ao delegado de polícia incumbe preservar o sigilo das informações, dados e documentos que nessa condição lhe forem confiados, sob pena de responsabilidade.

§ 2º A recusa, o retardamento ou a omissão, injustificados, no fornecimento de informações, dados ou documentos requisitados pelo delegado de polícia, implicará responsabilidade penal, cível e administrativa de quem lhe der causa.

Art. 27. São atribuições de perito de polícia:

I - coletar e interpretar os vestígios e os indícios materiais das infrações penais, objetivando fornecer elementos esclarecedores para a instrução de inquéritos policiais e outros procedimentos legais de investigação;

II - realizar exames sobre corpos de delito; e

III - elaborar laudos no âmbito das suas especializações.

Art. 28. São atribuições de agente de polícia:

- I - proceder a ações e pesquisas investigativas, para o estabelecimento das causas, das circunstâncias e da autoria das infrações penais ou administrativas;
- II - cumprir diligências policiais, mandados e outras determinações da autoridade competente;
- III - participar na gestão de dados, informações e conhecimentos pertinentes à atividade investigativa e na execução de prisões;
- IV - executar a busca pessoal e a identificação criminal e datiloscópica de pessoas para captação dos elementos indicativos de autoria de infrações penais;
- V - executar as ações necessárias para a segurança das investigações;
- VI - coletar dados objetivos e subjetivos pertinentes aos vestígios encontrados em bens, objetos e locais de cometimento de infrações penais, descrevendo suas características e condições, para os fins de apuração de infração penal ou administrativa;
- VII - elaborar e formalizar atos de escrituração em inquéritos policiais, em termos circunstanciados ou em outros procedimentos legais;
- VIII - diligenciar para o cumprimento de atos interlocutórios e expedir, mediante requerimento e despacho da autoridade policial, certidões e traslados; e
- IX - zelar pela guarda de papéis, documentos, procedimentos, objetos apreendidos e demais instrumentos sob sua responsabilidade, objetivando a destinação legal.

Parágrafo único. As atribuições previstas neste artigo poderão ser cometidas a outros cargos das carreiras de policiais civis, enquanto a estrutura do quadro policial previsto nesta Lei não for adotada pelo ente da federação.

Art. 29. As funções de atividade-meio, que consistem no apoio logístico e em outras de natureza não-policial, serão exercidas por servidores do quadro administrativo admitidos nos termos de legislação específica.

## **Seção II**

### **Do Ingresso, da Promoção e da Remoção**

Art. 30. O ingresso nos cargos das carreiras policial civil far-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, sempre na classe inicial.

§ 1º São requisitos básicos para o ingresso:

- I - ser brasileiro;
- II - ter, no mínimo, vinte e um anos;
- III - estar quite com as obrigações eleitorais e militares; e
- IV - comprovar, quanto ao grau de escolaridade, a conclusão de:
  - a) curso de bacharelado em direito, para o cargo de delegado de polícia;
  - b) curso de graduação superior, para o cargo de perito de polícia, na área de conhecimento correspondente descrita no edital do concurso, na forma do regulamento; e
  - c) curso de segundo grau, no mínimo, para o cargo de agente de polícia.

§ 2º A comprovação de conclusão dos cursos que trata este artigo deverá ocorrer por meio de certificado ou diploma expedido por instituição de ensino reconhecida e devidamente registrado no órgão competente.

Art. 31. Os candidatos serão submetidos a investigação e exame, de caráter eliminatório, quanto a:

- I - sanidade física e mental;
- II - registro de antecedentes criminais decorrentes de decisão condenatória transitada em julgado por prática de ato incompatível com a idoneidade exigida para o exercício do cargo; e
- III - punição em processo disciplinar por prática de ato que indique demissão, mediante decisão de que não caiba recurso hierárquico.

Art. 32. O processo de avaliação e promoção dos policiais civis deverá observar critérios e requisitos objetivos que leve em conta a capacitação profissional do servidor e o interesse da administração.

Art. 33. O policial civil poderá ser removido, no interesse do serviço e nos termos da legislação específica:

- I - a pedido;
- II - por permuta; e
- III - de ofício, fundamentadamente.

§ 1º Os cargos de provimento efetivo que integram as carreiras de policial civil, observada a estrutura hierárquica, vinculam-se às unidades da Polícia Civil.

§ 2º A remoção condiciona-se ao disposto na legislação e à existência de vaga no quadro de lotação de cargos nas unidades policiais civis.

### **Seção III** **Das Prerrogativas e das Vedações**

Art. 34. O policial civil gozará das seguintes prerrogativas, entre outras estabelecidas em lei:

- I - documento de identidade funcional com validade em todo território nacional e padronizado pelo Poder Executivo Federal;
- II - porte de arma com validade em todo o território nacional;
- III - livre acesso, em razão do serviço, aos locais sujeitos à fiscalização policial;
- IV - ser recolhido em unidade prisional especial, até o trânsito em julgado de sentença condenatória e, em qualquer situação, separado dos demais presos;
- V - prioridade nos serviços de transporte e comunicação, públicos e privados, quando em cumprimento de missão de caráter emergencial;
- VI - aposentadoria, nos termos do art. 40, § 4º, da Constituição, quando couber; e
- VII - ter a sua prisão imediatamente comunicada ao Delegado-Geral de Polícia.

§ 1º Na falta de unidade prisional nas condições previstas no inciso IV, o policial civil será recolhido em dependência da própria instituição policial, até o trânsito em julgado da sentença condenatória.

§ 2º A lei poderá estabelecer normas sobre assistência médica, psicológica, odontológica e social, assistência jurídica, seguro de vida e de acidente pessoal do policial civil.

Art. 35. É vedado ao policial:

- I - exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, ressalvadas as hipóteses de acumulação previstas na Constituição; e

II - exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, salvo na forma da lei.

Parágrafo único. A lei poderá estabelecer outras vedações ao policial civil, além das previstas neste artigo.

## CAPÍTULO IV DO REGIME DISCIPLINAR

### Seção I Das Infrações e das Sanções Disciplinares

Art. 36. A lei estabelecerá os deveres, proibições e responsabilidades impostas ao policial civil e as sanções disciplinares aplicáveis no caso de seu descumprimento.

§ 1º São sanções disciplinares, além de outras que a lei venha a estabelecer:

- I - advertência;
- II - suspensão;
- III - demissão;
- IV - destituição de cargo em comissão; e
- V - cassação de aposentadoria ou de disponibilidade.

§ 2º Na aplicação das sanções previstas no § 1º, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, a repercussão do fato, as consequências advindas para o serviço público e, em especial, para a instituição policial civil, e os antecedentes funcionais.

§ 3º O ato de imposição da sanção mencionará, sempre, o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

§ 4º A imposição da pena de demissão é ato privativo do Governador.

### Seção II Do Processo Disciplinar e da Sindicância

Art. 37. A autoridade competente, ao tomar conhecimento de irregularidades administrativas, promoverá a apuração dos fatos mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurado ao acusado a ampla defesa e o contraditório.

§ 1º A sindicância disciplinar é o instrumento destinado à apuração de infração disciplinar atribuída a policial civil, sujeita a penalidade de advertência ou suspensão.

§ 2º O processo administrativo disciplinar é o instrumento destinado à formação probatória da responsabilidade funcional pela prática de infração disciplinar sujeita a penalidade de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

Art. 38. No curso do processo disciplinar, para assegurar a regular apuração dos fatos, o acusado poderá ser afastado, preventivamente, do exercício do cargo ou da função que ocupa, sem prejuízo de sua remuneração.

Parágrafo único. O policial civil afastado preventivamente terá sua carteira funcional e arma recolhidas, devendo o processo disciplinar respectivo ter prioridade em sua tramitação.

Art. 39. A apuração de infração disciplinar será presidida por autoridade de classe igual ou superior à do investigado, conforme dispuser a legislação.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 40. As unidades e o efetivo da Polícia Civil serão fixados com observância, entre outros, dos seguintes fatores:

I - índice analítico de criminalidade e de violência; e

II - população, extensão territorial e densidade demográfica.

§ 1º O quadro setorial de lotação de cargos das unidades policiais, para a distribuição dos servidores, será fixado em conformidade com o disposto neste artigo.

§ 2º A criação de unidades policiais observará a existência de cargos para a correspondente lotação setorial.

Art. 41. As funções dos cargos policiais civis são típicas de Estado e têm natureza especial e diferenciada e caráter técnico-científico.

Art. 42. A hierarquia e a disciplina são preceitos de integração e otimização das competências organizacionais pertinentes às atividades da Polícia Civil e objetivam assegurar a unidade institucional.

§ 1º A hierarquia constitui instrumento de controle da eficácia dos atos operacionais, com a finalidade de sustentar a disciplina e de desenvolver o espírito de cooperação em ambiente de estima, harmonia, confiança e respeito mútuos.

§ 2º A disciplina norteia o exercício efetivo das atribuições funcionais em face das disposições legais e das determinações fundamentadas e emanadas da autoridade competente.

Art. 43. Aos policiais civis inativos são asseguradas as prerrogativas previstas nos incisos I, II e IV do art. 34.

Art. 44. Poderá ser criada Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA nas unidades da Polícia Civil de cada ente federado.

Art. 45. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

EM nº 00109 - MJ

Brasília, 18 de julho de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência a anexa proposta de Projeto de Lei que institui a Lei Geral da Polícia Civil.

2. O Projeto se pauta pelo respeito ao princípio federativo e aos conseqüentes limites ao poder de legislar estabelecidos pelo art. 24 da Constituição Federal, dispondo sobre princípios e normas gerais de organização e estrutura da Polícia Civil dos Estados, Distrito Federal e Territórios.

3. O texto ora apresentado tomou por base o trabalho intitulado “Modernização da Polícia Civil Brasileira - Aspectos Conceituais, Perspectivas e Desafios” e guiou-se, especialmente, por valores de ordem política, técnica e acadêmica e, na necessidade de construção de um modelo eficaz de polícia investigativa no âmbito das polícias civis.

4. O projeto introduz modernos conceitos de gestão recomendados para o setor e aponta para a superação do paradigma reducionista que resulta de uma prática estritamente jurídico-processualista da ação investigativa.

5. Indica, também, a necessidade de se construir uma polícia racionalmente estruturada para uma intervenção ponderada nos cenários penalmente relevantes, valendo-se permanentemente da idéia da unidade técnico-científica da atividade típica das Polícias Civis. Também assevera que esta ação deve ser praticada por policiais capacitados pelo conhecimento universal e segmentado das ciências humanas, sociais e naturais, dentro de uma política permanente de qualificação, capaz de assegurar a consistência moral e procedimental de cada servidor.

6. O Projeto de Lei apresenta os seguintes aspectos conceituais:

a) insere a atividade investigativa no contexto dos princípios da cidadania, demonstrando que a investigação tem caráter de intervenção pacificadora e não meramente identificada com a ideologia da “caça a bandidos”;

b) aponta para esta intervenção com uma visão fundada no conceito de polícia comunitária onde o policial de investigação, capacitado para compreender criticamente o fenômeno criminal e intervir sobre ele com uma motivação descritiva, volta-se não só para o processo penal, mas atua no traçado de cenários preventivos e propositivos, articulando-se com outras esferas de governo e da sociedade;

c) fomenta a equalização dos papéis das carreiras de investigação para um regime de produção sistêmica, onde a hierarquia e a disciplina são valores de integração e consistência de uma equipe interdisciplinar, dentro da qual é respeitada a autonomia de seus integrantes. Insta a superação da tradição de multiplicidade de denominações de carreiras, buscando vencer, assim, algumas grotescas desarticulações, a ausência de identidade nacional e a cultura positivista da instituição de cargos de perfil meramente funcionalista, sem força sistêmica e gerencial dentro da produção culta da investigação policial; e

d) define marcos que resgatem a investigação das armadilhas de uma visão estritamente repressiva, indicando a plena viabilidade de se fazer do procedimento investigativo uma fonte qualificada de informações de natureza criminológica que não se prenda, exclusivamente, às exigências do processo penal em sentido estrito.

7. Importante mencionar que a ausência de uma teoria geral da ação policial investigativa, habilitada a referenciar a produção contínua de saberes para os problemas e dilemas desta atividade profissional, marcou a história das Polícias Civis brasileiras. Partindo dessa percepção propõe-se a



concepção tripartite de cargos, levando em conta uma racionalização bem elementar:

- a) um destinado ao controle jurídico e condução epistemológica das ações investigativas - Delegados de Polícia;
- b) um destinado à atividade finalística de abordar, laboratorialmente, as evidências materiais do comportamento criminal - Peritos de Polícia; e
- c) um destinado à atividade finalística de apurar aspectos subjetivos por incursões nos cenários de operação, composição documental, formalização de atos oficiais e execução dos serviços de apoio operativo, como ações de força, manejo de instrumentos, tecnologias, interação sistêmica, dentre muitas possibilidades - Agente de Polícia.

8. Frisa-se que, ao estabelecer normas gerais sobre a perícia, situando-a no âmbito da Polícia Civil o Projeto, em respeito ao pacto federativo e à autonomia dos Estados, deixa claro que competirá aos Governadores decidir se a atividade pericial integrará, ou não, a estrutura policial dos seus respectivos Estados.

9. Outro aspecto refere-se à existência de cargos administrativos. O texto fomenta que sejam profissionais das próprias organizações policiais. A concepção apresenta um profissional alinhado aos objetivos institucionais e voltado para as funções de natureza estritamente administrativa, como apoio direto às equipes de investigação.

10. Como definido na Constituição Federal, à Polícia Civil atribui-se a competência para executar a política de apuração das infrações penais e de polícia judiciária, desempenhando a primeira fase da repressão estatal, de caráter preliminar à persecução processual penal, oferecendo suporte às ações de força ordenadas pela autoridade judiciária. Tal empreendimento exige posturas altamente profissionalizadas por técnicas de gestão e ação operativa, em conformidade com a legislação nacional e os tratados internacionais, particularmente, no que se refere ao respeito pelos direitos fundamentais do homem, segundo fartamente gravado no ordenamento jurídico pátrio.

11. As Polícias Cíveis brasileiras se incumbem, portanto, da obrigação de responder aos desafios com uma proposta de política que lhes renove os métodos, capacidades dos recursos organizacionais e humanos disponíveis, aliando-se à modernidade para uma inserção eficaz no âmbito do sistema de justiça criminal.

12. A questão da violência e da criminalidade se põe como das mais evidentes na agenda das discussões nacionais. Hoje, o Governo Federal e os Governos Estaduais se empenham na implementação do Plano Nacional de Segurança Pública, atendendo a uma expressiva inquietação de toda sociedade brasileira, que vem exigindo a concepção e a execução efetiva de uma política sustentável para o sistema policial que se comprometa com a prevenção, a redução e o controle da criminalidade, alinhado aos denominados “Sistema Único de Segurança Pública - SUSP” e “Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCP”.

13. Conquanto a diretriz para a Polícia Civil não se caracterize essencialmente pela prevenção de caráter ostensivo, como ocorre com a Polícia Militar, ela também compreende o sentido finalístico de prevenir o delito, seja por dissuasão gerada pela eficiência e eficácia do método repressivo, seja pelo papel proativo de interlocução com a sociedade civil, caso em que a polícia desempenha uma função pedagógica fomentadora das posturas concorrentes do cidadão na produção da segurança pública. Neste último sentido, a polícia atua como promotora da cidadania, comunicando técnicas, recomendando procedimentos e atitudes que resultem em efetiva prevenção ao crime, perfazendo a vocação da chamada polícia comunitária.

14. A correlação direta entre o servidor público que realiza a investigação e o ambiente do conflito criminalmente relevante exige uma postura de Estado em que a organização policial contribua na problematização crítica que dá fundamento à criação do direito, livrando-o de concepções explícitas ou ideologicamente sectárias. Nessa linha, os conhecimentos consolidados cientificamente no conjunto das investigações criminais, há de resultar em ganhos qualitativos expressivos no processo de tomada de decisões governamentais.

15. Os esforços pela busca de matrizes técnico-científicas para a ação de investigação

policial, capazes de aproveitamento em todos os Estados, devem partir da aceitação de uma realidade: as polícias civis são diferentes entre si em termos de cultura organizacional e lógica de seus mecanismos operacionais, fato originado em razões históricas e ambientais na esfera de cada um dos entes federados. As polícias civis se diferenciam quanto às suas estruturas orgânicas, concepção, atribuições, cargos dentro da carreira e no que toca a base conceptual dos seus procedimentos profissionais.

16. Por tal razão, e, considerando que a função de polícia investigativa é de altíssimo grau de complexidade, é natural admitir-se que um processo de modernização deva enfrentar muitos desafios de reordenação estrutural e de métodos procedimentais, de acolhimento de um conjunto de normas gerais e de redefinição de doutrinas, estabelecendo um alinhamento nacional.

17. As diretrizes seguintes sustentam o arcabouço conceptual da pretendida modernização, definindo o seu respectivo horizonte. São elas:

- a) indivisibilidade da investigação: a investigação policial é indivisível por resultar dos esforços conjugados de conhecimentos criminológicos e criminalísticos, tecnicamente estruturados pelo método científico e juridicamente ordenados pelas disposições legais;
- b) multidisciplinaridade da ação investigativa: a investigação policial se faz em equipe multidisciplinar formada por ocupantes de três tipos de cargos, com atribuições próprias e especializadas na apuração dos aspectos subjetivos e objetivos das ocorrências criminais, sob a direção jurídica e articulação técnico-científica do Delegado de Polícia;
- c) relevância social e comunitária da investigação: além da relevância jurídica, a investigação policial tem fundamental importância social e comunitária, porque constitui elo na corrente de solução de conflitos;
- d) dimensões complementares da investigação, territorial e especializada: a ação investigativa ocorre em duas dimensões complementares, a territorial e a especializada, a que o direito define como competência em razão do local e competência em razão da matéria;
- e) o caráter preferencial da dimensão territorial: A dimensão territorial é básica e predominante porque representa a presença efetiva da instituição no seio da comunidade onde se dá o drama do crime; e
- f) o caráter subsidiário da dimensão especializada: A dimensão especializada, isto é, por tipologia criminal, deve ser expressa por uma política operativa, com lastro em plataforma doutrinária e técnico-científica que se exerça não apenas em uma unidade especializada, mas também nas bases territoriais.

18. O ordenamento básico da Polícia Civil é estimulado pela correta articulação entre o plano estratégico e o plano tático de uma organização policial, como condição necessária para a construção de um processo de produção otimizada de seus serviços. As premissas acima construídas só ganham sentido prático se habilitadas por um mecanismo que viabilize, competentemente, o fluxo de ações dos operadores - policiais de investigação - e unidades de produção - delegacias. As políticas fundamentais são cinco, assim definidas: ensino e pesquisa; correição; inteligência policial; administração tático-operativa; e, administração logística.

19. Em linha de conclusão, pode-se afirmar que:

- a) existe um mito de que as diferenças regionais impossibilitam a adoção de uma matriz organizacional básica em nível nacional. Todavia, o levantamento histórico e o diagnóstico das polícias civis apontam para problemas e propostas de solução que guardam muita semelhança de gênese e que recomendam o seu enfrentamento de forma efetiva e homogênea, inclusive contribuindo para o aperfeiçoamento do sistema jurídico criminal brasileiro; e
- b) tradicionalmente, a Polícia Civil é vista como um órgão que atua no esclarecimento do fato delitivo, ou seja, invariavelmente após a ocorrência do crime. Essa visão não corresponde à total abrangência de sua atuação. A riqueza do método investigativa, aliada à inteligência policial e à tecnologia, amplia, sobremaneira, a profundidade de suas atribuições. Modernamente, a compreensão do comportamento desviante, dos fatores criminógenos e da dinâmica do crime requisitam à organização uma importante gama de intervenções de caráter preventivo - o que equivale a dizer o seguinte: as Polícias Civis têm que saltar do paradigma meramente reativo para um modo de ação proativo. A Polícia Civil do século XXI têm esse compromisso - assumir seu papel no sistema de justiça criminal, numa maior dimensão, cuja missão é a redução e o estabelecimento de estratégias de controle da criminalidade.

20. São essas, Senhor Presidente, as razões pelas quais se submete à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Tarso Fernando Herz Genro*

# Consulta Tramitação das Proposições

Cadastrar para Acompanhamento

Nova Pesquisa


**Proposição:** PL-1949/2007  -> Íntegra disponível em formato pdf

**Autor:** Poder Executivo

**Data de Apresentação:** 04/09/2007

**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**Regime de tramitação:** Prioridade

**Apensado(a) ao(a):** PL-4371/1993 

**Proposição Originária:** AV-836/2007

**Situação:** CTASP: Aguardando Parecer.

**Ementa:** Institui a Lei Geral da Polícia Civil e dá outras providências.

**Indexação:** Criação, Lei Geral da Polícia Civil, organização, funcionamento, competência, Polícia Civil, Estados, (DF), órgão público, (SUSP), estrutura organizacional, composição, Direção Superior, Direção Geral, chefia, Delegado-Geral de Polícia, Conselho Superior de Polícia Civil, Unidade, Execução, Academia de Polícia Civil, Corregedoria, Atividade de Inteligência, Polícia Judiciária, Investigação, Perícia, Identificação, quadro de pessoal, servidor, Delegado de Polícia, Perito, Agente de Polícia, requisitos, concurso público, Carreira de Policial Civil, carreira típica de Estado, promoção, remoção, prerrogativa de função, proibição, exercício, função pública, participação, comércio, infração disciplinar, pena disciplinar, processo disciplinar, sindicância, hierarquia, disciplina, (CIPA).

## Despacho:

11/6/2008 - Deferido o REQ 2789/08, conforme seguinte despacho: "Deiro. Apense-se ao PL 4.371/93 o PL n.º 1.949/07 nos termos do art. 142 c/c artigo 143, inciso II, alínea "b". Oficie-se e, após, publique-se."


- PLEN (PLEN )

MSC 616/2007 (Mensagem) - Poder Executivo 


## Legislação Citada


### Emendas


- CTASP (TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO)

EMC 1/2007 CTASP (Emenda Apresentada na Comissão) - Alexandre Silveira 

EMC 2/2007 CTASP (Emenda Apresentada na Comissão) - Laerte Bessa 

EMC 3/2007 CTASP (Emenda Apresentada na Comissão) - Laerte Bessa 

EMC 4/2007 CTASP (Emenda Apresentada na Comissão) - Laerte Bessa 

EMC 5/2007 CTASP (Emenda Apresentada na Comissão) - Laerte Bessa 


EMC 6/2007 CTASP (Emenda Apresentada na Comissão) - Laerte Bessa 

EMC 7/2007 CTASP (Emenda Apresentada na Comissão) - Laerte Bessa 

EMC 8/2007 CTASP (Emenda Apresentada na Comissão) - Laerte Bessa 

EMC 9/2007 CTASP (Emenda Apresentada na Comissão) - Laerte Bessa 


EMC 10/2007 CTASP (Emenda Apresentada na Comissão) - Laerte Bessa 

EMC 11/2007 CTASP (Emenda Apresentada na Comissão) - Laerte Bessa 

EMC 12/2007 CTASP (Emenda Apresentada na Comissão) - Laerte Bessa 

EMC 13/2007 CTASP (Emenda Apresentada na Comissão) - Laerte Bessa 


EMC 14/2007 CTASP (Emenda Apresentada na Comissão) - Zenaldo Coutinho 

EMC 15/2007 CTASP (Emenda Apresentada na Comissão) - Zenaldo Coutinho 

EMC 16/2007 CTASP (Emenda Apresentada na Comissão) - Zenaldo Coutinho 


EMC 17/2007 CTASP (Emenda Apresentada na Comissão) - Zenaldo Coutinho 

EMC 18/2007 CTASP (Emenda Apresentada na Comissão) - Zenaldo Coutinho 

EMC 19/2007 CTASP (Emenda Apresentada na Comissão) - João Campos 

EMC 20/2007 CTASP (Emenda Apresentada na Comissão) - João Campos 


EMC 21/2007 CTASP (Emenda Apresentada na Comissão) - João Campos 

EMC 22/2007 CTASP (Emenda Apresentada na Comissão) - João Campos 

EMC 23/2007 CTASP (Emenda Apresentada na Comissão) - Thelma de Oliveira 

EMC 24/2007 CTASP (Emenda Apresentada na Comissão) - Thelma de Oliveira 

EMC 25/2007 CTASP (Emenda Apresentada na Comissão) - William Woo 

EMC 26/2007 CTASP (Emenda Apresentada na Comissão) - William Woo 

Requerimentos, Recursos e Ofícios

**- PLEN (PLEN)**

**REQ 2789/2008 (Requerimento de Apensação) - Luiz Carlos Hauly**

**REQ 2984/2008 (Requerimento de Redistribuição) - Comissão de Direitos Humanos e Minorias**

**Última Ação:**

**26/3/2008** - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) - Designado Relator, Dep. João Campos (PSDB-GO)

Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

Andamento:	
4/9/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do PL 1949/2007, do Poder Executivo, que "institui a Lei Geral da Polícia Civil e dá outras providências."
6/9/2007	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II Regime de Tramitação: Prioridade
6/9/2007	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Encaminhamento de Despacho de Distribuição à CCP para publicação.
12/9/2007	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 13/09/07 PÁG 45968 COL 01.
14/9/2007	<b>Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)</b> Recebimento pela CTASP.
19/9/2007	<b>Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)</b> Designado Relator, Dep. Sabino Castelo Branco (PTB-AM)
20/9/2007	<b>Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)</b> Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 21/09/2007)
8/10/2007	<b>Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)</b> Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Foram apresentadas 26 emendas.
1/11/2007	<b>Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)</b> Apresentação do REQ 133/2007 CTASP, pelo Dep. Sabino Castelo Branco, que "realização de Audiência Pública para discussão, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, de propostas para o Projeto de Lei nº 1949, de 2007, que 'Institui a lei Geral da Polícia Civil , e dá outras providências'."
5/3/2008	<b>Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)</b> Devolvida sem Manifestação,
26/3/2008	<b>Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)</b> Designado Relator, Dep. João Campos (PSDB-GO)
17/4/2008	<b>Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)</b> Apresentação do REQ 167/2008 CTASP, pelo Dep. João Campos, que "requer à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, a realização de Audiência Pública, para discussão de propostas para o Projeto de Lei nº 1.949, de 2007, que "Institui a Lei Geral da Polícia Civil e dá outras providências""
27/5/2008	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do Requerimento n. 2789/2008, pelo Deputado Luiz Carlos Hauly, que solicita a apensação do Projeto de Lei nº 1.949, de 2007 ao Projeto de Lei nº 4.371, de 1993.
11/6/2008	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Deferido o REQ 2789/08, conforme seguinte despacho: "Deiro. Apense-se ao PL 4.371/93 o PL n.º 1.949/07 nos termos do art. 142 c/c artigo 143, inciso II, alínea "b". Oficie-se e, após, publique-se."
19/6/2008	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> À CTASP Memorando nº 169/08- COPER, solicitando a devolução.
4/7/2008	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do Requerimento nº 2984/2008, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, que requer, nos termos regimentais, com base nos artigos 139, II, a, 53, I, 32, VIII e 141 do RICD, a inclusão da Comissão de Direitos Humanos e Minorias no despacho inicial apostado ao Projeto de Lei n.º 1.949/2007, que institui a

Lei Geral da Polícia Civil e dá outras providências, de modo que a matéria possa ser examinada pela referida Comissão.

14/7/2008

**Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)**

Indeferido o REQ 2984/08, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro, tendo em vista que o PL 1949/07 está apensado ao 6690/02, de autoria de Comissão Mista, não tramitando pelas Comissões Técnicas da Casa, nos termos do art. 143 do Regimento Comum, sendo submetido diretamente ao Plenário. Oficie-se e, após, publique-se."

29/7/2008

**COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)**

À CDHM o Ofício SGM/P n.º 912/08, de 14/07/08, comunicando o indeferimento do REQ 2984/08, que solicita a inclusão da CDHM no despacho apostado a este.

Cadastrar para Acompanhamento

NovaPesquisa

# **ANEXO V**

## **AUTONOMIA DA POLÍCIA CIVIL**

**PEC 184/2007**

**TRAMITAÇÃO**

## **CARREIRAS JURÍDICAS**

**PEC 549/2006**

**TRAMITAÇÃO**

## **RESUMO DA PROPOSTA**

**PROPOSIÇÃO:** PEC – 184/2007

**AUTOR:** Laerte Bessa – PMDB/DF e co-autores

**DATA DA APRESENTAÇÃO:** 31.10.2007

**APRECIAÇÃO:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**SITUAÇÃO:** CCJC: Aguardando Parecer

**EMENTA:** *Dispõe sobre as Polícias Judiciárias da União e dos Estados e dá outras providências.*

Art. 94 - Inclui os Delegados de Polícia no quinto constitucional nos Tribunais Regionais, Federais e Estaduais, no STJ e Tribunais Regionais.

Art. 135. A – Confere autonomia à Polícia Judiciária, atribuindo privativamente a investigação criminal.

Art. 135. B – Estabelece os órgãos a nível Federal e Estadual.





**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 184 , 2007.**  
(Do Sr. Laerte Bessa e outros)

Dispõe sobre as Polícias Judiciárias da União e dos Estados e dá outras providências.

**AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL**, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º. Os artigos 21, 22, 24, 32, 52, 61, 84, 85, 94, 102, 104, 105, 107, 135 e 144 e o Capítulo IV, do Título IV, da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21. ....

.....

XIII – organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Polícia Judiciária do Distrito Federal e Territórios;

XIV – organizar e manter a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, manter a Polícia Judiciária do Distrito Federal e Territórios e prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio;

.....”

“Art. 22. ....

.....

XVII – organização judiciária, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Polícia Judiciária do Distrito Federal e Territórios, bem como organização administrativa destes;



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Laerte Bessa

XXII – competência da polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras federal e das polícias rodoviária e ferroviária federais;

.....”

“Art. 24. ....

.....

XVI - organização das polícias judiciárias, observado o disposto no § 13, do art.135-B.

.....”

“Art. 32. ....

.....

§ 4º. Lei federal disporá sobre a utilização, pelo Governo do Distrito Federal, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar.”

“Art. 52. ....

.....

II – processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Nacional do Ministério Público, do Conselho Nacional de Polícia Judiciária, o Procurador-Geral da República, o Delegado-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;”

III - .....

.....

f) Delegado-Geral da República;

g) titulares de outros cargos que a lei determinar;



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado Laerte Bessa

.....  
XI - aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República e do Delegado-Geral da República antes do término de seus mandatos;

.....”  
“Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República, ao Delegado-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º. ....

.....  
II - .....

.....  
d) organização do Ministério Público, da Polícia Judiciária e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público, da Polícia Judiciária e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e Territórios;

.....”  
“Art. 84. ....

.....  
XIV - nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o Delegado-Geral da República, o



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado Laerte Bessa

presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei;

.....”

“Art. 85. ....

.....

II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Polícia Judiciária e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;

.....”

“Art. 94. Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros do Ministério Público e delegados da Polícia Judiciária com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.”

Parágrafo único. ....”

“Art. 102. ....

.....

I - .....

.....

b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros, o Procurador-Geral da República e o Delegado-Geral da República;

.....



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Laerte Bessa

r) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça, contra o Conselho Nacional do Ministério Público e contra o Conselho Nacional de Polícia Judiciária;"

"Art. 104. ....

.....

II - um terço, em partes iguais, dentre advogados, membros do Ministério Público e delegados de polícia judiciária Federal, Estadual, do Distrito Federal e Territórios, alternadamente, indicados na forma do art. 94."

"Art. 105. ....

.....

I - .....

.....

b) os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, do Delegado-Geral da República ou do próprio Tribunal;

....."

"Art. 107. ....

.....

I – Um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, membros do Ministério Público Federal e delegados da Polícia Judiciária Federal, com mais de dez anos nas respectivas carreiras.

....."



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Laerte Bessa

“Art. 135. Os servidores integrantes das carreiras disciplinadas nas Seções II, III e IV deste Capítulo serão remunerados na forma do art. 39, § 4º.

“Art. 144. ....

.....

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, subordinam-se aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e Territórios.”

## “Título IV

.....

### Capítulo IV

#### DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA E DA POLÍCIA JUDICIÁRIA

.....”

Art. 2º. Acrescente-se o inciso IX ao art. 91, a Seção IV ao Capítulo IV do Título IV da Constituição Federal, denominada “DA POLÍCIA JUDICIÁRIA”, bem como os artigos 135-A e 135-B, com a seguinte redação:

“Art. 91 .....

.....

IX – O Delegado-Geral da República.”

## “Título IV

.....

### Capítulo IV

#### DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA E DA POLÍCIA JUDICIÁRIA



.....

Seção IV

DA POLÍCIA JUDICIÁRIA”

Art. 135-A. A Polícia Judiciária é instituição autônoma e permanente, essencial à Justiça, incumbindo-lhe privativamente, além das atribuições previstas em lei, a investigação criminal e as demais funções de repressão às infrações penais, exceto as militares, e especialmente:

I – instaurar e processar o inquérito penal, presidido privativamente por delegado de polícia;

II – colher e formalizar as provas e indícios necessários à demonstração da materialidade, autoria e circunstâncias juridicamente relevantes e relacionadas aos fatos sob investigação;

III – a identificação civil e criminal;

IV – representar pelas medidas processuais penais aplicáveis à fase investigatória que dependam de decisão judicial;

V – planejar, coordenar e realizar ações de inteligência policial, operações, diligências, intimações, interrogatórios, depoimentos, acareações, reconhecimentos, exames de local de crime e de corpo de delito, apreensão de coisas, documentos, valores, objetos, armas e instrumentos relacionados às investigações, condução e detenção coercitiva de pessoas, lavratura de auto de prisão em flagrante e de termo circunstanciado, reprodução simulada dos fatos, dentre outros procedimentos legais necessários à elucidação da verdade real e à efetiva aplicação da lei penal;



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Laerte Bessa

VI – realizar perícias, estudos técnico-científicos, pesquisas e estatísticas no cumprimento de suas finalidades institucionais.

§ 1º. À Polícia Judiciária é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação, remuneração e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos e os planos de carreira.

§ 2º. A Polícia Judiciária elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º. Se a Polícia Judiciária não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do § 2º.

§ 4º. Se a proposta orçamentária de que trata este artigo for encaminhada em desacordo com os limites estipulados na forma do § 2º, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.

§ 5º. Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Laerte Bessa

§ 6º. Os recursos orçamentários destinados à Polícia Judiciária ser-lhe-ão repassados até o dia vinte de cada mês, vedado o contingenciamento que afete a sua manutenção.

Art. 135-B. A Polícia Judiciária compreende:

I – No âmbito da União:

a) A Polícia Judiciária Federal;

b) A Polícia Judiciária do Distrito Federal e Territórios.

II – No âmbito dos estados, as Polícias Judiciárias dos Estados.

§ 1º. Compõem o quadro básico de pessoal das carreiras que integram a Polícia Judiciária:

I - Delegado de Polícia;

II - Perito de Polícia;

III - Investigador de Polícia

IV - Escrivão de Polícia.

§ 2º. A estrutura básica das Polícias Judiciárias Federal, dos Estados e do Distrito Federal e Territórios será composta das seguintes unidades que detêm autonomia funcional:

I - Corregedoria-Geral de Polícia Judiciária, dirigida por Delegado de Polícia da última classe da respectiva carreira, nomeado pelo Diretor-Geral da instituição para mandato de dois anos, após a aprovação do seu nome pela maioria absoluta dos membros:

a) do Senado, no caso da Polícia Judiciária Federal;

b) da Câmara Legislativa, no caso da Polícia Judiciária do Distrito Federal e Territórios;



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Laerte Bessa

c) da Assembléia Legislativa, no caso da Polícia Judiciária do Estado.

II - Departamento de Perícias, dirigido por Perito de Polícia da última classe da respectiva carreira, nomeado pelo Diretor-Geral da instituição para mandato de dois anos, após a aprovação do seu nome pela maioria absoluta dos membros:

a) do Senado, no caso da Polícia Judiciária Federal;

b) da Câmara Legislativa, no caso da Polícia Judiciária do Distrito Federal e Territórios;

c) da Assembléia Legislativa, no caso da Polícia Judiciária do Estado.

§ 3º. Em caso de extinção, transformação, aproveitamento ou criação de cargos policiais é assegurada a opção pelo novo cargo, respeitada a natureza da investidura e a compatibilidade funcional, permitida a alocação do servidor em posicionamento superior ao que detinha.

§ 4º. A Polícia Judiciária Federal formará lista tríplice dentre os integrantes da última classe da carreira de delegado de polícia judiciária federal, na forma da lei, para escolha pelo Presidente da República, após a aprovação de seu nome pelos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 5º. A destituição do Delegado-Geral da Polícia Judiciária Federal, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Laerte Bessa

§ 6º. As Polícias Judiciárias Federal, do Distrito Federal e Territórios e dos Estados formarão lista sêxtupla dentre os integrantes da última classe das carreiras, na forma da lei, para escolha do Delegado-Geral da República, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§ 7º. A destituição do Delegado-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

§ 8º. A Polícia Judiciária Federal destina-se a:

I – apurar, privativamente, as infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária federal.



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Laerte Bessa

§ 9º. As polícias judiciárias dos Estados e a do Distrito Federal e Territórios são dirigidas por seus respectivos delegados-gerais, nomeados pelo Governador do Ente Federativo, dentre os integrantes de lista tríplice, pertencentes à última classe da carreira de delegado de polícia judiciária, após a aprovação do seu nome pelos membros de seu Poder Legislativo estadual ou distrital, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 10. A destituição do Delegado-Geral do Estado e do Distrito Federal e Territórios, por iniciativa do Governador, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta dos membros da sua assembléia legislativa estadual ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

§ 11. Às polícias judiciárias dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem privativamente, ressalvada a competência da União, a investigação criminal e as demais funções de repressão às infrações penais, exceto as militares.

§ 12. São princípios e fundamentos da Polícia Judiciária:

I – zelar e respeitar os direitos, deveres, princípios e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal e na lei;

II – defesa da ordem pública e jurídica;

III – autoridade, hierarquia e disciplina;

IV – indisponibilidade e imediatismo da persecução penal;

V – unidade, indivisibilidade e independência funcional.

§ 13. Lei complementar da União, cuja iniciativa é facultada ao Delegado-Geral da República em conjunto com



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Gabinete do Deputado Laerte Bessa

os Delegados-Gerais da Polícia Judiciária Federal e do Distrito Federal e Territórios, estabelecerá a organização, as atribuições e o estatuto das respectivas instituições.

§ 14. Leis complementares dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Delegados-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada instituição.

§ 15. São garantias e prerrogativas dos integrantes da Polícia Judiciária:

I - movimentação restrita aos seguintes casos:

- a) a pedido ou mediante permuta voluntária;
- b) "ex officio", fundamentadamente e no interesse do serviço público, admitido recurso com efeito suspensivo ao Conselho Superior de Polícia;
- c) por motivo de saúde do servidor ou do ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro, condiciona à existência de vaga no quadro de lotação de cargos nas unidades policiais.

II - é vedada a remoção do servidor a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação de entidade de classe e, se eleito, conforme disposto em lei.

III - irredutibilidade de subsídios, fixado na forma do art. 39, § 4º e ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 150, II, 153, III, 153, § 2º, I;

IV - subsídios das classes iniciais das carreiras de delegado e perito de polícia não inferiores ao fixado para as classes iniciais das carreiras de trata a Seção I, deste Capítulo;

V - subsídio da classe inicial da carreira de investigador de polícia não inferior a 65% (sessenta e



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Laerte Bessa

cinco por cento) do fixado para as classes iniciais das carreiras de delegado e perito de polícia;

VI - documento de identidade funcional com validade em todo território nacional e padronizado pelo Poder Executivo Federal;

VII - livre porte de arma com validade em todo o território nacional;

VIII - livre acesso, em razão do serviço, aos locais sujeitos à fiscalização policial;

IX - ser recolhido ou cumprir pena em unidade prisional especial, separado dos demais presos;

X - prioridade nos serviços de transporte e comunicação, públicos e privados, quando em cumprimento de missão de caráter de urgência;

XI - aposentadoria com critérios e requisitos diferenciados, na forma da lei complementar, guardada a integralidade e a paridade com os servidores ativos;

XII - assistência jurídica quando o ato questionado tenha sido praticado no exercício da função ou em razão dela;

XIII - seguro de vida e de acidente pessoal decorrente do exercício da função ou em razão dela, em valor não inferior a vinte vezes o último subsídio percebido;

XIV - assistência médica, psicológica, odontológica e social;

XV - ser preso somente por ordem escrita da autoridade judiciária competente ou em razão de flagrante delito, caso em que a autoridade respectiva fará imediata comunicação ao Delegado-Geral de Polícia, sob pena de responsabilidade.

§ 16. É vedado aos integrantes da Polícia Judiciária:



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Laerte Bessa

I - exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo efetivo, salvo aquelas asseguradas por lei, o magistério, ou no interesse exclusivo da instituição policial por decisão fundamentada do respectivo Delegado-Geral;

II - receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em procedimentos de sua competência;

§ 17. O ingresso nas classes iniciais das carreiras de Polícia Judiciária far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exigindo-se:

I – para o cargo de delegado de polícia, diploma de bacharel em direito e, no mínimo, dois anos de atividade jurídica ou policial;

II – para o cargo de perito de polícia, diploma de bacharelado conforme exigido em lei;

III – para os cargos de investigador de polícia e de escrivão de polícia, diploma de curso superior completo.

§ 18. Nos concursos públicos para provimento dos cargos de delegado e perito de polícia, ficam reservadas, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das vagas aos investigadores de polícia e escrivães de polícia.

§ 19. As atribuições dos cargos que compõem a Polícia Judiciária e a forma de progressão de seus integrantes serão disciplinadas por lei complementar, observado o disposto no § 1º, do art. 135-A.

“Art. 135-B. O Conselho Nacional de Polícia Judiciária compõe-se de dezoito membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo:



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Laerte Bessa

- I – o Delegado-Geral da República, que o preside;
- II – um delegado da Polícia Judiciária Federal, integrante da última classe da respectiva carreira, indicado por seu Delegado-Geral;
- III – um delegado da Polícia Judiciária do Distrito Federal e Territórios, integrante da última classe da respectiva carreira, indicado pelo respectivo Delegado-Geral;
- IV – cinco delegados da Polícia Judiciária dos Estados, integrantes da última classe das respectivas carreiras, escolhidos na forma da lei;
- V – dois peritos de polícia, bacharéis em direito e integrantes da última classe da respectiva carreira, escolhidos na forma da lei;
- VI – dois investigadores de polícia, bacharéis em direito e integrantes da última classe da respectiva carreira, escolhidos na forma da lei;
- VII – um magistrado indicado pelo Supremo Tribunal Federal;
- VIII – um membro do Ministério Público indicado pelo Procurador-Geral da União;
- IX – dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- X – dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, um indicado pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

§ 1º. Os membros do Conselho, oriundos da Polícia Judiciária, serão indicados pelas respectivas Polícias Judiciárias e nomeados pelo Presidente da República,





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Laerte Bessa

depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

§ 2º. Não efetuadas, no prazo legal, as indicações previstas neste artigo, caberá a escolha ao Supremo Tribunal Federal.

§ 3º. Compete ao Conselho Nacional da Polícia Judiciária o controle da atuação administrativa e financeira da Polícia Judiciária e do cumprimento dos deveres funcionais de seus integrantes, cabendo-lhe:

I - zelar pela autonomia funcional e administrativa da Polícia Judiciária, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados pelos integrantes das Polícias Judiciárias Federal, dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas;

III - receber e conhecer das reclamações contra integrantes das Polícias Judiciárias Federal, dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da respectiva instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

IV - rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares dos integrantes das Polícias Judiciárias



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Laerte Bessa

Federal, dos Estados e do Distrito Federal e Territórios julgados há menos de um ano;

V - elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação da Polícia Judiciária no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar a mensagem prevista no art. 84, XI;

VI - exercer o controle externo da atividade de polícia judiciária;

VII – julgar, em última instância, os recursos contra decisões administrativas no âmbito da Polícia Judiciária.

§ 3º. O Conselho escolherá, em votação secreta, um Corregedor nacional, dentre os integrantes da Polícia Judiciária que o compõem, vedada a recondução, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pela lei, as seguintes:

I - receber reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos integrantes da Polícia Judiciária e dos seus serviços auxiliares;

II - exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e correição geral;

III - requisitar e designar integrantes da Polícia Judiciária, delegando-lhes atribuições e requisitar servidores de órgãos da Polícia Judiciária.

§ 4º. O Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil oficiará junto ao Conselho.

§ 5º. Leis da União e dos Estados criarão ouvidorias da Polícia Judiciária, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra integrantes da Polícia Judiciária, inclusive contra seus serviços auxiliares,



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete do Deputado Laerte Bessa

representando diretamente ao Conselho Nacional da  
Polícia Judiciária.

Art. 3º. As atuais Polícias Federal e Cíveis dos Estados e do Distrito Federal e Territórios terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para adoção das medidas internas necessárias à implantação desta Emenda Constitucional, devendo, no mesmo prazo, exercer a iniciativa das leis nela mencionadas.

Art. 4º. A composição dos tribunais de que tratam os arts. 94, 104 e 107, dar-se-á em partes iguais, dentre advogados, membros do Ministério Público e delegados de polícia judiciária, alternadamente.

Parágrafo único. As primeiras vagas, após a vigência desta emenda, serão providas por delegados de polícia judiciária.

Art. 5º. Ficam revogados o inciso XVI, do artigo 24, o inciso VII, do artigo 129, e o § 4º, do art. 144, todos da Constituição Federal.

Art. 6º. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

É de conhecimento comum que a atividade precípua das polícias Cíveis e Federal está voltada à execução de diligências objetivando a apuração de infração penal e sua autoria para que o titular dessa ação tenha elementos suficientes ao ingresso em juízo na busca da aplicação da lei ao caso concreto.

Lembramos que o inquérito policial, presidido por delegado de polícia, tem por finalidade a materialização da investigação criminal de forma imparcial, com a aglutinação das informações a respeito da infração penal e de suas circunstâncias, abrigando provas futuras que serão utilizadas em juízo na busca pela verdade real.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Laerte Bessa

No que diz respeito aos gravíssimos casos de corrupção que ordinariamente são noticiados pela mídia, temos que as eventuais mazelas da investigação policial correlata a essas condutas, estão fundamentalmente ligadas a falta de autonomia das polícias judiciárias, que é fator necessário para evitar que o investigador fique a mercê do político inescrupuloso que porventura venha a compor o respectivo Poder Executivo, ao qual aquela mesma polícia judiciária está diretamente subordinada.

O órgão que apura a verdade sobre um fato supostamente ilícito, com o fim de permitir a decisão sobre o início ou não do processo, não deve estar subordinado a nenhum Poder, nem mesmo a quem detenha função acusadora, ou aquele cuja função é defensiva, pois se trata de tarefa imparcial, que exige efetiva autonomia.

Os organismos de polícia judiciária carecem de um arcabouço legal protetor, semelhante àquele que resguarda magistrados e membros do Ministério Público. Os organismos públicos que trabalham na persecução penal formam uma corrente, de tal forma que, um elo enfraquecido, como hoje se demonstra a polícia judiciária, implica na perda da resistência da corrente inteira, o que afeta o próprio exercício da justiça.

É notório que a polícia judiciária carece de prerrogativas e de autonomia. A vinculação desta com o Poder Executivo é nociva e, não é incomum ingerências indevidas em certas investigações ou ordens voltadas á exacerbação das ações policiais contra aqueles que se opõem ao governo.

Buscamos uma polícia de Estado e não uma polícia do Governo.

Desta sorte nos parece óbvio que a polícia judiciária não pode ficar submetida ao Poder Executivo e a nenhum outro Poder, por ser órgão essencial para o funcionamento do sistema judiciário e para o efetivo exercício da justiça.

Hoje, a sua submissão ao Governante pode vir a acarretar pelo menos três defeitos capitais. Primeiro, em muitos casos se vê



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Laerte Bessa

compelida a não investigar eventuais infrações penais cometidas por seu chefe maior que governa o respectivo Poder Executivo. Segundo, por vezes enfrenta obstáculos quase intransponíveis ao tentar investigar os amigos daquele chefe. Por fim, pode servir como uma potente arma do chefe do Executivo contra os seus inimigos. Infelizmente, em nosso Brasil continental esses três defeitos se mostram evidentes, em absoluto prejuízo da justiça e, por consequência, dos nossos cidadãos.

É de bom alvitre lembrar aos nobres pares o princípio voltado à organização administrativa que nos ensina que deve ser autônoma e bem remunerada, porém fiscalizada, a mão que empunha armas, assina ordem de pagamento, lavra sentenças ou impõe obrigações tributárias.

No contexto do rápido e grave recrudescimento do crime, vislumbramos, no mínimo irresponsável, tratar a polícia judiciária como uma subfunção dirigida, muita das vezes, a caçar "pés-de-chinelo" e a perseguir adversários de determinado governo ou, ainda, a eventualmente acobertar os simpatizantes daquele mesmo governo.

O crescimento e o aumento da gravidade dos delitos necessitam de impacto imediato e não vislumbramos forma diversa, senão o fortalecimento das polícias judiciárias. Primeiro, conferindo-lhe efetiva autonomia nos moldes do Ministério Público e do Poder Judiciário, embora intensamente vigiada, por se tratar de um braço armado do Estado. Segundo, estabelecendo-se regramento nacional em sede constitucional, uniformizando seu tratamento e conferindo-lhe verdadeira identidade. Terceiro, com a criação de um conselho, também nos moldes do Ministério Público e do Poder Judiciário, com o objetivo de intensa e esmerada fiscalização.

Em fim, a efetiva autonomia daquele que investiga crimes, com imparcialidade e isenção, livre de mandos e desmandos, é condição essencial para que a realização da justiça atinja a todos, indistintamente.

Busca-se com esta proposição a plena autonomia da polícia judiciária, mas nunca sem controle, que se pretende seja exercido por um



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete do Deputado Laerte Bessa

conselho nacional, nos exatos moldes do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Vale ainda ressaltar que fica constitucionalmente garantida a necessária autonomia administrativa das Corregedorias, por ser fundamental à escoreita fiscalização interna das unidades policiais e correição de suas atividades. Da mesma forma, os Departamentos de Perícia têm garantida a sua autonomia funcional, de forma a preservar a total independência dos peritos de polícia no exercício de seus misteres.

Nesta proposição, fica mantida a necessária polícia preventiva do Estado, hoje exercida pela Polícia Militar, que se mantém sob o comando do Executivo, pela notória necessidade de sua imediatamente intervenção, visando à manutenção da ordem pública.

Acreditamos que a desmedida impunidade tem que sofrer relevante abalo e buscamos com este projeto a valorização da polícia judiciária e a concessão de meios para que atue contra todos, de maneira indistinta.

Sala das Sessões, em        de        de 2007.

**Deputado LAERTE BESSA**  
PMDB/DF

**Deputado JOÃO CAMPOS**  
PSDB/GO

**Deputado ALEXANDRE SILVEIRA**  
PPS/MG

**Deputado FRANCISCO TENÓRIO**  
PMN/AL

**Deputado MARINA MAGGESSI**  
PPS/RJ

**Deputado MARCELO ITAGIBA**  
PMDB/RJ

**Deputado SABINO CASTELO BRANCO**  
PTB/AM

**Deputado WILLIAM WOO**  
PSDB/SP

# Consulta Tramitação das Proposições

Cadastrar para Acompanhamento

NovaPesquisa

**Proposição:** PEC-184/2007 -> Íntegra disponível em formato pdf

**Autor:** Laerte Bessa - PMDB/DF e co-autores

**Data de Apresentação:** 31/10/2007

**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**Matérias sujeitas a normas especiais:** Especial

**Situação:** CCJC: Aguardando Parecer.

**Ementa:** Dispõe sobre as Polícias Judiciárias da União e dos Estados e dá outras providências.

**Explicação da Ementa:** Altera a Constituição Federal de 1988.

**Indexação:** Alteração, Constituição Federal, organização, manutenção, Polícia Judiciária, competência, investigação criminal, inquérito, autonomia, desvinculação, Executivo, Polícia Judiciária Federal, Polícia Judiciária do Distrito Federal e Territórios, Polícia Judiciária dos Estados, unificação, atividade, Polícia Federal, Polícia Civil, quadro de pessoal, Delegado de Polícia, perito, investigador, escrivão de polícia, estrutura organizacional, Corregedoria-Geral, Departamento, Perícia, garantia, prerrogativa, ingresso, carreira, concurso público, criação, Conselho Nacional de Polícia Judiciária, composição, competência privativa, Senado, julgamento, membros, competência, (STF), ação judicial, réu, membros, Conselho Nacional. \_ Competência privativa, Senado, escolha, aprovação, exoneração, julgamento, crime de responsabilidade, Delegado-Geral da República, nomeação, Presidente da República, inclusão, Conselho de Defesa Nacional. \_ Competência, (STF), julgamento, infração penal, (STJ), habeas data, mandado de segurança, réu, Delegado-Geral. \_ Inclusão, Delegado, Polícia Judiciária, composição, (TRF), (STJ), (TJDF), Tribunais Estaduais.

**Despacho:**

13/11/2007 - À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Especial

**Legislação Citada**

**Última Ação:**

**13/11/2007 -** Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Especial

**6/12/2007 -** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Designado Relator, Dep. Vicente Arruda (PR-CE)

Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

Andamento:	
31/10/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação da Proposta de Emenda à Constituição pelo Deputado Laerte Bessa (PMDB-DF).
5/11/2007	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Relatório de Conferência de Assinaturas da PEC 184/07.
13/11/2007	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Especial
13/11/2007	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Encaminhamento de Despacho de Distribuição à CCP para publicação.
22/11/2007	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 23/11/07 PÁG 62517 COL 01.
26/11/2007	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Recebimento pela CCJC.
6/12/2007	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Designado Relator, Dep. Vicente Arruda (PR-CE)

Cadastrar para Acompanhamento

NovaPesquisa

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 549, DE 2006**  
**(do Senhor Arnaldo Faria de Sá e Outros)**

***Acrescenta preceito às Disposições Constitucionais Gerais, dispondo sobre o regime constitucional peculiar das Carreiras Policiais que indica.***

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º, do art. 60, da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda Constitucional:

**Art. 1º** - É acrescido o art. 251 às Disposições Gerais da Constituição Federal, com a seguinte redação:

*“Art. 251. Os Delegados de Polícia organizados em carreira, no qual o ingresso depende de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, admitido o provimento derivado na forma da lei, são remunerados de acordo com o disposto no art. 39, § 4º e o subsídio da classe inicial não será inferior ao limite fixado para o membro do Ministério Público que tenha atribuição para participar das diligências na fase investigatória criminal, vedado o exercício de qualquer outra função pública, exceto uma de magistério.”*

**Art. 2º** - Esta Emenda Constitucional, entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

Preliminarmente, como decidiu o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, sobre a situação jurídica do delegado de polícia, ao interpretar o preceito do § 4º do art. 144 da Constituição Federal na ADI nº 245/RJ:

*“O que a Constituição exige é a existência de carreira específica de delegado de polícia para que membro seu dirija a polícia civil, tendo em*



*vista, evidentemente, a formação necessária para o desempenho dos cargos dessa carreira."*

Cabe registrar, sobretudo, ser o Delegado de Polícia um agente político, não só em razão de seu assento constitucional (art. 144, § 4º), mas, também, pela sua independência no exercício das atribuições de polícia judiciária. Tem, dentre outros encargos, o de prestar informações de suas decisões procedimentais, ao Poder Judiciário, conforme art. 5º, incisos LXI, LXII e LXV da Constituição Federal.

Não há a menor dúvida de que a carreira de delegado de polícia tem natureza jurídica tanto pelas exigências de sua investidura como pelas características específicas do cargo.

O ingresso na carreira é feito mediante CONCURSO PÚBLICO de provas e de títulos, sendo exigido o título de BACHAREL EM DIREITO, além de outros requisitos previstos em lei, inclusive com a inclusão do provimento derivado visando o indispensável estímulo para a progressão funcional para os agentes da autoridade policial.

As atribuições do cargo de Delegado de Polícia são, repita-se, de natureza jurídica, tendo a seu cargo os procedimentos processuais. O Código de Processo Penal estabelece claramente quais são as funções da autoridade policial para auxiliar a administração de justiça criminal, tanto quanto previsto em várias leis complementares.

O processo criminal, com raríssimas exceções tem seu início e garantia de sucesso a partir do trabalho de investigação, coleta de provas e execução de atos de autoridade desenvolvidos pelo delegado de polícia, na sua função de polícia judiciária e de apuração de infrações penais, como determina o art. 144 da C.F..

Prisão em flagrante, arbitramento de fiança, apreensão de objetos de interesse criminal e provas, interrogatórios, depoimentos, buscas pessoais, despachos, intimações, condução coercitiva de pessoas (atos semelhantes aos praticados pelo juiz); representação por prisão temporária e preventiva (atos semelhantes aos praticados pelo Ministério Público), interpretação da Constituição, legislação ordinária e, em especial, da lei penal e processual para a prática de atos privativos (semelhante às atividades desenvolvidas por todas as demais carreiras jurídicas) são atos de rotina inerentes ao exercício do cargo de delegado de polícia.

Com efeito, o art. 241 da C.F. alterado pela E.C. nº 19/98, estabelecia o seguinte:

*"Aos delegados de polícia de carreira aplica-se o princípio do art. 39, § 1º, correspondente às carreiras disciplinadas no art. 135 desta*

*Constituição". Este princípio, na redação original, tinha dois efeitos: o reconhecimento dos delegados de polícia como carreira essencial à administração da Justiça e a aplicação da isonomia remuneratória.*

Ademais, o próprio texto constitucional vigente, alterado pela referida Emenda nº 19, resolveu esta questão em relação aos agentes políticos, ao fixar o subsídio único como forma de remuneração estipendial a teor dos artigos 39, § 4º, c/c 144, § 9º da Constituição da República, a saber:

*"Art. 39 - .....*

*§ 4º - O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).*

A carreira de Delegado de Polícia conta com destaque constitucional porque o legislador constituinte de 1986/1988 entendeu necessário fortalecer o papel da polícia judiciária na persecução penal.

O eminente jurista **CELSO BASTOS**, em sua obra **Comentários à Constituição do Brasil**, escrita em parceria com **IVES GANDRA MARTINS**, comenta a decisão do **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL** dada na **ADIn nº 171-MG** e cita o voto vencido do Ministro **CELSO DE MELLO**, no sentido de que os delegados de polícia exercem funções isonômicas também com os membros do Ministério Público, especialmente, "na fase investigatória criminal" (acréscimo nosso):

*"Todas elas são de carreiras jurídicas – preleciona JOSÉ AFONSO DA SILVA – primeiro porque exigem formação jurídica como requisito essencial para que nelas alguém possa ingressar; segundo porque todas têm o mesmo objeto, qual seja: a aplicação da norma jurídica; terceiro porque, por isso mesmo, sua atividade é essencialmente idêntica, qual seja, a do exame de situações fáticas específicas, emergentes, que requeiram a solução concreta em face da norma jurídica, na busca de seu enquadramento nesta, o que significa a subsunção das situações de fato*

*na descrição normativa, operação que envolve interpretação e aplicação jurídica, campo essencial comum que dá o conceito dessas carreiras” (...)*

*Tudo está, pois, a evidenciar que a Constituição assemelhou, ela própria e desde logo, para efeito de lhes conferir isonomia de vencimentos, as carreiras jurídicas do Estado, compreendendo as versadas no seu Título IV e mais a de Delegado de Polícia” (OP. Cit., 9º Volume, p.130).*

**CELSO BASTOS** recorda, ainda, que:

*“todos os delegados são bacharéis em direito, como os membros do Ministério Público, do Poder Judiciário, das Procuradorias e Defensorias. Exercem, por outro lado, função de relevo, pois constituem a primeira frente oficial dos governos para barrar o crime organizado, sendo, por outro lado, os que mais se expõem para ofertar tranquilidade aos cidadãos. (...)*

*Pretender dispensar-lhe tratamento diverso permitindo remuneração inferior, como se se tratasse de função menor, com menor dignidade é, de rigor, considerar ser a segurança pública atividade estatal de menor relevo, quando é aquela que o cidadão mais deseja do Estado.” (Op. Cit., p. 131).*

Impende, ainda, ressaltar, no ponto, que a circunstância de a Emenda Constitucional nº 19 ter suprimido do texto da Lei Maior, no Capítulo pertinente à Administração Pública, o dispositivo específico relativo à isonomia, não afasta o princípio isonômico constitucional brasileiro, “nem libera a própria administração da obrigação de sujeitar-se a ele, uma vez que se trata de princípio constitucional geral, inscrito no art. 5º, *caput*, e, assim, aplicável a toda a vida estatal e social.

Por último, saliente-se, por oportuno, que após a Emenda Constitucional nº 19/98, o constituinte derivado vem restaurando, progressivamente, a essencial vinculação entre as carreiras jurídicas. Em passado recente a Emenda Constitucional nº 45/2004, estabeleceu no novo inciso V, do art. 93, a isonomia das diversas carreiras da magistratura, em nível federal e estadual, mantida a equiparação dos Ministros dos Tribunais de Contas da União, dos Estados e do Distrito Federal. Os Ministérios Públicos da União, dos Estados e do Distrito Federal, por outro lado, têm os seus subsídios atrelados aos da Magistratura.

Urge, portanto, restaurar os princípios reitores da carreira do Delegado de Polícia, conforme a vontade do poder constituinte originário, reconduzindo essa carreira à sua posição justa e constitucional.

Essas, as razões por que contamos com a aprovação dos nossos ilustres Pares a esta proposição.

Salas das Sessões, 03 de maio 2006.

**Arnaldo Faria de Sá**



**Deputado Federal - São Paulo**

# Consulta Tramitação das Proposições

Cadastrar para Acompanhamento

NovaPesquisa

**Proposição:** PEC-549/2006  -> Íntegra disponível em formato pdf

**Autor:** Arnaldo Faria de Sá - PTB/SP  e co-autores .

**Data de Apresentação:** 24/05/2006

**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**Matérias sujeitas a normas especiais:** Especial

**Situação:** CCP: Aguardando Encaminhamento; PLEN: Pronta para Pauta.

**Ementa:** Acrescenta preceito às Disposições Constitucionais Gerais, dispondo sobre o regime constitucional peculiar das Carreiras Policiais que indica.

**Explicação da Ementa:** Altera a Constituição Federal de 1988.

**Indexação:** Alteração, Constituição Federal, organização, cargo de carreira, Delegado de Polícia, concurso público, concurso de provas e títulos, participação, (OAB), natureza jurídica, critérios, remuneração, equiparação, Ministério Público, investigação, crime, proibição, acumulação de cargos, função pública, exceção, magistério.


## Despacho:

7/6/2006 - Reveja o despacho apostado à PEC 549/06 para determinar sua desapensação da PEC 367/05 e posterior distribuição: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Especial

## Legislação Citada

## Emendas

- PEC54906 (PEC 549/06 - CARREIRAS POLICIAIS)


EMC 1/2007 PEC54906 (Emenda Apresentada na Comissão) - Mendes Ribeiro Filho 

EMC 2/2007 PEC54906 (Emenda Apresentada na Comissão) - Mendes Ribeiro Filho 

EMR 1 PEC54906 (Emenda de Relator) - Regis de Oliveira 


## Pareceres, Votos e Redação Final

- CCJC (CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA)


PAR 1 CCJC (Parecer de Comissão) 

PRL 1 CCJC (Parecer do Relator) - Regis de Oliveira 

- PEC54906 (PEC 549/06 - CARREIRAS POLICIAIS)

PRL 1 PEC54906 (Parecer do Relator) - Regis de Oliveira 

## Apensados

PEC 44/2007 

## Requerimentos, Recursos e Ofícios


- PLEN (PLEN )


REQ 1771/2007 (Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia) - Fernando Coruja 

REQ 1860/2007 (Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia) - Andreia Zito 

REQ 1907/2007 (Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia) - Luciano Castro 

REQ 1909/2007 (Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia) - Sandra Rosado 

REQ 2035/2007 (Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia) - Valdir Colatto 


REQ 2123/2007 (Requerimento de Apensação) - Paulo Teixeira 


REQ 2136/2007 (Requerimento de Retirada de proposição de iniciativa individual) - Paulo Teixeira 


REQ 2316/2008 (Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia) - Décio Lima 

REQ 2460/2008 (Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia) - Roberto Britto 


REQ 2528/2008 (Requerimento de Apensação) - Major Fábio 

REC 156/2008 (Recurso contra apensação/desapensação de proposição (Art. 142, I, RICD)) - Major Fábio 


REQ 2592/2008 (Requerimento de Apensação) - Givaldo Carimbão 


REQ 2725/2008 (Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia) - Vinicius Carvalho 

REQ 2809/2008 (Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia) - Líderes 

REQ 2811/2008 (Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia) - Dr. Talmir 

REQ 2832/2008 (Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia) - Ernandes Amorim 

REQ 2835/2008 (Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia) - Vital do Rêgo Filho 

REQ 2837/2008 (Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia) - João Dado 








REQ 2838/2008 (Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia) - Silvinho Peccioli  
REQ 2841/2008 (Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia) - Alexandre Silveira  
REQ 2842/2008 (Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia) - Jusmari Oliveira  
REQ 2867/2008 (Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia) - Gladson Cameli  
REQ 2873/2008 (Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia) - José Paulo Tóffano  
REQ 2909/2008 (Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia) - Maurício Trindade  
REQ 2914/2008 (Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia) - Aline Corrêa  
REQ 2944/2008 (Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia) - Hugo Leal  
REQ 2976/2008 (Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia) - Filipe Pereira  
REQ 2998/2008 (Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia) - Natan Donadon  
REQ 3082/2008 (Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia) - Silvinho Peccioli  
REQ 3111/2008 (Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia) - Arnaldo Faria de Sá

**Última Ação:**

**14/5/2008 - PLENÁRIO (PLEN) - Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.**






Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

Andamento:	
24/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação da PEC 549/2006, pelo Dep. Arnaldo Faria de Sá e outros, que "acrescenta preceito às Disposições Constitucionais Gerais, dispondo sobre o regime constitucional peculiar das Carreiras Policiais que indica."
31/5/2006	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Apense-se à(ao) PEC-367/2005. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Especial
1/6/2006	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 2/6/2006.
2/6/2006	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Recebimento pela CCJC.
7/6/2006	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Reveja o despacho apostado à PEC 549/06 para determinar sua dispensação da PEC 367/05 e posterior distribuição: A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Especial
31/1/2007	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Arquivada nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno DCD 01 02 07 PÁG 38 COL 01 SUPLEMENTO 01 AO Nº 21.
6/2/2007	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Apresentação do REQUERIMENTO N.º 74, DE 2007, pelo Deputado(a) Arnaldo Faria de Sá, que solicita o desarquivamento de proposição.
6/2/2007	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Apresentação do REQUERIMENTO N.º 75, DE 2007, pelo Deputado(a) Arnaldo Faria de Sá, que solicita o desarquivamento de proposição.
15/3/2007	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Desarquivada nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-74/2007. DCD de 16 03 07 PÁG 10272 COL 01.
19/3/2007	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-75/2007. DCD de 20/03/07 PÁG 10848 COL 02.
26/4/2007	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Apense-se a esta a PEC-44/2007. DCD 01 05 07 PÁG 20039 COL 01.
26/4/2007	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Apense-se a esta a PEC-44/2007.












2/5/2007	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Designado Relator, Dep. Regis de Oliveira (PSC-SP)
8/5/2007	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 CCJC, pelo Dep. Regis de Oliveira 
8/5/2007	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Parecer do Relator, Dep. Regis de Oliveira (PSC-SP), pela admissibilidade desta e da PEC 44/2007, apensada. 
12/6/2007	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Aprovado por Unanimidade o Parecer
14/6/2007	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Encaminhamento de Parecer à CCP para publicação.
15/6/2007	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> Parecer recebido para publicação.
21/6/2007	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania publicado no DCD 22 06 07 PAG 31472 COL 02, Letra A. 
8/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Ato da Presidência : Cria Comissão Especial, nos termos do § 2º do art. 202 do Regimento Interno. 
15/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Ato da Presidência : Constitui Comissão Especial, nos termos do § 2º do art. 202 do Regimento Interno. 
16/8/2007	<b>Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 549-A, de 2006, do Sr. Arnaldo Faria de Sá, que "acrescenta preceito às Disposições Constitucionais Gerais, dispondo sobre o regime constitucional peculiar das Carreiras Policiais que indica". (PEC54906)</b> Recebimento pela PEC54906, com a proposição PEC-44/2007 apensada.
16/8/2007	<b>Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 549-A, de 2006, do Sr. Arnaldo Faria de Sá, que "acrescenta preceito às Disposições Constitucionais Gerais, dispondo sobre o regime constitucional peculiar das Carreiras Policiais que indica". (PEC54906)</b> Designado Relator, Dep. Regis de Oliveira (PSC-SP)
16/8/2007	<b>Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 549-A, de 2006, do Sr. Arnaldo Faria de Sá, que "acrescenta preceito às Disposições Constitucionais Gerais, dispondo sobre o regime constitucional peculiar das Carreiras Policiais que indica". (PEC54906)</b> Prazo para Emendas à PEC (10 sessões ordinárias a partir de 17/08/2007)
5/9/2007	<b>Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 549-A, de 2006, do Sr. Arnaldo Faria de Sá, que "acrescenta preceito às Disposições Constitucionais Gerais, dispondo sobre o regime constitucional peculiar das Carreiras Policiais que indica". (PEC54906)</b> Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Foram apresentadas 2 emendas.
12/9/2007	<b>Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 549-A, de 2006, do Sr. Arnaldo Faria de Sá, que "acrescenta preceito às Disposições Constitucionais Gerais, dispondo sobre o regime constitucional peculiar das Carreiras Policiais que indica". (PEC54906)</b> Apresentação do Parecer do Relator pela aprovação da PEC 549-A/06, com emenda; pela rejeição da PEC 44/2007, apensada; e pela admissibilidade e, no mérito, pela rejeição das Emendas n.º 1/07-CE e n.º 2/07-CE apresentadas na Comissão Especial, na forma do Parecer do Relator, Deputado Régis de Oliveira(PSC-SP). 
12/9/2007	<b>Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 549-A, de 2006, do Sr. Arnaldo Faria de Sá, que "acrescenta preceito às Disposições Constitucionais Gerais, dispondo sobre o regime constitucional peculiar das Carreiras Policiais que indica". (PEC54906)</b> Aprovado o Parecer, contra o voto do Deputado Vieira da Cunha.
2/10/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do Requerimento n. 1771/2007, pelo Deputado Fernando Coruja, que requer a inclusão na pauta da PEC 549/2006. 
3/10/2007	<b>Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 549-</b>

**A, de 2006, do Sr. Arnaldo Faria de Sá, que "acrescenta preceito às Disposições Constitucionais Gerais, dispondo sobre o regime constitucional peculiar das Carreiras Policiais que indica". (PEC54906)**

Encaminhamento de Parecer à CCP para publicação.

3/10/2007	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> Parecer recebido para publicação.
4/10/2007	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 549-A, de 2006, do Sr. Arnaldo Faria de Sá, que "acrescenta preceito às Disposições Constitucionais Gerais, dispondo sobre o regime constitucional peculiar das Carreiras Policiais que indica". publicado no DCD de 05/10/07, PÁG 52371 COL 01, Letra b. 
16/10/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do Requerimento nº 1860 de 2007, pela Deputada Andreia Zito (PSDB-RJ), que requer a inclusão na Ordem do Dia da PEC nº 549, de 2006, que acrescenta preceito às Disposições Constitucionais Gerais, dispondo sobre o regime constitucional peculiar das Carreiras Policiais que indica. 
24/10/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do Requerimento N. 1907/2007, pelo Deputado Luciano Castro, que "Requer a inclusão da PEC 549/2006 na Ordem do Dia". 
24/10/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do Requerimento n. 1909/2007, pela Deputada Sandra Rosado, que "Requer a inclusão na Ordem do Dia da PEC nº 549, de 2006, que acrescenta preceito às Disposições Constitucionais Gerais, dispondo sobre o regime constitucional peculiar das Carreiras Policiais que indica". Apresentação do Requerimento pela Deputada Sandra Rosado (PSB-RN). 
21/11/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do Requerimento n. 2035/2007, pelo Deputado Valdir Colatto, que "Requer seja incluída na pauta para discussão e votação a Proposta de Emenda à Constituição nº 549, de 2006, que "acrescenta preceito às Disposições Constitucionais Gerais, dispondo sobre o regime constitucional peculiar das Carreiras Policiais que indica." 
12/12/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em primeiro turno.
12/12/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 394-B/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
12/12/2007	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Apresentação do Requerimento nº 2123 de 2007, pelo Deputado Paulo Teixeira (PT-SP) que requer a tramitação conjunta das PECs 308/04, 549/06 e 151/04.
13/12/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em primeiro turno. (Sessão Extraordinária - 9:00)
13/12/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 395/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
13/12/2007	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Apresentação do Requerimento nº 2136/2007, pelo Deputado Paulo Teixeira, que "Solicita tornar sem efeito o requerimento 2123/07 para tramitação conjunta das PECs 308/04 e 549/06 e 151/95".
18/12/2007	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Retirado o REQ 2123/07, a pedido do autor no REQ 2136/2007, nos termos dos arts. 104 e 114, V, do RICD.
18/12/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em primeiro turno.
18/12/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 395/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
19/12/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em primeiro turno. (Sessão Extraordinária - 14:50)
19/12/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 395-A/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.



25/2/2008	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Apresentação do Requerimento nº 2316/2008, pelo Deputado Décio Lima, que Requer Inclusão na Ordem do dia do Plenário da CD da PEC nº 549 de 2006.
26/3/2008	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do Requerimento Nº 2460/2008, pelo Deputado Roberto Britto, que solicita a inclusão na Pauta da PEC 549/2008. 
8/4/2008	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do Requerimento n. 2528/2008, pelo Deputado Major Fábio, que solicita a tramitação conjunta das PECs 308/04 e 549/06 e 151/95. 
16/4/2008	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Apresentação do Requerimento n. 2592/2008, pelo Deputado Givaldo Carimbão, que solicita a tramitação conjunta das PECs 308/04 e 549/06 e 151/95.
25/4/2008	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Indeferido o Requerimento de Apensação, Req. nº 2592/2008, conforme o seguinte despacho: "Indefero, por falta de amparo regimental. Publique-se. Oficie-se." DCD 25 04 08 PAG 17433 COL 02. 
13/5/2008	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em primeiro turno.
13/5/2008	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.
14/5/2008	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do Requerimento n. 2725/2008, pelo Dep. Vinicius Carvalho, que "requer inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 549, de 2006, Acrescenta preceito às Disposições Constitucionais Gerais, dispondo sobre o regime constitucional peculiar das Carreiras Policiais que indica." 
14/5/2008	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em primeiro turno.
14/5/2008	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.
28/5/2008	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do Requerimento n. 2809/2008, do Líderes, que "requer a inclusão da PEC 549, de 2006, na pauta da Ordem do Dia." 
28/5/2008	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do Requerimento nº 2811/2008, pelo Deputado Dr. Talmir (PV-SP), que requer a inclusão na ORDEM DO DIA da PEC 549, de 2006. 
3/6/2008	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do Requerimento n. 2832/2008, pelo Deputado Ernandes Amorim, que Requer inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº. 549, de 2006. 
3/6/2008	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do Requerimento n.2835 de 2008, pelo Deputado Vital do Rêgo Filho (PMDB-PB) que requer a inclusão na Ordem do Dia, da Proposta de Emenda à Constituição nº. 549/2006, que acrescenta preceito às Disposições Constitucionais Gerais, dispondo sobre o regime constitucional peculiar das Carreiras Policiais que indica. 
3/6/2008	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do Requerimento nº 2837 de 2008, pelo Deputado João Dado (PDT-SP) que requer inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 549, de 2006. 
3/6/2008	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do Requerimento nº 2838, de 2008, pelo Deputado Silvinho Peccioli (DEM-SP), que requer inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº. 549/2006. 
4/6/2008	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do Requerimento nº 2841/2008, pelo Deputado Alexandre Silveira, que requer inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 549, de 2006. 
4/6/2008	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do Requerimento nº 2842/2008, pela Deputada Jusmari Oliveira, que requer a inclusão na

10/6/2008	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do Requerimento nº 2867, de 2008, pelo Deputado Gladson Cameli (PP-AC), que solicita inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 549 de 2006.
10/6/2008	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do Requerimento nº 2873/2008, pelo Deputado José Paulo Tóffano, que "Solicita inclusão, na pauta de votação, da Proposta de Emenda à Constituição nº 549, de 2006, que "acrescenta preceito às disposições Constitucionais Gerais, dispondo sobre o regime constitucional das Carreiras Policiais que indica".
18/6/2008	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do Requerimento n. 2914 de 2008, pela Deputada Aline Corrêa (PP-SP) que requer a inclusão na Ordem do Dia da PEC nº 549, de 2006, que acrescenta preceito às Disposições Constitucionais Gerais, dispondo sobre o regime constitucional peculiar das Carreiras Policiais que indica.
18/6/2008	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do Requerimento nº 2909 de 2008, pelo Deputado Maurício Trindade (PR-BA) que requer a inclusão na Ordem do Dia da PEC nº 549, de 2006, que acrescenta preceito às Disposições Constitucionais Gerais, dispondo sobre o regime constitucional peculiar das Carreiras Policiais que indica.
1/7/2008	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do Requerimento n. 2944/2008, pelo Deputado Hugo Leal, que solicita inclusão de pauta da PEC 549/2006.
2/7/2008	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do Requerimento nº 2976/2008, pelo Deputado Filipe Pereira, que "Requer inclusão na Ordem do Dia da PEC nº 549 de 2006".
9/7/2008	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do Requerimento nº 2998/2008, pelo Depuatdo Natan Donadon, que requer Inclusão na Pauta da Ordem do Dia da PEC 549/2006.
13/8/2008	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do Requerimento nº 3082 de 2008, pelo Deputado Silvinho Peccioli (DEM-SP) que requer inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição n.º 549/2006, que "Acrescenta preceito às Disposições Constitucionais Gerais, dispondo sobre o regime constitucional peculiar das Carreiras Policiais que indica."
20/8/2008	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do Requerimento n. 3111/2008, pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá, que requer inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição n. 549/2006.

Cadastrar para Acompanhamento

NovaPesquisa